

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
MESTRADO**

**O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI-PR (1949-1988)**

SILVANA RODRIGUES MALHEIRO HUSS

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
MESTRADO**

**O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI-PR (1949-1988)**

Dissertação apresentada por SILVANA RODRIGUES MALHEIRO HUSS, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. MARIA CRISTINA
GOMES MACHADO

MARINGÁ
2012

SILVANA RODRIGUES MALHEIRO HUSS

**O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
MANDAGUARI-PR (1949-1988)**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora)–
UEM**

Prof. Dr. Maria do Carmo Brazil - UFGD- Dourados

Prof. Dr. Fátima Maria Neves– UEM

26 de março de 2012.

Dedico este trabalho:

A Deus, por ter me atribuído sabedoria, entendimento, ciência, conselho, fortaleza, piedade e temor;

Aos meus pais Izaurino e Alexandrina, à minha irmã Regina, ao meu esposo Jocimar e aos meus amigos pela presença e apoio constantes;

À minha orientadora Maria Cristina, pelo incentivo, paciência, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me atribuiu forças para que eu não desistisse no meio caminho. Por estar ao meu lado, concedeu-me a vida e os seus dons, oportunizando realizar este sonho.

Aos meus pais, à minha irmã, aos meus amigos e ao meu esposo Jocimar pela paciência, compreensão, força e amor concedidos nos instantes em que o medo tentava abalar as estruturas.

Aos professores doutores do programa de Pós-Graduação em Educação, pelo incentivo, sabedoria e ensinamentos valiosos, dentre eles, destaco: Analete Regina Schelbauer, Célio Juvenal Costa, Amélia Kimiko Noma, César de Alencar Arnaut de Toledo, Elaine Rodrigues, bem como por me inspirarem nesta caminhada.

À minha orientadora, prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado, pela sabedoria, incentivo, dedicação e amor. Agradeço por ter confiado e acreditado no meu trabalho, sei que tenho muito a aprender como pesquisadora, mas o que conquistei até hoje devo a você.

Aos professores do Curso de Especialização Pesquisa Educacional, que me motivaram e instigaram o desejo de ser pesquisadora, em especial ao professor Dr. Jorge Cantos, por sua atenção, amor e sabedoria.

Às professoras: Zélia Freire Alonso, Josepha Perez, Maria Josefa Dilmann Boro, Márcia Zélia Silva de Souza Mourão, Elizabeth Navegante Pereira, Clarice Aparecida Ferreira, Elisabete Alexandre Cardoso, Maria Inês Botelho, Clarice Marques Granada, Iraci dos Santos, que aceitaram expor suas experiências educacionais, enriquecendo a realização deste trabalho dissertativo.

À Secretária da Educação de Mandaguari, aos funcionários da Biblioteca Municipal Dr. Alcir Castelo Branco, à direção da Escola Professora Yolanda Cercal da Silva, à direção do Colégio Estadual Vera Cruz, que prontamente abriram seus arquivos, permitindo a coleta do conjunto de fontes.

À CAPES, que aceitou financiar o referido trabalho dissertativo.

HINO DE MANDAGUARI

Letra e Música do Prof. João Welter

Junior

Mandaguari
Mandaguari
Do Paraná
És pioneira

Mandaguari
Mandaguari

És bandeirante
És sobranceira

O teu nome simboliza
Uma abelha do Brasil
Que trabalha e preconiza
O teu povo varonil

A riqueza de tua terra
O café e os cereais
Dão-te a glória que hoje encerras
Rainha és dos cafezais.

HUSS, Silvana Rodrigues Malheiro. **O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR (1949-1988)**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria Cristina Gomes Machado, Maringá, PR, 2011.

RESUMO

O presente estudo tem como propósito investigar o processo de escolarização no município de Mandaguari-PR, tomando como delimitação temporal o período de 1949 – ano em que foi instituído o Decreto nº. 9.137/1950, que autorizou o funcionamento do Ginásio Estadual de Mandaguari – a 1988 – ano em que o Complexo Escolar Professora Hilda de Oliveira deixou de existir. Para tanto, utilizou-se, como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa. No âmbito documental e bibliográfico, foi realizado o levantamento do conjunto de fontes, considerando o período de 1949 a 1988. Na abordagem qualitativa, foram realizadas, no período de maio a agosto de 2010, entrevistas, por intermédio de questionários semiestruturados e previamente agendadas, com alunos e professores que contribuíram/contribuem com o processo educacional mandaguariense. Pretende-se, neste estudo, responder a seguinte indagação: Como ocorreu o processo de escolarização no município de Mandaguari-PR durante o período de 1949 até o ano de 1988? Para compreender o processo de escolarização, foram utilizados fundamentos do método materialista histórico, que, no campo dissertativo, possibilitou dialogar, analisar e reescrever os fatos objetivados pela pesquisa. Para tanto, discutiu-se a colonização norte paranaense e a história do município de Mandaguari, focalizando o debate acerca da formação dos grupos escolares brasileiros e paranaenses, visto que a sua constituição contribuiu para o processo de institucionalização dos primeiros estabelecimentos escolares mandaguarienses. A reconstituição da educação no município, por meio da história oral, possibilitou a análise do conjunto de fontes, na qual foram apresentados dados relevantes sobre as práticas dos sujeitos que contribuíram com suas memórias para a construção da sua historiografia. A realização do trabalho dissertativo permitiu organizar o conjunto de fontes sobre a história do município, por intermédio de fontes documentais e iconográficas, aliado aos depoimentos dos sujeitos que participaram e alguns continuam participando do processo educacional mandaguariense; possibilitou compreender não só o desenvolvimento educacional no município, como o processo educacional brasileiro, em específico o paranaense; contribuiu para a história da educação e não apenas para a educação em Mandaguari-PR, por reunir apontamentos para outros pesquisadores que desejam aprofundar estudos sobre como ocorreu o processo educacional, histórico e econômico no norte novo paranaense.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Educação escolar. Escola pública. Município de Mandaguari – PR.

HUSS, Silvana Rodrigues Malheiro. **THE PROCESS OF SCHOOLING IN THE MUNICIPALITY OF MANDAGUARI-PR (1949-1988)** 111p. Dissertation (MA in Education) – State University of Maringá. Advisor: Prof. Dr. Maria Cristina Gomes Machado, Maringá, PR, 2011.

ABSTRACT

The current study aims to investigate the process of schooling in the city of Mandaguari-PR, using as the boundary time period from 1949 -, when it was established the Decree Nr. 9.137/1950, authorizing the operation of the State School of Mandaguari, up to 1988 - the year when the School Professor de Oliveira Hilda ceased to exist. To that end it was used, as methodological procedures, bibliographical research both documental and qualitative ones. It was carried out a survey on documentary and bibliographic as some sources, from 1949 to 1988. As for the qualitative approach, it was performed, in the period from May to August 2010, interviews, through semi structured questionnaires, previously arranged, with students and teachers who contributed / contribute to the “mandaguariense” educational process. The aim of this research, to answer the following question: How was the process of schooling in the city of Mandaguari-PR during the period from 1949 until the year 1988? For understanding the educational process, it was used as method, the fundamentals on historic materialist, which, in the dissertational field, allowed to dialogue, analyze and rewrite the events targeted by the survey. To do so, it was discussed the settlement in the North of Paraná and the history of the city of Mandaguari, focusing the debate on the education of school groups in Parana - Brazil, since their formation contributed to the institutionalization of the first “mandaguariense” schools. The replenishment of the education in the municipality through oral history helped to analyze all possible sources. With these, relevant data were submitted on the practices of the individuals who contributed to the memories of the construction of its historiography. The achievement of this dissertational work enabled: to organize the set of sources on the history of the city through documentary and iconographic sources combined to the testimony of subjects that participated and are still participating in the “mandaguariense” educational process; it also allowed one to understand not only the mandaguariense educational system, as well as the Brazilian educational process, specifically the Parana one. Nevertheless, it has contributed to the history of education and not just for education in Mandaguari-PR, as it leaves hints to other researchers who wish to understand how the educational process occurred as well as the historical and economic development in new northern Paraná.

Keywords: Education. History of Education. School education. Public school. City of Mandaguari - PR.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Fundação das primeiras instituições escolares de Mandaguari	13
Quadro 2- Instituições reorganizadas pelo Complexo Professora Hilda De Oliveira	14
Quadro 3- Instituições que funcionaram no prédio do Grupo Escolar de Mandaguari	51
Quadro 4- Cargos e Remuneração do Departamento de Educação Cultura e Bem –Estar Social.....	55
Quadro 5- Atividades desenvolvidas no Parque Infantil em meados de 1960	61
Quadro 6-Conteúdos da Prova de Português – 2ª série.....	85
Quadro 7-Conteúdos das Provas de Geografia,História e Ciências	86
Quadro 8-Conteúdos das Avaliações de Matemática(3ª série)	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A COLONIZAÇÃO DO PARANÁ E A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR.....	24
2.1 A Colonização do Paraná	24
2.2 A História do Município de Mandaguari.....	32
3 DOS GRUPOS ESCOLARES AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR.....	39
3.1 Considerações sobre a Situação Educacional Brasileira e Paranaense.....	39
3.2 O Processo de Escolarização no Município de Mandaguari-PR.....	48
3.2.1 Da Escola Isolada Lovat (1937) ao Grupo Escolar Mandaguari (1946).....	48
3.2.2 Da criação do Ginásio Estadual de Mandaguari (1949) ao Complexo Escolar professora Hilda de Oliveira (1977)	52
3.2.3 Constituição das Escolas Paroquianas: Escolas São Vicente Pallotti e Colégio Sagrada Família	58
3.2.4 Jardim da Infância Municipal Tio Patinhas.....	61
3.2.5 A Educação Rural (a partir da década de 1950 a meados de 1980)	66
4 DA CONSTRUÇÃO À RECONSTRUÇÃO: O RETRATO DA EDUCAÇÃO MANDAGUARIENSE POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL.....	77
4.1 Considerações sobre o Espaço e Tempo Escolar	78
4.2 A Organização do Trabalho Pedagógico nas Instituições mandaguariense	82
4.3 Considerações sobre a Formação e Profissão Docente	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICES	112

ANEXOS	117
---------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como propósito investigar o processo de escolarização no município de Mandaguari-PR, tomando como delimitação temporal o período de 1949 a 1988. O ano de 1949 representa a instituição do Ginásio Estadual em Mandaguari por intermédio do decreto nº9. 137/1950(anexo A) bem como a fundação das primeiras instituições escolares no município, oficializadas por fontes documentais, tais como atas de exames, provas de alunos, fotografias e decretos de criação de escolas.

QUADRO 1- Fundação das Primeiras Instituições Escolares De Mandaguari

Escolas de 1º graus	Fundação
Educandário Sagrada Família	1948
Ginásio Estadual de Mandaguari	1949
Escola Normal Regional Manoel Ribas	1949
Escola Estadual Rural “D.Pedro II”	1948
Escola Municipal Rural “Duque de Caxias”	1949

(MIOTO, 1977, n.p).

O ano de 1988 marca o momento em que o Complexo Escolar Professora Hilda de Oliveira deixou de existir em Mandaguari-PR, por determinação da Inspeção Estadual de Educação:

A partir do ano letivo de 1988, deixou de existir o Complexo Escolar “Professora Hilda de Oliveira”, passando os Estabelecimentos: Escola Estadual “Yolanda Cercal da Silva” e o Colégio Estadual “Vera Cruz”, às suas respectivas autonomia, tornando-se completamente independentes um do outro, sem qualquer ligação a nível de Complexo,segundo determinação verbal da Inspeção Estadual de Educação de Mandaguari.(COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ,2006,p.6)

O Complexo Professora Hilda de Oliveira (1977 a 1988) foi instituído por intermédio do decreto nº 4.019/1977(anexo C) reorganizando as instituições de ensino que, inicialmente, funcionavam no prédio do Grupo Escolar do município: Colégio Estadual Vera Cruz (Antigo Ginásio Estadual de Mandaguari fundado em 1949);Escola de Aplicação “Gabriela Mistral” (1946). Colégio Comercial Estadual “Barão do Cerro Azul” (1960); Escola Normal Colegial Estadual “Princesa Isabel” (1956); e Escola de Artes Industriais.

QUADRO 2- Instituições reorganizadas pelo Complexo Professora Hilda De Oliveira

Colégio Estadual “Vera Cruz”: instituído em 1949 com a denominação de Ginásio Estadual de Mandaguari.
Escola de Aplicação “Gabriela Mistral”: Instituída em meados de 1946, é considerada o primeiro Grupo Escolar do município. Por meio do decreto nº 14.738 de 14 de dezembro de 1958 a escola passou a denominar-se Escola de Aplicação “Gabriela Mistral”. O decreto nº 4.019 de 11 de outubro de 1977(anexo C), alterou sua denominação: Escola Princesa Isabel - Ensino de 1º grau. Em meados de 1986 a escola passou a seguinte denominação que permanece até a atualidade: Escola Estadual “Yolanda Cercal da Silva” - Ensino de 1º Grau, por meio da Resolução nº 1.807/86 de 17 de abril de 1986.
Colégio Comercial Estadual “Barão do Cerro Azul”: instituído em meados de 1960 por meio do decreto nº 24.415, em 1972 foi transferido para o prédio da Escola “São Vicente Palotti”.
Núcleo de Artes Industriais: nos documentos analisados não constam a data de fundação, sabe-se que o mesmo funcionou em anexo a Escola “Princesa Izabel” e em meados de 1977 por determinação do decreto nº 4.019(anexo C) passou a integrar a “Escola Princesa Izabel”- ensino de 1º Grau.
Escola Normal Colegial Estadual “Princesa Isabel”: instituída em 1956 por intermédio do Decreto nº 2.123, funcionava no prédio do Grupo Escolar de Mandaguari com a denominação de Escola Normal Secundária de Mandaguari. No ano de 1958 passou a denominar-se “Escola Normal Secundária Princesa Isabel”. Por ocasião do Decreto nº 2.057 de 27 de março de 1980(anexo G) em atendimento a disposição ao artigo 2º :O Colégio Estadual Vera Cruz, O Colégio Comercial Estadual Barão do Cerro Azul e a Escola Normal Colegial Princesa Isabel, passam a constituir um único estabelecimento, sob a denominação de Colégio Vera Cruz-Ensino de 1º e 2º Graus.(COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1977).

(MIOTO, 1977, n.p).

A opção por este tema e seu desenvolvimento resultou de um denso processo de pesquisa que merece ser aqui registrado. Em 2008, esta pesquisadora ingressou no Curso de Especialização em Pesquisa Educacional, ofertado pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, o qual possibilitou conhecer a pesquisa acadêmica, a importância das fontes primárias e secundárias.

O trabalho monográfico desenvolvido na Especialização, sob a orientação da professora Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado, intitulado: *Estudo histórico sobre a escola estadual de Mandaguari-PR: do Ginásio ao Colégio Estadual Vera Cruz* (MALHEIRO, 2010), encaminhou a compreensão não apenas do contexto histórico do município de Mandaguari, como do contexto paranaense e brasileiro, mediante levantamento das fontes documentais, relacionado à implementação da escola, existentes em arquivos. Essa Especialização instigou, especificamente, a compreensão do processo de escolarização no município de Mandaguari, os apontamentos historiográficos sobre o seu contexto, bem como o levantamento de fontes primárias e secundárias, permitindo o diálogo com o passado.

Vale destacar, entretanto, que este tipo de estudo não consiste em uma tarefa fácil. Sanfelice (2007), ao tratar da *História das Instituições Escolares*, evidencia como é complexa e abrangente a pesquisa nesta área.

Os caminhos para adentrar-se numa instituição são inúmeros. Há, como em edifícios, subterrâneos, alicerces, porões, portas, janelas, sótãos, telhados, chaminés... O desafio é entrar na instituição. É pouco relevante, parece-me, o caminho a ser escolhido. Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens, sons e outras). O que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interditado. (p. 77).

Durante o trabalho de Especialização, acumulou-se uma quantidade expressiva de fontes que contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho dissertativo, possibilitando analisar o processo de escolarização mandaguariense.

Em 2010, o ingresso no Mestrado em Fundamentos da Educação, como aluna regular do curso, representou o desejo de ampliar o olhar sobre o objeto analisado no trabalho monográfico. Desse modo, a principal motivação para a realização deste estudo foi ampliar a compreensão do processo de escolarização no município de Mandaguari-PR, destacando as características das escolas, os conteúdos, a prática dos professores, o processo de colonização e urbanização do município. Outro fato que possibilitou a escolha do tema foi descobrir, por intermédio da revisão bibliográfica, que o trabalho dissertativo seria inédito no cenário educacional paranaense.

É fundamental ressaltar que as pesquisas sobre as instituições escolares brasileiras, inclusive no Paraná, desenvolveram-se, sobretudo, a partir dos anos 1990, que coincide com o crescimento dos trabalhos em História da Educação, os quais têm sido desenvolvidos no interior dos programas de pós-graduação.

Considera-se que não há como compreender a educação sem o conhecimento do período histórico em que a mesma foi instituída, já que o pesquisador que se dedica a estudar os arquivos de uma determinada instituição escolar tem diante de si um vasto campo constituído por documentos, relatórios, fotos, entrevistas orais, enfim, um inúmero acervo que ajuda na reconstituição historiográfica de um determinado período, as quais permitem revelar o movimento contraditório de uma determinada sociedade em uma dada época.

Assim, este trabalho dissertativo tem por objetivo geral investigar o processo de escolarização no município de Mandaguari-PR, relacionando-o com o contexto educacional paranaense no período de 1949 a 1988. São seus objetivos específicos:

- Conhecer como ocorreu a colonização do Paraná e a sua relação com a história do município de Mandaguari-Pr;
- Estudar o processo de escolarização no município de Mandaguari-PR por meio da história das escolas isoladas e dos grupos escolares;
- Expor, por intermédio de categorias explicativas, as questões que mais se evidenciaram nos depoimentos dos sujeitos que participaram/participam da educação mandaguariense, bem como as informações disponibilizadas pelo conjunto de fontes.

O trabalho inicial consistiu na revisão bibliográfica, considerada uma das etapas primordiais, por possibilitar a leitura de trabalhos que tratam de modo relevante, sobre o objeto de estudo proposto. Constatou-se que o campo é imenso, basta um novo olhar para encontrar novas perspectivas e novas maneiras de analisar um documento ou uma instituição escolar. Inúmeras produções já foram realizadas e defendidas sobre o tema Instituições Escolares, mas é possível inferir que existe muito por escrever, analisar e descobrir sobre a história e a historiografia da educação.

Entende-se como primordial elencar os pesquisadores do “Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares”¹ que contribuíram para a reflexão da temática no Norte Novo e Novíssimo do Estado do Paraná, tais como: Hegeto (2007) apresentou estudos sobre a história da formação de professores no município de Maringá/PR, mediante investigação da Escola Normal Secundária (1950 a 1970); Silva (2008) estudou a disciplina de Psicologia da Educação em três escolas Normais Secundária do município de Maringá-PR (1950 a 1970); Ritt (2009) desenvolveu estudos sobre o processo de escolarização primária no município de Campo Mourão, investigando a história do “Grupo Escolar Marechal Rondon” (1947 a 1971); Bertonha (2010) pesquisou sobre a história da primeira escola primária do município de Sarandi

¹ O “Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares” tem como líderes: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado e Prof^a. Dr^a. Analete Regina Schelbauer. O grupo supracitado investiga estudos acerca da Educação e História da Educação nas linhas: História e Memória das Instituições Escolares no Brasil; História e Memória da Formação Professores e História da Educação Pública e Intelectual.

(1953 a 1981); Faria (2010) reconstruiu o processo histórico e a memória do grupo escolar “Hugo Simas” (1937 a 1972) do município de Londrina; Hervatini (2011) estudou as práticas pedagógicas durante a formação de professores em duas Escolas Normais: Escola Normal Regional Eduardo Claparèd em Maringá-PR; Escola Normal Regional Pestalozzi em Apucarana-PR, entre outros pesquisadores.

Sobre o debate de constituição da escola pública primária, bem como sobre o processo de instituição dos grupos escolares, destacam-se: Schelbauer (2000), Souza (2006), Castanho (2007), Miguel (2008), Araujo (2007), Saviani (2010), entre outros, possibilitando, por intermédio de suas pesquisas, a exploração do cenário histórico brasileiro e paranaense.

No que se refere à história de Mandaguari, foram encontrados dois livros. O primeiro, intitulado *Mandaguari sua História, sua gente*, organizado por José Adalberto Firmino Silva (1982), que, no primeiro capítulo, faz uma breve retomada sobre a colonização paranaense até a origem do povoado mandaguariense, apresentando, nos capítulos posteriores, os aspectos políticos, econômicos, religiosos, educacionais, culturais e sociais. O segundo livro regional, intitulado *Cinquentenário de Mandaguari – Mandaguari e sua História*, organizado pelas professoras Elizabeth Ana Fontes e Nair de Matos Bianchini (1987), contém dezenove capítulos que trazem dados sobre a fundação do povoado (denominado inicialmente Vitória), a localização da região e faz uma breve retomada sobre a emancipação política, assim como de aspectos econômicos, educacionais, religiosos, culturais e sociais.

Sobre a fundação do município, foi encontrado, nos arquivos da documentação escolar, um trabalho mimeografado, elaborado e organizado pelo professor Pedro Miotto (1977), o qual apresenta a história do município, o seu desenvolvimento, aspectos econômicos, culturais e, particularmente, educacionais. O supracitado trabalho informa que o primeiro jornal do município de Mandaguari foi fundado em 1959, denominado “Folha de Mandaguari”, sob a direção do Sr. Raimundo Pinheiro Costa (Costinha). Entretanto foram encontrados somente os exemplares a partir do ano de 1969.

Após o levantamento bibliográfico, constata-se que a investigação acerca do processo de escolarização mandaguariense será inédita no cenário brasileiro e paranaense, possibilitando o diálogo com os pesquisadores que desenvolvem estudos sobre as instituições escolares.

Na fase seguinte da investigação, foi realizado um levantamento do conjunto de fontes, considerado essencial para conhecer a história da educação do município. Saviani (2004) ressalta que, ao serem selecionadas tais fontes para a produção da historiografia da educação, como elas são históricas e construídas pelo homem, é possível encontrá-las em diversos acervos e de diferentes formas, mas é por intermédio do pesquisador que os diversos tipos de fontes terão sentido.

Desse modo, é possível entender que as fontes, especificamente as de uma instituição escolar, são todos os registros encontrados em arquivos escolares ou fora dos mesmos, que podem ser utilizados – documentos oficiais, cadernos de planejamento dos professores, fotos, livros antigos do colégio – e que permitem a compreensão da escola na época em foi instituída e o que ela representa na contemporaneidade. Sobre a origem das fontes Saviani (2004), destaca:

As fontes históricas estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história. [...] São documentos vestígios, indícios que foram acumulando-se ou foram sendo guardados, aos quais recorreremos quando buscamos compreender determinado fenômeno. [...] os mencionados objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em consequência, aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam escritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido. (SAVIANI, 2004, p. 5-7).

O pesquisador tem diante de si um longo processo, marcado por inúmeros desafios, ele não constrói a história, mas é ele quem aponta os caminhos para o desenvolvimento da pesquisa. O pesquisador não compreenderá o passado em sua totalidade, apenas reconstituirá fragmentos da história, tendo como instrumentos para seus estudos vestígios que a representam e que podem ser denominados: conjunto de fontes. Pode-se considerar que o conjunto de fontes são primordiais e possibilitam o desenrolar de uma pesquisa, se não há fontes e problematização, não existe pesquisa.

Miguel (2007) considera que os arquivos das instituições escolares possibilitam novos encaminhamentos para a pesquisa, alerta, todavia, que o pesquisador, ao estudar as

instituições escolares, nem sempre terá à sua disposição os documentos organizados em arquivos. Desse modo, a seleção, a recuperação e a organização das fontes revelaram-se uma etapa primordial para o encaminhamento deste trabalho dissertativo.

O trabalho dissertativo utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa. No que tange à pesquisa bibliográfica, Severino (2007) caracteriza-a como decorrente de estudos realizados em livros, artigos, dissertações, teses e documentos impressos. É fundamental ressaltar que “[...] os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados” (SEVERINO, 2007, p. 125). A produção existente acerca do tema subsidia o desenvolvimento de todo e qualquer estudo. No entanto, considera-se que a base de toda pesquisa está no olhar do pesquisador e na discussão que trava com o conjunto de fontes.

No âmbito documental e bibliográfico, foi realizado o levantamento do conjunto de fontes que permitiram compreender o processo de escolarização mandaguariense, considerando o período de 1949 a 1988. Para a organização do conjunto de fontes, foram pesquisados os arquivos institucionais, a documentação escolar do município, os acervos da biblioteca, da secretaria da educação, os arquivos pessoais dos sujeitos entrevistados, entre outros. Desse levantamento, destacam-se os trabalhos regionais que tratam da história do município citados anteriormente de Silva (1982) e de Elizabeth Ana Fontes e Nair de Matos Bianchini (1987), bem como o trabalho mimeografado organizado pelo professor Pedro Miotto (1977), disponível na documentação escolar do município.

Outros documentos merecem destaque: a cópia do Projeto de Cooperação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal de Mandaguari – Promunicípio (Diagnóstico), elaborado em 6 de outubro de 1977, disponível na Biblioteca Municipal Dr. Alcir Castelo Branco; o Decreto nº. 9.137, de 3 de dezembro de 1949, que criou o Ginásio de Mandaguari (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1959a,n.p); o Decreto nº. 19.628, que alterou a denominação do Ginásio de Mandaguari para “Vera Cruz”, de 9 de novembro de 1955 (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1959b,n.p); o Decreto nº. 4019, de 13 de outubro de 1977 que autorizou o funcionamento do Complexo Escolar Professora Hilda de Oliveira – Ensino de 1º e 2º Graus e reuniu no mesmo estabelecimento: o Colégio Estadual Vera Cruz, o Colégio Estadual Barão do Cerro Azul, a Escola Normal Colegial Estadual Princesa Izabel, Escola de Aplicação Gabriela Mistral e a Escola de Artes Industriais (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1977,n.p); o Decreto nº. 2.057, de 11 de outubro de 1977, que alterou a redação dos artigos 1º e 2º do decreto 4.019 (COLÉGIO

ESTADUAL VERA CRUZ, 1980, n.p); Resolução nº. 253 de 28 de janeiro de 1982 que estabelece o reconhecimento do curso de 2º Grau – Regular com as seguintes habilitações: Contabilidade, Magistério e Básica em saúde (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1982, n.p); Resolução nº. 4.094 de 22 de agosto de 1985 estabelece o reconhecimento do curso de 2º Grau Regular- Propedêutico no Colégio Estadual Vera Cruz- Ensino de 1º e 2º Graus (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1985a, n.p); Resolução nº 2.607 de 25 de junho de 1987, reconhece o Curso de Formação de Professores para o Magistério Pré-Escolar (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1987, n.p); atas de exames; documentos oficiais; decretos de criação das escolas; livros de registros pertencentes às instituições; registros particulares de ex-professores; conteúdos bimestrais utilizados pelas instituições e fontes iconográficas.

A coleta de documentos, de certo modo, constituiu-se em um trabalho árduo, contudo a disponibilização do conjunto de fontes, pelos diversos arquivos institucionais, permitiu o diálogo com o passado, a reconstituição da memória educacional por intermédio de atas de exames, avaliações de alunos, cadernos de planejamento de professores, decretos de instalação de escolas, entre outros documentos, os quais foram fundamentais para a realização do trabalho historiográfico.

Segundo Miguel (2008), os documentos oficiais, sejam eles leis ou relatórios de governadores, contribuem para o entendimento das instituições escolares existentes. Embora os documentos não falem por si, eles podem ser questionados e traduzem, em seu interior, o contexto de um determinado momento histórico, etapa que se considera relevante para este estudo.

Para a aplicação da abordagem qualitativa, muito auxiliaram as considerações de Duarte (2002) ao ressaltar a importância de o pesquisador estabelecer critérios claros para a definição dos sujeitos que irão compor o campo investigativo.

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado. (DUARTE, 2002, p. 141).

Este trabalho dissertativo se aliou, portanto, à abordagem qualitativa que parte do pressuposto “[...] de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2006, p. 79). Sobre a relação “dinâmica” que se estabelece entre os sujeitos, considera-se que:

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais. Isto não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais com o contexto geral da sociedade. (CHIZZOTTI, 2006, p. 83).

Para tanto, a oralidade dos sujeitos que reconstituíram as primeiras iniciativas de escolarização no município de Mandaguari não irá atingir a totalidade do fenômeno estudado, uma vez que são necessárias a sua relação com o conjunto de fontes e a análise realizada pelo pesquisador. O pesquisador deverá “[...] expor e validar os meios e técnicas adotadas, demonstrando a cientificidade dos dados colhidos e dos conhecimentos produzidos” (CHIZZOTTI, 2006, p. 85).

Desse modo, no que se refere à abordagem qualitativa, foram realizadas, no período de maio a junho de 2010, entrevistas, por intermédio de questionários semiestruturados, previamente agendadas. A população da pesquisa permitiu retratar a memória oral de oito professores mandaguarienses que contribuíram e contribuem para o campo da história da educação. Durante as entrevistas, os sujeitos puderam expor outras questões a respeito da escolarização, da história do município, das características das escolas, dos conteúdos trabalhados. Alguns sujeitos entrevistados cederam cadernos, provas, fotos que permaneceram registrados ao longo dos anos em seus arquivos pessoais, possibilitando o enriquecimento do referido estudo.

Ao estudar o processo de escolarização de Mandaguari, a organização do conjunto de fontes foi primordial para a compreensão de seu contexto educacional, constituindo-se no alicerce para o desenvolvimento do presente trabalho dissertativo. Por intermédio das

mesmas, foi possível reconstituir e investigar memórias, até então, deixadas no esquecimento em diversos arquivos institucionais.

Para a compreensão de parte do processo de escolarização mandaguariense, foram utilizados fundamentos do método materialista histórico, que trouxeram ao campo dissertativo a possibilidade de dialogar, analisar e reescrever os fatos que influenciaram a fundação do município, as instituições escolares, as práticas pedagógicas dos professores, entre outras questões.

Nosella e Buffa (2005, p. 362) destacam que a aplicação do método dialético em pesquisas sobre instituições escolares consiste em “[...] relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social”, de modo a compreender a história e a filosofia de uma determinada instituição. Quanto à utilização desse método pelos pesquisadores que se dedicam a estudar as instituições escolares, acrescentam os autores:

O pesquisador pode estabelecer uma conexão objetiva entre as particularidades da escola e da sociedade, a partir do levantamento e da análise de qualquer dado empírico (documentos, fotografias, plantas, cadernos, livros didáticos etc.), mas de acordo com nossa experiência, acreditamos que os procedimentos mais adequados para alcançar esse objetivo metodológico sejam a análise das trajetórias dos alunos, ex-alunos e docentes, bem como a análise dos conteúdos e das metodologias utilizadas na instituição estudada. Em outras palavras: é essencial tanto indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para se definir seu sentido social, quanto analisar currículos utilizados para compreender seus objetivos sociais. (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 365).

O pesquisador necessita refletir criticamente, observar e questionar os sujeitos presentes nesse movimento em que se constrói a história educacional. Não se trata apenas de apresentar o histórico de uma instituição, porque, ao coletar dados, obter-se-ia uma vasta documentação, mas uma documentação descritiva, positivista, que o árduo trabalho do pesquisador não levaria a êxitos. Por isto, pretende-se olhar reflexivamente para o processo de escolarização no referido município, encontrando possibilidades de estudo, questionamentos, compreendendo a história como movimento.

Lombardi (2008, p. 2) ressalta que o marxismo pode ser considerado como uma “[...] concepção viva e suficiente, ainda na contemporaneidade, para análise crítica da sociedade capitalista, além de ser um referencial revolucionário e transformador da ordem existente”. O referido autor defende o pressuposto de que, para o entendimento da

educação, faz-se necessário compreender o contexto em que se desenvolvem os movimentos contraditórios oriundos dos processos de lutas entre classes.

Destarte, o estudo foi organizado em quatro seções, sendo a primeira a presente Introdução.

Na segunda seção, intitulada: *A colonização do Paraná e a História do município de Mandaguari-PR*, aborda-se a história da colonização paranaense, bem como os antecedentes que possibilitaram o desbravamento do norte novo, evidenciando o processo histórico do município de Mandaguari-PR. Dessa forma, faz-se relevante adiantar que foram realizadas leituras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975), Silva (1982), Fontes e Biachini (1987), Mota e Noelli (1999), Tomazi (1999), Wachowicz (1998, 2001), Trindade e Andreazza (2001), Lazier (2003), Prosser (2004), Camargo (2006), Cavalcanti (2007), Monarcha (2007), dentre outros autores que contribuíram expressivamente para a redação dessa seção.

Na terceira seção, *Dos Grupos Escolares ao processo de escolarização no município de Mandaguari-PR*, discute-se a formação dos grupos escolares brasileiros, bem como a situação da educação brasileira, com o intuito de investigar o cenário educacional paranaense na década de 1940 a 1980, apresentando como ocorreu o processo de escolarização no município de Mandaguari.

Na quarta seção, denominada *Da construção à reconstrução: O retrato da educação mandaguariense por meio da história oral*, foi realizada a análise do conjunto de fontes relacionando-as com a história oral dos sujeitos entrevistados, oportunizando a investigação histórica mandaguariense.

2 A COLONIZAÇÃO DO PARANÁ E A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR

Nesta seção, serão feitas considerações referentes à colonização norte paranaense, visto que o objeto apresentado insere-se neste espaço, tendo como palco de estudo o município de Mandaguari, localizado no noroeste do Estado do Paraná. Ao debruçar o olhar para a sua colonização, será destacada a história do Paraná e a fundação do município de Mandaguari.

2.1 A Colonização do Paraná

O território paranaense, desde o final do século XVI, já estava ocupado por povos indígenas, nômades que viviam em pequenos grupos. A maioria dos indígenas pertencia “[...] às famílias linguísticas Jês e Tupi-Guarani” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 14), populações que contribuíram para a formação do povo paranaense.

Mota e Noeli (1999, p. 22) destacam que foi construída uma “[...] ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos a serem ocupados, assim essa ideologia teve suas raízes [...] dentro dos marcos da expansão capitalista que incorporou essas áreas ao sistema de produção”. Sobre esta questão, os autores destacam:

É importante dizer que não há uma continuidade étnica e cultural entre os maringaenses e as populações pré-históricas e indígenas que viveram onde atualmente se encontram os limites do município. Para existir Maringá e o “Norte do Paraná”, foi necessário expulsar, destruir e confinar as populações indígenas que viveram nessas regiões. Da mesma maneira que se substituíram as populações indígenas por brasileiros e migrantes de outros países, também foi necessário destruir a rica floresta do Paraná para implantar o modelo econômico agropastoril das monoculturas e da criação extensiva de gado. No interior dessas áreas predominantemente florestais, os Guarani, Xokleng e os Kaingang realizavam uma sofisticada e produtiva agricultura de diversos cultivos, de baixo impacto ambiental e adaptada a ciclos biológicos naturais (NOELLI; MOTA, 1999, p. 6-7).

Sobre a ocupação do território paranaense por diferentes populações indígenas, Noeli e Mota (1999, p. 5) destacam que o Estado, “[...] vem sendo continuamente habitado

por diferentes populações humanas há cerca de 7000 anos, de acordo com os vestígios materiais mais antigos encontrados pelos arqueólogos”. Sobre a formação da população paranaense destaca-se a contribuição de Lazier (2003), que considera o Estado como “a terra de todas as gentes”:

Partindo da premissa que o atual território do Estado do Paraná não possui população autóctone, pode-se afirmar que todos que participaram do processo de ocupação da região são imigrantes, a começar pelos pré-ceramistas e pré-colombianos, ou seja, as famílias linguísticas Jê e Tupi-Guarani. Depois, vieram os colonizadores espanhóis e portugueses. Em seguida, os navios-negreiros trouxeram os africanos escravizados. No fim do século XIX e início do século XX, vieram os europeus e os Asiáticos. A partir de 1930, o norte, o oeste e o sudoeste do Paraná foram ocupados por migrantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e nordestinos. Em verdade, o Paraná é a terra de todas as gentes. Tornou-se uma região multicultural e multirracial, uma mistura de sangue e cultura, talvez única no mundo pela sua diversidade. Essa é uma de suas particularidades, talvez sua identidade. (LAZIER, 2003, p. 89).

A ocupação dos povos imigrantes nas regiões paranaenses foi favorecida pelas condições climáticas. Esses povos deram suas contribuições nas técnicas da agricultura, hábitos alimentares de diversas regiões, construções civis e públicas, abertura de estradas, denominações de cidades, entre outras, construindo desse modo a “identidade” do território paranaense.

No século XVIII, a região de Curitiba apresentava uma população em torno de 1400 pessoas. Contava com um clima favorável e terras férteis para a agricultura e a pecuária, entretanto, em relação ao meio geográfico, dispunha de fatores negativos, como explicita Wachowicz (1988, p. 66): “[...] a Serra do Mar, de difícil transposição, encoberta pela mata atlântica, muito intrincada, dificultava aos curitibanos a venda de sua produção agrícola ou pastoril”, contudo, apesar das dificuldades apresentadas no início, anos depois, Curitiba se desenvolveu e foi instituída a capital do território paranaense.

Camargo (2006) ressalta que no século XIX, houve a propagação das ideias republicanas no cenário brasileiro, tendo em vista as transformações ocorridas na Europa. Destacam-se a Revolução Industrial, bem como os questionamentos dos filósofos e economistas Vauban, Fénelon, Pierre Bayle, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Quesnay, Gournay e Adam Smith “[...] sobre o Antigo Regime em vigor, acerca de vários princípios que eram considerados indiscutíveis, com o objetivo de proporcionar novos meios que viessem a tornar os homens desse tempo mais realizados perante a sociedade”

(CAMARGO, 2006, p. 9). Os questionamentos dos filósofos e economistas acerca da “[...] problemática entre os políticos e o povo de todos os Estados Nacionais da Europa” estavam presentes em suas obras e nas discussões que travavam sobre o cenário presente no século XVIII.

Em relação às estatísticas da população paranaense entre os séculos XVIII e XIX, Prosser (2004, p. 36) aponta que a presença dos negros foi “[...] progressivamente diminuindo, à medida que aumentava a entrada do imigrante europeu”. Aos poucos, os imigrantes europeus assumiram o processo de colonização e tornaram-se proprietários de várias regiões, propiciando o desenvolvimento de uma nova classe média paranaense. O imigrante europeu “[...] tornou-se personagem típico da população paranaense, criou a agricultura de abastecimento, a pequena propriedade e participou da economia da madeira, do gado e do mate, além de ter concorrido para a modificação do aspecto urbano” (PROSSER, 2004, p. 40). Acrescenta o mesmo autor:

De maneira geral, essa expressiva massa imigratória, sua riqueza e variedade étnico-cultural, aliada ao elemento ibérico, negro e indígena estabelecidos na região inicialmente pelo ouro, depois pela criação do gado, pela erva-mate e pela madeira, conferiu ao Paraná uma tipologia humana específica. Plasmou-se uma sociedade que enfatizava a educação, a cultura e as atividades intelectuais e técnicas, peculiares aos países de origem dos estrangeiros aqui radicados e presentes nas preocupações de alguns dos dirigentes da Província e do Estado do Paraná, entre eles, os senhores do mate. (PROSSER, 2004, p. 40-41).

Os imigrantes contribuíram para o desenvolvimento do comércio, indústrias e diversas atividades artesanais, crescimento das cidades, alteração da arquitetura religiosa. Desse modo, “[...] italianos, alemães, poloneses, franceses e pessoas de outras etnias vieram dar uma nova feição para as cidades” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 55.), uma vez que, até meados do século XIX, grande parcela dos povos imigrantes vivia na zona rural, desse modo “[...] começa a florescer uma economia tipicamente urbana, e principalmente, a aumentar a população residente” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 55).

No final do século XIX, a expansão da pecuária, da mineração, o crescimento da produção e comércio da erva-mate favoreceu o desenvolvimento do território paranaense possibilitando “[...] sonhar com a autonomia política da Comarca de Curitiba” (LAZIER, 2003, p. 83).

Ante tal progresso, o projeto emancipacionista em favor do território paranaense foi obtido em 02 de agosto de 1853 o Estado paranaense torna-se Província do Império, por intermédio da Lei nº. 704, sancionada pelo Imperador D. Pedro II, que tornou “[...] o Paraná a mais jovem província do Império” (WACHOWICZ, 2001, p. 120). Seu primeiro presidente foi Zacarias de Góes e Vasconcelos, ainda no período provincial, seu governo teve uma duração de 36 anos, de 1853 a 1889 (ano da Proclamação da República).

No governo de Zacarias de Góes e Vasconcelos, houve a confirmação de Curitiba como capital paranaense. Dentre os argumentos expostos pela Assembleia Legislativa e pelo referido presidente, que contribuíram para a efetivação da cidade de Curitiba como capital, destacam-se os seguintes: o município era populoso e possuía um elevado número de eleitores, sua localização facilitava a administração e se situava mais no centro da Província. É fundamental destacar que o governo de Zacarias de Góes e Vasconcelos foi marcado por propício desenvolvimento, com a realização de diversas obras, que, de certo modo, favoreceram a ocupação do território paranaense.

O período provincial paranaense pode ser dividido em duas fases: de 1853 até a Guerra do Paraguai (1864-1870) e do término da guerra até 1889. A primeira fase é caracterizada pela nomeação de políticos de outras províncias e a segunda por possuir mais autonomia provincial.

No período imperial, houve 41 presidentes, o que demonstra instabilidade e ineficiência administrativa dos governos provinciais. Os presidentes das referidas províncias, explicita Wachowicz (2001, p. 125), “[...] eram escolhidos entre os elementos pertencentes ao partido político dominante no cenário nacional e nomeados pelo imperador”.

A região paranaense, já emancipada, tinha como característica terras férteis, clima favorável para o plantio de café, e a erva-mate era a grande precursora da economia, visto que, já em 1850, representava 1,3% das exportações brasileiras. No ano de 1853, o Paraná possuía 90 engenhos de “[...] beneficiamento de mate, alcançando grande consumo nos mercados de Buenos Aires, Montevideu, Valparaíso no Chile e Rio de Janeiro” (WACHOWICZ, 1988, p. 128), representando o alicerce da economia do território paranaense até a década de 1920.

Considera-se que, graças à exploração da erva-mate, o povo paranaense passou a ter “[...] certo bem-estar e confiança no futuro, chegando a formar no interior uma classe

média, composta de produtores, os quais, devido à posição conquistada na sociedade, vão exercer forte influência na política local” (WACHOWICZ, 1988, p. 128).

Os anos de 1875 a 1920 representaram um período de grandes transformações para a capital paranaense, favorecido pelos ciclos da mineração, pecuária e erva-mate, propiciando o enriquecimento de várias famílias e o processo de urbanização de Curitiba, podendo ser “[...] observadas, também no desenho urbano da cidade, nas grandes mansões construídas pelos ervateiros [...]” (PROSSER, 2004, p. 34).

Na década de 1920, o cenário brasileiro pode ser caracterizado por acontecimentos de ordem social, cultural e política como a crise do café, a Semana da “Arte Moderna”, a rebelião dos jovens oficiais do Forte de Copacabana, a campanha civilista proposta por Rui Barbosa, o movimento tenentista e os movimentos promovidos pela classe de trabalhadores, que consolidaram a “[...] a visão nacionalista, vindo a interferir no processo da modernização do país” (CAMARGO, 2006, p. 107).

A modernização da capital paranaense contribuiu para a ocupação das terras do norte, “[...] surgindo então às cidades de Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procopio e Andirá” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 67.), região que, posteriormente, foi denominada norte velho.

O Estado do Paraná se diferenciava do restante do país visto que o setor econômico se amparava na produção de erva-mate, madeira e no desenvolvimento da cafeicultura, favorecendo o nascimento de cidades em todo o seu território. Desenvolveram-se cidades como Londrina, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Mandaguari, Maringá, Cianorte e Umuarama na região denominada Norte Novo. Lazier (2003) destaca: “O que influenciou na rápida ocupação do norte foi a cultura do café que em 1947 representava 11,4 % da produção nacional e em 1962 passou para 62,8%” (p. 142-143).

A colonização dos territórios norte novo e novíssimo paranaense teve início com a vinda da missão de Montagu, de origem inglesa, convidada pelo presidente Arthur Bernardes, com o intuito de estudar a situação econômica, financeira e comercial do país. Para tanto, o governo brasileiro solicitou aos ingleses “[...] um estudo para reformular o sistema de arrecadação dos impostos federais” (WACHOWICZ, 2001, p. 267). A missão inglesa chegou a territórios brasileiros em meados de 1924, com o intuito de investir no plantio de algodão. Inicialmente, a empresa *Brazil Plantations Syndicate Ltda.* se estabeleceu em Londres, entretanto, como não obteve resultados satisfatórios, resolveu fundar o *Paraná Plantations*, sediado em Londres, e a “Companhia de Terras do Norte do

Paraná” sediada em São Paulo. Esta situação foi mantida até 1944, quando os acionistas brasileiros adquiriram a totalidade das ações da Companhia de Terras, que passou a denominar-se Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná.

A Missão Montagu trouxe, ao Brasil, Lord Lovat (um dos grandes nomes da colonização do norte novo e novíssimo paranaense), que trabalhava como assessor de assuntos de agricultura e florestamento da *Sudan Cotton Plantations*, sendo de grande relevância o processo de colonização do território paranaense. De um lado, estava Lord Lovat, que buscava no território brasileiro informações sobre a agricultura e terras para o plantio de algodão, de outro lado, estavam os fazendeiros que ocupavam o norte velho e procuravam investidores para continuar as obras da ferrovia São Paulo-Paraná, iniciadas por fazendeiros que paralisaram as obras devido a dificuldades financeiras.

Os interesses em questão deram início à colonização do norte novo e novíssimo paranaense, resultando na Companhia de Terras do Norte do Paraná, tendo como primeiro presidente o advogado Antonio Barros Moraes. De acordo com Wachowicz (2001), em 1931, a Companhia de Terras Norte do Paraná já havia vendido 3.000 alqueires do referido território. Os compradores eram atraídos por preços vantajosos e pelas terras férteis da região.

Lazier (2003) destaca que a visita de Lord Lovat ao Brasil resultou na criação da *Brazil Plantations Syndicate Ltda.* em Londres, cujo objetivo era colonizar as terras do norte paranaense. Assim, os ingleses:

[...] compraram terras entre os Rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Em 1925, adquiriram diretamente do governo do Estado 450.000 alqueires por apenas 8.712 contos de réis. Pagaram por alqueire o equivalente a 5 kg de feijão ou o salário de um carpinteiro. Foi um negócio ilícito. Em 1927, já possuíam 515.000 alqueires, coberto de matas (LAIZIER, 2003, p. 142).

O objetivo da Companhia era promover a colonização e o desenvolvimento da área que possuía, entretanto as dificuldades causadas pela Segunda Guerra Mundial levaram os ingleses a colocarem à venda a Companhia de Terras do Norte do Paraná, que foi adquirida por grupos paulistas, dando origem, no ano de 1944, à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que foi a responsável pela fundação da cidade de Mandaguari-PR. Wachowicz (2001, p. 271) explica que as cidades de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Cianorte, Umuarama, Guaira entre outras, foram fundadas por essas duas companhias no norte do Paraná. A Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná possuía sede no patrimônio de Três Bocas (atualmente cidade de Londrina), onde se localizava o núcleo da colonização.

No antigo patrimônio de Três Bocas, a 22 quilômetros de Jataizinho, foi levantado um acampamento em 1929. Ali foram instalados os escritórios da Companhia de Terras Norte do Paraná e iniciada uma infra-estrutura urbana. [...] Foi tão grande a movimentação de compras de terras, que em apenas um determinado ano, a companhia chegou a vender 60.000 alqueires. Ao lado de compradores nacionais era grande também o número de estrangeiros: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, poloneses, ucranianos, etc. (WACHOWICZ, 2001, p. 271.).

A obra colonizadora contou com a ajuda de famílias vindas de São Paulo e Minas Gerais, que chegaram, em 1930, ao Patrimônio de Três Bocas. Os colonizadores participaram de expedições estimuladas pela Companhia, que tinha como principal objetivo a colonização do vasto território paranaense, caracterizado, na publicação da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (1975, p. 63), como uma “[...] estrada rude, penetração serpeante pela floresta que espanta e extasia, [...]”, ressaltando que os desbravadores encontraram um território fértil, que propiciava o desenvolvimento nas terras roxas do norte paranaense.

Em 1930, os colonizadores/desbravadores chegaram ao patrimônio de Três Bocas, caracterizado como um “[...] acampamento de pioneiros, aberto na clareira circundada pela imponente mata de terra roxa, onde sobressaíam grandes perobas e paus-d’alho”, um cenário que revelava os primeiros passos para o desenvolvimento da região em meio a algumas casas de madeira e poucas ruas.

A década de 1930 foi amplamente importante para a Companhia em termos de concretização de objetivos. A partir de Londrina, que nasce do patrimônio de Três Bocas, sendo transformado em município em 3 de dezembro de 1934, através do Decreto Estadual nº. 2519, foram criadas novas cidades, que nasciam como povoados de Londrina e logo se emancipavam. Numa sequência, podemos ver Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana e Mandaguari. Todas fundadas na década de 1930, mesmo que a emancipação de algumas, como Mandaguari, só ocorresse na década de 1940. (SILVA, 1982, p. 2).

A Companhia de Terras do Norte do Paraná adotou estratégias favoráveis à colonização paranaense no que tange, em especial, à definição das áreas desbravadas, “[...] as cidades a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente” (COMPANHIA..., 1975, p. 76). Distantes

dos núcleos econômicos, de 10 a 15 quilômetros, seriam fundados “[...] os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários”, contribuindo para o desenvolvimento de muitos outros núcleos econômicos. Desse modo, é fundamental considerar que as cidades fundadas obedeciam “[...] a um plano urbanístico, previamente estabelecido” (COMPANHIA..., 1975, p. 125), no qual as ruas e praças abertas estavam em favor do relevo de cada território colonizado.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná considerou como núcleo básico da colonização as cidades que se distanciavam 100 quilômetros umas das outras, conforme proposto pelos ingleses, destacando cidades como Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, que foram planejadas para se transformarem em grandes metrópoles. Entre esses núcleos, ao serem fundados os patrimônios menores, alguns deles, entretanto, transformaram-se em grandes cidades. Como exemplo, podem ser destacadas as cidades de Apucarana, Cambé, Rolândia, Arapongas, Astorga, Nova Esperança e Mandaguari. Foram cidades que “[...] cresceram praticamente por si, pois a Companhia se limitou a planejá-las e a construir um escritório, uma estação de jardineiras e uma escola” (COMPANHIA..., 1975, p. 125).

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná chegou a Vitória (atual município de Mandaguari) em meados de 1937, contribuindo, de modo efetivo, para a ocupação do norte paranaense, “[...] colonizou uma área “correspondente a 546.078 alqueires de terras ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados”. (COMPANHIA..., 1975, p. 133).

Luz (1997) destaca que a colonização do norte paranaense se embasou em pequenas propriedades de cafezais, propiciando “[...] a existência de uma população rural bastante numerosa” (p. 23), todavia as atividades como comércio, prestação de serviços “[...] se concentraram nas cidades, estabelecidas ao longo da estrada de ferro e da rodovia [...]” (p. 23).

A ocupação das terras do norte e novíssimo paranaense iniciada por Lord Lovat em meados da década de 1920 influenciou diretamente no desenvolvimento do município de Mandaguari, que foi colonizado em meados de 1930, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

2.2 A História do Município de Mandaguari

Em 1936, já residiam, no povoado Vitória (atual município de Mandaguari), famílias oriundas dos mais variados pontos do país, já que as terras férteis do povoado ocupado pela empresa colonizadora propiciavam o desenvolvimento de diversos tipos de atividades, sobretudo agrícolas. Alguns autores que escreveram sobre a história do município, trazem a ideia de que os migrantes e imigrantes que chegaram ao território mandaguariense foram “pioneiros”, uma ideologia construída pela classe dominante, esquecendo-se que povos indígenas foram os primeiros habitantes do Brasil e, consequentemente, do território paranaense.

O termo “pioneiro” tem sido utilizado “[...] procurando-se, assim, enaltecer a figura de determinadas pessoas e colocar na ação de alguns indivíduos a pujança regional”. (TOMAZI, 1999, p.74). Esclarece o mesmo autor que o termo “pioneiro” aparece como símbolo do homem desbravador, associado à prosperidade e ao progresso de uma determinada região.

As primeiras famílias que reocuparam o município de Mandaguari foram responsáveis por derrubar matas, construir ruas, escolas, empresas, entretanto o desenvolvimento do município não deve ser associado apenas a alguns nomes considerados “pioneiros” “[...] silenciando-se sobre os outros partícipes do processo de crescimento e constituição da cidade e região” (TOMAZI, 1999, p. 75).

Em meados de 1937, o povoado recebeu a denominação de Vitória devido à existência de um ribeirão assim denominado. Nesse período, o povoado caracterizava-se por casas feitas de madeiras, cobertas de tabuinhas sem forro, que se erguiam em torno de uma serraria (Serraria Vitória) que se constituía em local de trabalho para o sustento de algumas famílias.

No final de 1936 e início de 1937, os irmãos Manoel e Antonio dos Santos, construíram uma serraria e em torno dela surgiram [sic] um grande número de casas. Os irmãos Manoel e Antonio deram à serraria o nome de Vitória, tendo em vista o Ribeirão Vitória. A serraria deu sustento a muitas famílias que se abrigaram ao seu redor e o nome Vitória foi forte e se estendeu ao novo povoado que nascia. As casas foram nascendo conforme as necessidades dos moradores e não se observou o traçado correto que se espera de uma cidade. Já no ano de 1937, o

povoado Vitória contava com 2 quarteirões de casas. (CAVALCANTI, 2007, p. 38).

Em 1939, a Companhia Colonizadora, sediada em Londrina, resolveu dar ao povoado de Vitória o nome de Lovat, em homenagem a Lord Lovat, que foi um dos responsáveis pela colonização do território paranaense em meados de 1924. Entretanto o cenário mundial, marcado pela Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, de certo modo, influenciou especificamente na alteração dos nomes recebidos pelos povoados paranaenses ocupados pela Companhia, visto que, em 1942, o governo brasileiro solicitou aos estados que tivessem cidades com nomes de origem germânica que os substituíssem por nomes de origem brasileira. O governo do Paraná iniciou as trocas, como no caso de Nova Dantzing, que passou a se chamar Cambé, este sim de origem germânica. No entanto, o funcionário responsável por tal mudança acreditou que Lovat (de origem inglesa) caberia na mesma regra, levando-o a escolher outro nome.

Fontes e Biachini (1987), pesquisadores que tiveram acesso aos primeiros mapas do povoado de Vitória, afirmam que consta um ribeirão com a denominação de Mandaguari; alguns colonos afirmaram que o nome é de origem indígena, designando uma espécie de abelha encontrada na região; outros mapas apresentam a denominação Barbacena. Fontes e Biachini (1987) defendem que a definição mais acertada da origem da denominação de Mandaguari se deve a um ribeirão chamado Mandaguari.

Outro fator que faz aceitar que Mandaguari foi assim denominada em homenagem a um ribeirão é o depoimento do engenheiro topógrafo Wladimir Babkov, que acompanhou e chefiou as equipes da Companhia no que tange à escolha dos nomes de regiões que se limitam a Mandaguari. Seu depoimento está contido na obra escrita pelos homens da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.

O batismo das águas encontradas ficava a cargo do Departamento de Topografia, que para a escolha dos nomes aproveitou o dicionário guarani, a relação de acidentes geográficos dos países de onde vinham os imigrantes (Espanha, Portugal, Itália), bem como nomes de santos, de marcas de cigarro, de quadros de futebol, ou mesmo nomes de namoradas e esposas dos agrimensores. Somente os nomes dos rios e ribeirões constantes das escrituras primitivas não foram alterados. Os povoados ou patrimônios, como os chamávamos, recebiam o nome da aguada mais próxima. Assim foram batizadas Marialva, Jussara, Astorga, Iroi (atual Castelo Branco), Jandaia, Floriano, Florai e outras. (COMPANHIA..., 1975, p. 28).

A explicação que se consolidou, inclusive adotada pelo hino do Município e até mesmo ensinada aos alunos mandaguarienses, é de que sua denominação tem origem indígena e significa uma espécie de abelha existente na região.

Em meados da década de 1940, a cidade de Mandaguari teve acesso ao transporte rodoviário de pessoas, realizado pela jardineira². Fontes e Bianchini (1987) explicam que “[...] a jardineira passava duas vezes ao dia em Mandaguari, vinda de Londrina, indo até Maringá e, em seguida, fazia o seu regresso” (FONTES; BIANCHINI, 1987, p. 39).

Em 1942, o povoado recebeu da Companhia de Terras do Norte do Paraná aproximadamente 15 alqueires destinados à construção de uma pista para pouso de aviões, obra realizada na administração do primeiro prefeito, Décio Medeiros Pullin. Todavia, apesar de alguns passos para o desenvolvimento, o povoado mandaguariense necessitava de mais melhorias. Observam Fontes e Biachini (1987), no que se refere às habitações: “[...] as casas eram de madeira, pois a região oferecia madeira, sem pinturas, dispostas inicialmente em quarteirões ao redor da capela” (p.39), caracterizando a influência religiosa no desenvolvimento do povoado, que iniciava, pouco a pouco, o seu processo de emancipação.

Em 1943, Mandaguari foi desmembrada do município de Londrina, passando a ser distrito do município de Apucarana e, em meados de 1944, foi elevada à condição de Vila, apresentando visível desenvolvimento no que se refere à população, ao comércio e à agricultura. Contudo, o município de Apucarana, que detinha uma grande extensão territorial, apresentava dificuldades quanto à comunicação e ao transporte, ante o aumento populacional, para administrar a Vila Mandaguari. Por isto, o interventor do Paraná na época, Moyses Lupion, por intermédio da Lei nº. 2, de 10 de outubro de 1947, separou Mandaguari de Apucarana, passando a Vila Mandaguari à condição de município.

Ressaltam Fontes e Biachini (1987, p. 51) que o município de Mandaguari recebeu “[...] uma área de aproximadamente de 14.000 quilômetros quadrados, passando a ser o 2º maior município do Paraná”. Passou a ter como distritos os seguintes povoados, que foram elevados à condição de vila: Marialva, Maringá, Guaíra (Mandaguaçu), Capelinha (Nova Esperança) e Paranavaí. O interventor do Paraná nomeou o Dr. Ary da Cunha Pereira como o primeiro prefeito para o município de Mandaguari, que seria o responsável pela situação

² A jardineira era a denominação dada ao ônibus da época, utilizada para o transporte de pessoas na região, o que, de certo modo, favoreceu o desenvolvimento da região, bem como o seu processo de emancipação.

político-administrativa até quando houvesse eleições municipais, exercendo seu mandato até dezembro de 1947. Em novembro do referido ano, foram realizadas as eleições municipais, sendo eleito o primeiro prefeito: Décio Medeiros Pullin. A sua administração destacou-se pela preocupação com o cenário educacional mandaguariense. E, somente no ano de 1951, os distritos que, até então, pertenciam ao Município de Mandaguari se desligaram e se elevaram à condição de município.

Em 1947 foi criado o município de Mandaguari, pela Lei nº. 2, de 10 de outubro, que dispunha sobre a divisão administrativa do Estado. O município 14.000 km² de extensão e contava com quatro distritos: Mandaguari, Marialva, Maringá e Paranavaí. (LUZ, 1999, p. 138).

A Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, embora sediada em Londrina, manteve um escritório no município de Mandaguari, dirigido por Nivaldo Pereira Granda. Na administração do prefeito Décio Medeiros Pullin, a companhia colonizadora solicitou ao poder executivo “[...] a isenção de impostos sobre as datas que a mesma possuía na sede urbana de Mandaguari” (FONTES; BIANCHINI, 1987, p. 58). O prefeito deixou a critério da câmara de vereadores a solução do problema, enviando uma mensagem em que se dispunha conceder privilégios tributários à Companhia, no entanto, a maioria dos vereadores votou contra a proposta apresentada pelo prefeito. Em meados de 1948, aconteceu a transferência do escritório da Companhia colonizadora para outras regiões, fato que possibilitou, em 1950, a instalação do referido escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para a Vila Maringá.

Muitos mandaguarienses costumam afirmar que foi a atitude do Prefeito Pullin, que fez com que a Companhia saísse de Mandaguari, o que logicamente prejudicou o Município, porém cumpre ressaltar historicamente que o prefeito fez o que estava ao seu alcance para satisfazer as solicitações da Companhia, conforme atesta sua mensagem ao poder Legislativo, mas não o conseguiu, impedido que foi pelos vereadores, principalmente por aqueles que não residiam em nossa cidade. (FONTES; BIANCHINI, 1987, p. 61).

A administração do prefeito Pullin ofereceu condições para a expansão do município, particularmente no que se refere à questão educacional. Destacam-se a construção de uma escola maternal (atualmente denominada “Tio Patinhas”) que favoreceu um grande número de crianças em idade não escolar; em meados de 1949, conquistou para

o município a primeira escola profissionalizante, a Escola “Manuel Ribas”, e a criação do Ginásio Estadual de Mandaguari, que foi o responsável pela formação de muitos professores que, com seu trabalho docente, ajudaram no desenvolvimento do município. É preciso ressaltar que alguns professores continuam desempenhando papel relevante para o avanço educacional mandaguariense.

Camargo (2006) aponta que, nas décadas de 1940 e 1950, o território paranaense passava por um período marcado pela prosperidade devido à expansão do café, “[...] que o colocava em uma posição invejável perante as unidades da federação brasileira [...]” (CAMARGO, 2006, p. 135). Em 1950, no cenário político nacional, assumiu o poder federal Getúlio Vargas, e Silva (1982) assevera que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido político ao qual pertencia Vargas, representava uma grande força nacional, elegendo diversos prefeitos municipais do mesmo partido do presidente. No Paraná, foi eleito governador o professor Bento Munhoz da Rocha Neto e, para senador, Moysés Lupion.

O cenário político partidário que se desencadeou no Brasil influenciou, notadamente, a eleição municipal mandaguariense, que elegeu como prefeito Antonio Sinézio da Cruz. Foi em sua administração, em meados de 1951, distritos que, até então, pertenciam ao município de Mandaguari foram desmembrados, visto que apresentavam favorável e significativo crescimento populacional.

Em meados da década 1950, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto renunciou seu mandato e, nas eleições seguintes para governador do estado paranaense, assumiu, pela segunda vez, Moysés Wille Lupion de Tróia, ficando no governo até 1959. Em seu mandato, no que tange ao setor educacional, “[...] projetou e construiu várias escolas no interior paranaense e, na cidade de Curitiba, a Casa do Estudante Universitário”. (CAMARGO, 2006, p. 142).

Fontes e Biachini (1987, p. 66) destacam que o governo do Paraná, por intermédio da Lei n. 790, de 14 de novembro de 1951, “[...] desmembrava, definitivamente, o Município de Mandaguari – sede – 16.153 habitantes; os Distritos: Marialva com 21.396; Maringá com 38.588 e Paranavaí com 25.520 habitantes”. Reduziu-se o território mandaguariense de 14.000 km² a 345 km², passando os distritos a possuírem uma área mais extensa do que Mandaguari, que, até 1951, era considerada a sede do vasto território.

Concomitante ao cenário educacional paranaense, em Mandaguari, as administrações políticas mostravam-se preocupadas com a educação, empenhando-se nas

construções de escolas. A administração do prefeito João Ernesto Ferreira (31-08-1953 a 10-12-1955), em apenas dois anos no poder, construiu escolas rurais para atender à demanda populacional que, nesse período, era crescente na zona rural. Foram construídas: Escola Municipal Santa Terezinha, Escola Martim Afonso de Souza, Escola Caetano Munhoz da Rocha, Escola Alvezi Santos Costa, Escola Julia Wanderley, Escola José Bonifácio, Escola Castelo Branco.

Em 1961, assumiu o governo do Paraná o major Ney Amintas de Barros Braga. Na época, o presidente do Brasil era Jânio Quadros, que renunciou ao cargo, assumindo seu lugar João Goulart. No Paraná, o governador estimulou o desenvolvimento do Estado. Camargo (2006, p. 153) relaciona as organizações instituídas pelo referido governo: o Banco de Desenvolvimento do Paraná, Companhia de Desenvolvimento do Paraná, Companhia de Processamento de Dados, Instituto de Previdência do Estado. Recuperou o Banco do Estado do Paraná (Banestado) e a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL) e favoreceu o desenvolvimento de outras empresas.

No campo da educacional, Camargo (2006) destaca a criação da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), responsável para administrar o dinheiro do Fundo Estadual do Ensino, “[...] através desse órgão, foram reequipadas várias escolas com materiais didáticos, móveis e construções de 2.766 escolas”(p. 157). A Secretaria do Estado do Paraná foi reorganizada, sendo criados órgãos como o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), o Conselho Estadual de Educação (CEE) e as Inspetorias Regionais de Ensino “[...] com o objetivo de descentralizar os serviços burocráticos da SEE, bem como proporcionar orientação pedagógica à classe do magistério e fiscalizar administrativamente a rede de ensino local” (CAMARGO, 2006, p. 157).

Contudo, em meados de 1964, a situação econômica do país estava em crise, por causa da “[...] política anti-inflacionária e recessiva imposta pelo presidente [...]” (CAMARGO, 2006, p. 158), e se refletiu em reivindicações desencadeadas pela população que ansiava melhores salários. Entretanto a crise se agravou e o presidente João Goulart foi deposto, assumindo o general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar. No cenário paranaense, o governador Ney Braga permaneceu na administração até 1965, período em que findou seu mandato.

Foi substituído por Paulo Pimentel, cujo governo foi marcado por dificuldades, aspecto que não impediu que implantasse uma filosofia otimista no território paranaense, proporcionando grandes avanços. Dentre eles podem ser destacados: recursos para a

construção o prédio da TELEPAR, construiu três usinas hidrelétricas, “[...] Capivari - Cahoeira (hoje, Parigot de Souza), a Julio Mesquita e a Salto do Rio Grande do Sul” (CAMARGO, 2006, p. 164), criou o Programa de Eletrificação Rural, contribuiu para a medicina preventiva com o intuito de evitar surtos epidemiológicos, ampliou a rede da SANEPAR, favoreceu o setor rodoviário com a construção de importantes rodovias. No setor educacional, promoveu concursos para o magistério, aprovou um sistema de elevação de nível, criou universidades e a Fundação de Amparo à Pesquisa, entre outras obras, contribuindo expressivamente para o processo de urbanização do Estado paranaense. Ele permaneceu no cargo por cinco anos.

Em meados de 1971, assumiu o governo Haroldo Leon Peres, indicado pelo então presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médice. O dr. Haroldo Leon Peres permaneceu no governo oito meses, sendo substituído por Pedro Viriato Parigot de Souza, que governou o Paraná até meados de 1973.

Para a compreensão do processo de escolarização mandaguariense, discute-se, a seguir, o cenário educacional brasileiro e paranaense, que se configurou entre as décadas de 1940 e 1980.

3 DOS GRUPOS ESCOLARES AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR

Nesta seção, apresenta-se o processo de escolarização no município de Mandaguari-PR, considerando aspectos que influenciaram a sua constituição. Focaliza-se o debate acerca da escola pública primária, bem como a origem dos grupos escolares brasileiros e paranaenses, visto que a sua constituição contribuiu para o processo de institucionalização dos primeiros estabelecimentos escolares mandaguarienses.

Para tal, orienta-se pelo embasamento teórico de autores como Silva (1982), Fontes e Biachini (1987), Trindade e Andreazza (2001), Maciel e Shigunov Neto (2006), Schelbauer (2000), Souza (2006), Castanho (2007), Miguel (2008), Araujo (2007), Ritt (2009), Saviani (2010), os quais, por intermédio de suas pesquisas, encaminharam a reflexão deste estudo para a investigação do processo educacional, mais precisamente, nas décadas de 1940 a 1980.

É necessário destacar, todavia, que a história e a historiografia educacional constituem-se muito mais do que breves descrições de criações de escolas, visto que, ao pesquisar o processo de institucionalização de uma determinada escola, devem ser consideradas as relações sociais, econômicas e culturais que influenciaram o seu respectivo processo de constituição.

3.1 Considerações sobre a Situação Educacional Brasileira e Paranaense

Para a compreensão do processo de escolarização no município de Mandaguari-PR, são retomadas as considerações de Saviani (2010) quando faz a divisão da história educacional em quatro períodos, os quais são de grande relevância para a compreensão do processo historiográfico.

1º período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases: 1. Uma pedagogia basilica ou o período heróico (1549-1599); 2. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum* (1599-1759);

2º período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases: 1. A pedagogia

pombalina ou das ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827); 2. Desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932);

3º período (1932-1969): Predominância da pedagogia nova, subdividido nas seguintes fases: 1. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947); 2. Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961); 3. Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969);

4º período (1969-2001): Configuração da concepção pedagógica produtivista, subdividido nas seguintes fases: 1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia de educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980); 2. Ensaio contra-hegemônico: pedagogia da “educação popular”, pedagogia da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica (1980-1991); 3 O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo (1991-2001). (SAVIANI, 2010, p. 20).

Saviani (2010) destaca que a história da escola pública no Brasil pode ter sua história marcada com o início, no século XVIII, do processo de implantação das reformas pombalinas por intermédio dos concursos, “[...] realizados na Bahia para as cadeiras de latim e retórica e a nomeação dos primeiros professores régios de Pernambuco” (SAVIANI, 2010, p. 107). O desenvolvimento das aulas régias³, que se estenderam pelo Brasil, foi caracterizado por dificuldades, das quais destacamos os baixos salários, atrasos nos pagamentos dos professores e péssimas condições de funcionamento.

As reformas pombalinas, cujo objetivo era instituir uma escola voltada aos interesses do Estado, marcaram o início da instrução brasileira no período imperial, caracterizado como aulas régias ou “aulas avulsas” e, em alguns lugares, como escolas isoladas. Entretanto, as reformas pombalinas não obtiveram êxito, “[...] pois destruiu uma organização educacional já consolidada e com resultados, ainda que discutíveis e contestáveis, e não implementou uma reforma que garantisse um novo sistema educacional”. (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 475). Concomitante às tentativas da efetivação das reformas pombalinas, houve a propagação das ideias iluministas aliada ao desejo de autonomia do país.

³ Segundo Saviani (2010), as aulas régias, inicialmente, eram ministradas na casa dos professores, também são denominadas “aulas avulsas, de primeiras letras, de latim, de grego e filosofia”. Para tanto, quanto ao seu funcionamento, eram consideradas isoladas e sem articulação, ou seja, o aluno poderia escolher as aulas que desejasse frequentar.

Com a proclamação da Independência em 1822, foi necessária a elaboração de uma Constituição para o país. Para tanto, foi organizada a Assembleia Constituinte na qual “[...] o imperador destacou a necessidade de uma legislação especial sobre instrução pública”. (SAVIANI, 2010, p.119). Para atender a essa necessidade, foi organizada a Comissão de Instrução Pública, sendo apresentados dois projetos, O Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira e o Projeto de Criação de universidades, entretanto não foram promulgados pela Assembleia Constituinte Legislativa, dissolvida em 1823.

Consequentemente, no ano de 1824, foi outorgada a primeira Constituição do Império, que defendia, no inciso 32, artigo 179, o seguinte discurso: “Instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, desse modo “[...] a isso se reduziu, constitucionalmente, a necessidade de uma legislação especial sobre instrução pública proclamada por Dom Pedro nos discursos que inaugurou os trabalhos da Assembleia Constituinte”. (SAVIANI, 2010, p. 123). Embora a referida Constituição garantisse a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, o cenário educacional se caracterizava diferentemente do que fora estabelecido constitucionalmente.

Na tentativa de reorganizar um ensino que ainda refletisse as aulas régias, influência das reformas pombalinas, foi aprovada a Lei de 15 de outubro de 1827 que determinou a criação de “Escolas de Primeiras Letras”, sobretudo em lugares mais populosos, configurando-se na primeira lei de educação brasileira com o objetivo de “[...] difundir as luzes, garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância”. (SAVIANI 2010, p. 126).

Villela (2008, p. 30) ressalta que a referida Lei não pode ser caracterizada como uma lei a favor da instrução pública e popular, uma vez que não foram concretizadas “[...] as promessas legais de estender as primeiras letras a todas as crianças da nação, tampouco a de atualizar todos os professores nas capitais das províncias pelo método lancasteriano”, conforme estabelecia a legislação.

A aprovação da Lei das Escolas de Primeiras Letras tornou oficial o método de ensino mútuo ou lancasteriano, que se baseava em disciplina rígida, punições e alunos mais adiantados exercendo a função de monitores supervisionados pelo professor, visto que o referido método “[...] esperava acelerar a difusão do ensino atingindo rapidamente e a baixo custo grande número de alunos”(SAVIANI, 2010, p. 128). A Lei de 15 de outubro de 1827, não originou um sistema nacional voltado à instrução pública, entretanto, por

intermédio do Ato Adicional de 1834 e da Constituição vigente, de 1824, a instrução pública passou a ser incumbência dos governos provinciais.

Para um melhor entendimento do quadro da instrução no cenário paranaense, tomam-se como subsídios as contribuições encontradas nos relatórios dos presidentes, vice-presidentes e inspetores gerais da Província, que contribuíram expressivamente para a compreensão da instrução pública naquele período. Em seu relatório de 1854, o presidente Zacarias Góes de Vasconcelos, quanto ao ensino primário, observou a necessidade de melhoria na formação de professores, de melhores salários, ressaltou a falta de alunos nas escolas e criticou a instrução pública que se configurava nas províncias espalhadas por todo o Império. Registrou, em seu relatório, que acreditava que a instrução seria um meio de prosperidade e avanço para o país, e que era contra a instrução do Império, porque a mesma oferecia poucas possibilidades aos professores e aos alunos (PARANÁ, 1854-a).⁴

Em um paiz como este, onde qualquer carpinteiro ou pedreiro ganha por dia 28000 ou mais, onde a ultima pessoa do povo tem, quando não queria dar-se a outro trabalho, o fácil recursos do heruaes silvestres para tirar quanto baste suas precisões, querer um professor ganhe em alguns lugares menos de 800 rs diários, he hum absurdo. Sejamoss francos: o professor, que não prestar, se for vitalício, aposente-se, se for provisório destitua-se, mas tendo as precisas habilitações receba, pelo menos, sendo effectivo, o maximo dos ordenados no art. 15 da lei n. 34 de 16 de março de 1846, para as cadeiras das cidades, villas e povoações. (PARANÁ, 1854-a, p. 13).

Considerando os relatórios de outros presidentes, vice-presidentes do período imperial no ano de 1854, é possível afirmar que há uma concordância sobre a importância da instrução pública na Província, a qual era vista como sinal de avanço e prosperidade. Fica claro que a maioria desses relatórios refere-se à situação de atraso nas províncias quanto à desorganização da instrução, a visível falta de um profissional capacitado para o magistério, baixos salários, pouca frequência de alunos em relação à população, ou seja, na maioria dos relatórios estudados, nota-se um sistema de instrução pública que necessitava de melhorias.

O relatório apresentado pelo presidente José Feliciano Horta de Araujo (PARANÁ, 1868-a, p. 14) ressalta que “[...] a falta de instruccão popular colloca o cidadão em posição humilhante e prejudicial à comunhão social de que faz parte”, ou seja, apenas a instrução

⁴ Optou-se por manter a grafia antiga.

pode garantir ao cidadão a consciência de seus direitos e deveres na sociedade. Destacou que haveria muito por se fazer no que tange à instrução pública brasileira e paranaense no ensino primário e secundário.

Desse modo, apesar de o governo brasileiro demonstrar interesse pela educação ainda no período imperial, expresso na Constituição de 1824 – uma educação primária e gratuita para todos os cidadãos – e ter promulgado a Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todo o território brasileiro, os relatórios dos presidentes paranaenses revelaram o oposto. O fato é que todas essas leis ficaram apenas no papel, não chegando a serem cumpridas na região, mostrando-se, a todo instante, contraditórias perante a realidade que se construía.

Nesse período, Saviani (2010) explicita que a instrução pública ansiava por uma “ampla reforma”, uma vez que as principais discussões incidiam sobre os baixos salários, pouca dedicação dos professores e insuficiência do método lancasteriano, em especial, “[...] à falta de instalações físicas adequadas à prática de ensino mútuo; e a ausência de fiscalização por parte das autoridades do ensino, [...] A situação estava, pois, a reclamar uma ampla reforma da instrução pública”. (SAVIANI, 2010, p. 130).

Ante a premência de uma ampla reforma para a instrução pública, a Reforma Couto Ferraz de 1854 e a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879 marcaram o seu início no campo da instrução primária e secundária nas províncias. É preciso considerar que as manifestações iniciadas no período Imperial não implantaram um sistema nacional de ensino, entretanto não se pode negar a “[...] forma de organização prática da educação, constituindo-se numa ampla rede de escolas abrangendo todo o território da nação e articuladas entre si segundo normas comuns e com objetivos também comuns”. (SAVIANI, 2010, p. 166).

Nesse contexto, foram fundamentais as propostas apresentadas pela Reforma Leôncio de Carvalho, que autorizavam o governo a criar escolas normais nas províncias. Castanho (2007, p. 48) avalia que nada de prático resultou da referida reforma, todavia “[...] seu significado, no nível ideológico, é indiscutível”. Uma das consequências de tal reforma refere-se à elaboração dos Pareceres de Rui Barbosa de 1882. Castanho (2007) ressalta que a relevância dos pareceres se alicerça no plano de elaboração teórico-ideológica e que, apesar de terem sido arquivados, tiveram consequências práticas, merecendo destaque: “[...] a institucionalização escolar que, a partir de então, sofre o pujante influxo da ideologia educacional liberal e cientificista de Rui Barbosa”.

É relevante afirmar que o desenvolvimento da instrução pública teve início no período Imperial e aduziu o nascimento das “[...] escolas primárias, de ensino obrigatório, e a sistematização do ensino inicial sem dependência de culto, reafirmando como função do Estado a tarefa de difundir entre o povo as primeiras letras [...]”. (SCHELBAUER, 2000, p.2).

No final do século XIX, republicanos como Rangel Pestana, Américo Brasiliense, Silva Jardim, Campos Sales, Prudente de Moraes, Francisco Glicério, Caetano de Campos contribuíram para “[...] para implantação de iniciativas em prol da educação popular de grande repercussão política e social para a época”. (SOUZA, 2006, p. 52). A reforma em favor da instrução pública paulista foi realizada por intermédio da criação da Escola-Modelo em 1890.

Saviani (2010, p. 171) destaca que a Escola-Modelo (anexa a Escola Normal de São Paulo) era considerada como um “[...] órgão de demonstração metodológica, composto por duas classes, uma feminina e outra masculina”. Em 8 de setembro de 1892, por intermédio da Lei nº. 88, a primeira reforma da instrução pública paulista foi regulamentada, abrangendo o ensino primário, o secundário e o normal. A reforma paulista marcou o surgimento dos grupos escolares ao substituir as escolas isoladas (primeiras letras ou classes avulsas) regidas por um professor, que ensinava a um grupo de alunos de diferentes níveis de aprendizagem.

Cada grupo escolar tinha um diretor e tantos professores quantas escolas tivessem sido reunidas para compô-lo. Na verdade, essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, no interior dos grupos escolares, às classes que, por sua vez, correspondiam às séries anuais. Portanto, as escolas isoladas eram não-seriadas, ao passo que os grupos escolares eram seriados. Por isso esses grupos eram também chamados de escolas graduadas, uma vez que o agrupamento de alunos se dava de acordo com o grau ou série em que se situavam, o que implicava uma progressividade da aprendizagem, isto é, os alunos passavam, gradativamente, da primeira à segunda série e desta até concluir a última série (o quarto ano no caso da instrução pública paulista) com o que concluíram o ensino primário. (SAVIANI, 2010, p. 172.).

Após a proclamação da República, as escolas de primeiras letras instituídas no período Imperial foram substituídas pelos grupos escolares, caracterizados pela reunião, em único prédio, de escolas isoladas (que originaram as classes seriadas), construído, muitas vezes, nos centros das grandes capitais, frequentados por crianças vindas de

famílias de classe média e por filhos de trabalhadores melhor situados economicamente na sociedade.

De acordo com Buffa (2007), os grupos escolares apresentavam um modelo muito diferente das escolas de primeiras letras do período imperial, porque, até os anos de 1920, os grupos escolares adotavam um modelo pautado nas classes sequenciais, idade homogênea de alunos, professores oriundos de escolas normais, professores e diretores severos. Os novos grupos escolares, por sua vez, correspondiam a escolas de diferentes locais, que foram reunidas em um único prédio, frequentados por crianças vindas de famílias de classe média e por filhos de trabalhadores melhor situados na sociedade. Percebia-se, pelos prédios, bibliotecas, laboratórios, que a escola do início do período republicano se identificava com a cultura das elites.

Os grupos escolares proporcionaram mudanças no ensino primário, uma vez que instituíram a profissionalização do magistério, “[...] a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios [...]”. (SOUZA, 2006, p. 67). Sobre a arquitetura dos grupos escolares, construídos para propagar o “prestígio social”, Souza (2006) destaca:

Muitos grupos escolares foram instalados em prédios especialmente construídos para eles, de acordo com uma arquitetura monumental e edificante que colocava a escola primária à altura das suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar e divulgar a ação do governo. Além da majestade dos edifícios-escolas, a organização administrativa e didático-pedagógica desses estabelecimentos era muito superior à das escolas unitárias (denominadas escolas isoladas), e isso possivelmente explica o sucesso e o prestígio social que obtiveram, especialmente nas cidades do interior do estado. (SOUZA, 2006, p. 67).

É possível inferir, pelos prédios, bibliotecas, laboratórios, que a escola do início do período republicano se identificava com a cultura das elites, “[...] ocupava um lugar de destaque, o mesmo atribuído à educação como motora do progresso e desenvolvimento social” (SOUZA, 2006, p. 68), todavia, quando foram construídos para as classes populares, os prédios sofreram uma enorme mudança, construídos nas periferias, sem muitas condições, muito distantes dos padrões republicanos.

Araújo (2007) ressalta que o período republicano constituiu novas relações com os grupos escolares, estabelecendo mudanças referentes aos sujeitos envolvidos na escola,

professores, diretor, alunos, e com uma arquitetura diferenciada, longe do padrão vigente no período Imperial, seguindo os ideais postos pelo período republicano.

No Paraná, o primeiro grupo escolar: o Grupo Escolar Xavier da Silva foi fundado em 1903 em Curitiba, tomando como referência o grupo escolar do Estado de São Paulo. Segundo Ritt (2009), a criação dos grupos escolares paranaenses ocorreu no período em que houve um significativo crescimento de sua população devido à entrada de imigrantes na região, o que aumentou a procura por educação; o governo, entretanto, não tinha recursos para a construção de novas instituições escolares.

Castanho (2007) considera que o processo de institucionalização escolar teve início em meados do período imperial, e a criação dos grupos escolares no Brasil e em especial no Paraná marcou o desenvolvimento das instituições escolares. Com o advento dos grupos escolares, passou a existir uma preocupação, evidenciada tanto pela legislação brasileira como pela legislação paranaense, com a criação de escolas primárias, secundárias e, sobretudo, ginasiais, visto que, nesse momento, a instituição escolar significava sinônimo de prosperidade para o país.

A criação dos grupos escolares representou os interesses do Estado em instituir “[...] uma escola mais eficiente para o objetivo de seleção e formação das elites. A questão da educação das massas populares ainda não se colocava” (SAVIANI, 2010, p. 175). Em 1920, houve a Reforma Sampaio Dória, que objetivava a luta pela instrução popular, contudo, a partir da referida reforma paulista, outras reformas merecem destaque, tais como: a reforma cearense em 1922, liderada por Lourenço Filho; a reforma baiana em 1925, tendo como dirigente Anísio Teixeira e a reforma paranaense, liderada por Lysimaco Ferreira da Costa e Prieto Martinez em 1923, entre outras.

Saviani (2010) destaca que as reformas provocaram mudanças significativas na instrução pública, tais como a ampliação da rede escolar, melhores condições de funcionamento, a reformulação do currículo e das práticas de ensino e a propagação do ideário escolanovista.

Em meados da década 1930, “[...] o ministro da Educação e Saúde Pública baixou um conjunto de sete decretos” (SAVIANI, 2010, p. 195), conhecidos como Reforma Francisco Campos, que determinou criação do Conselho Nacional de Educação, a organização do ensino superior, a organização do ensino secundário, o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas, a organização do ensino comercial, entre outras providências.

Em 1932, ganhou destaque o Movimento pela Educação Nova, denominado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, merecendo destaque nomes como Fernando de Azevedo (1894-1974), Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) e Manuel Bergstron Lourenço Filho (1897-1970), autores de algumas reformas estaduais supracitadas.

Em 1934, foi promulgada uma nova Constituição brasileira, que incorporou algumas ideias do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, escrito em 1932. A Constituição de 1934 reafirmava a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário, conforme dispõem os artigos 149 e 152:

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrado, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva no espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art. 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. (BRASIL, 1934).

No ano de 1937 no governo de Getúlio Vargas, o ministro Gustavo Capanema organizou reformas do ensino por meio das leis orgânicas, uma vez que o número de analfabetos e a necessidade de mão de obra qualificada eram significativos. As reformas Capanema foram instituídas por meio de oito decretos: criação do SENAI e SENAC, Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei Orgânica do Ensino Secundário, Lei Orgânica do Ensino Comercial, Lei Orgânica do Ensino Primário, Lei Orgânica do Ensino Normal, Lei Orgânica do Ensino Agrícola (SAVIANI, 2010).

Em meados de 1946, foi publicada uma nova Constituição para o país, restabelecendo “[...] elementos que integraram o programa de reconstrução educacional dos pioneiros da Educação Nova, sendo que alguns deles já haviam figurado na Constituição de 1934” (SAVIANI, 2010, p. 281). Para atender ao artigo 5º, inciso XV, alínea d, que legislava sobre as diretrizes e bases da educação nacional, houve, em 1947, a elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Todavia é fundamental destacar que esta Lei foi promulgada em 20 de dezembro de 1961.

A análise realizada a respeito do cenário educacional brasileiro possibilita compreender como ocorreu o processo de escolarização no município de Mandaguari-PR, visto que o município foi fundado a partir da década de 1930. O grupo escolar

mandaguariense foi caracterizado pela reunião de vários cursos, considerado como um modelo a ser seguido, assim como ocorreu no país, inclusive em diferentes localidades do Paraná. Entretanto, como a maioria das escolas era localizada na zona rural do município, até meados de 1970, apresentavam as mesmas características das escolas isoladas instituídas no período imperial, nas quais o ensino não era seriado e estava sob a responsabilidade de um único professor, responsável por ensinar, cuidar da limpeza da escola e até preparar a merenda para os alunos.

3.2 O Processo de Escolarização no Município de Mandaguari-PR

O termo “processo” vem do latim e significa uma sequência contínua de fatos que apresentam certa unidade, ou que se reproduzem com certa regularidade. É, normalmente, usado para definir algumas teorias e áreas do conhecimento, tais como: processos judiciais; processos trabalhistas; processos criminais; processos seletivos; processos sociais; processo de avaliação; processos legislativos; processo administrativo; processo cognitivo; processo histórico, entre outros.

Entende-se por processo de escolarização mandaguariense as reivindicações do povo, as decisões legais e outras questões que possibilitaram a efetivação da educação. Os depoimentos orais, o conjunto de fontes, enfim as informações obtidas permitiram avançar pela história de Mandaguari e por intermédio desse conjunto de dados possibilitou investigar as primeiras iniciativas de escolarização do referido município.

O processo de escolarização mandaguariense pode ser subdividido em duas etapas, a Educação Rural e a Educação Urbana. Nesta seção, analisa-se a Educação Urbana, dimensionada em três períodos, considerados relevantes para a história do município: Da escola Isolada Lovat (1937) ao Grupo Escolar Mandaguari (1946); A educação urbana: Da criação do Ginásio Estadual de Mandaguari (1949) ao Complexo Escolar professora Hilda de Oliveira (1973 a 1988); A Educação Rural (a partir da década de 1950 a meados de 1980).

3.2.1 Da Escola Isolada Lovat (1937) ao Grupo Escolar Mandaguari (1946)

Ao analisar o conjunto de fontes sobre a história do município de Mandaguari, temos a ideia de que havia uma “preocupação” em se construir escolas, entretanto observa-

se em Silva (1982), pelo depoimento da professora Maria de Lourdes Mattos Menegassi, percebe-se que a instalação de escolas aumentaria a população no povoado e, como consequência, garantiria a venda de terras, objetivo da Companhia de Terras do Norte do Paraná.

Sabendo os homens da Companhia, que eu era possuidora de um curso ginasial completo e, diante da necessidade de se instalar escolas no patrimônio de Lovat para garantir o crescimento das vendas das terras, que vinham sendo prejudicadas por esse motivo, procuraram-me para lecionar em um prédio de madeira (sem pintura, coberto de telhas, duas portas), construído para ser loja. (MENEGASSI, apud SILVA, 1982, p. 178).

Em meados de 1937, ano da fundação povoado Vitória (atual município de Mandaguari), havia uma escola denominada “Escola Isolada de Lovat”, mas não foi possível comprovar sua existência por meio de documentos, já que, até a presente data, não foram encontradas informações nos arquivos disponibilizados para a pesquisa⁵.

Destarte, a primeira escola oficial foi instituída a partir da década de 1940, revela Silva (1982, p. 179): “A primeira escola sistemática [...], denominada: Grupo Escolar de Lovat, posteriormente Grupo Escolar de Mandaguari”. Sobre as características dessa instituição, há o depoimento da primeira professora nomeada Jandira Telles de Souza:

Cheguei em Mandaguari no dia 2 de julho de 1944, vindo do Rio de Janeiro. Fui nomeada, em seguida, como professora normalista, assumindo o cargo em setembro daquele ano. Fui, desse modo, a primeira professora nomeada de Mandaguari, uma vez que o diretor da escola veio transferido. O Grupo Escolar de Lovat era uma pequenina escola de madeira, precária, com três salas de aula, comportando 40 alunos. Possuía, ainda, um gabinete, dois corredores laterais, onde se encontravam as instalações sanitárias. (SOUZA apud, SILVA, 1982, p. 178).

No depoimento da professora Jandira Telles de Souza, que lecionou no Grupo Escolar “Lovat” em meados da década de 1940, aparece o mesmo problema da precariedade das instalações da escola que também foi evidenciado pela professora Maria de Lourdes Mattos Menegassi. O grupo escolar Lovat funcionou, até 1949, em um prédio

⁵ Nos arquivos disponibilizados para constituir o conjunto de fontes, foram encontrados documentos a partir de 1947, ano em que o povoado de Mandaguari foi elevado a município.

cujas instalações eram de madeira, “[...] com quatro salas de aula e um gabinete para a direção” (SILVA, 1977, n.p).

Em meados de 1949, foi inaugurado em Mandaguari o novo prédio de alvenaria do Grupo Escolar que comportou as seguintes escolas: Escola de Aplicação de Mandaguari (1958 a 1968); Grupo Escolar Noturno de Mandaguari; Colégio Técnico Comercial Barão do Cerro Azul; Escola Normal Ginásial Manuel Ribas (1949 a 1967); Ginásio Estadual Vera Cruz (1949); Escola Normal Colegial Estadual “Princesa Isabel” (1956 a 1977).

Sobre a escola Normal Regional Manoel Ribas (1949 a 1967), encontra-se, nos arquivos da documentação escolar do município, dados de grande relevância sobre o processo de constituição da referida escola. As atas existentes na secretaria da atual Escola Yolanda Cercal da Silva (1971) – na qual se localizava a 28ª inspetoria do município –, registram que eram realizados exames orais e escritos sobre o conteúdo das disciplinas para a aprovação nas séries do curso normal da referida escola. As atas de exames que permaneceram nos arquivos escolares são de 1964, assinadas pela diretora Yolanda Cercal da Silva.

A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 legisla a respeito da estrutura, organização e das disciplinas desses cursos, que se estenderam pelo solo brasileiro, inclusive o paranaense. Para o ensino normal, de acordo com o disposto em seu artigo 1º, estabelecia os seguintes objetivos: “Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias, habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância” (BRASIL, 1946). O Curso Normal seria ministrado em dois ciclos. Compreendia o curso de regentes de ensino primário (quatro anos) e o curso de formação de professores primários (três anos). Oferecia cursos de especialização para professores primários e cursos de “[...] habilitação para administradores escolares do grau primário”, conforme disposto nos artigos 2º e 3º da Lei Orgânica nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946).

Mediante o arquivo de documentos do município, foram encontradas informações sobre a Escola Normal Ginásial Manuel Ribas datadas de 1964. Constatou-se que a referida Escola não possuía prédio próprio, funcionava no prédio do Grupo Escolar do Município (08h às 12h e 13h às 17h). Segundo dados disponíveis nos arquivos de documentação escolar, a quantidade de alunos que frequentavam as séries do Curso Normal era de 162 alunos. Quanto à direção, estava a cargo da professora Yolanda Cercal

da Silva (Normalista pelo Instituto de Educação em Curitiba) (ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL, 1971).

QUADRO 3- Instituições que funcionaram no prédio do Grupo Escolar de Mandaguari

Ensino Primário	Horário de funcionamento
Escola de Aplicação Gabriela Mistral	08 h às 11 h , 11h às 14h e das 14 h às 17 h)
Grupo Escolar Noturno de Mandaguari	(17 h às 22 h)
Colégio Técnico Comercial Barão do Cerro Azul	(17 h às 22 h)
Secundário Ginásial	
Escola Normal Ginásial Manuel Ribas	(08 h às 12 h e 13h às 17h)
Ginásio Estadual Vera Cruz	(08 h às 12 h , 13h às 17h e das 19 h às 22 h)
Secundário Colegial	
Escola Normal Colegial Estadual “Princesa Isabel”	(08 h às 12 h)

A Escola Normal Ginásial “Manoel Ribas” foi a primeira escola profissionalizante do município de Mandaguari. O ensino Normal Ginásial tinha duração de quatro anos e os alunos que o concluíam estavam aptos a atuar como professores do município.

Dispunha o Art. 4º: “Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação” (BRASIL, 1946), sendo que o curso normal regional referia-se ao primeiro ciclo; a escola normal ao segundo ciclo e ciclo ginásial do ensino secundário. Já os institutos de educação, além de ministrarem cursos próprios da escola normal, poderiam atender ao curso de especialização, voltado para os professores primários e de habilitação para administradores escolares.

Em 1955, era significativo o número de pessoas que concluíam o primeiro ciclo do curso ginásial e, como o município não possuía um curso para dar sequência aos estudos, acabavam buscando centros maiores para cursarem o segundo ciclo ou Normal Colegial. Esta situação levou a diretora da Escola Normal Regional Manoel Ribas, professora Yolanda Cercal da Silva, a se empenhar, juntamente com todos os professores, pela criação da Escola Normal Secundária.

Em meados de 1956, por intermédio do Decreto nº. 2.123 (SILVA, 1977) criou-se a Escola Normal Secundária de Mandaguari, que iniciou as suas atividades no prédio do Grupo Escolar do Município. Em 1958, a escola recebeu a seguinte denominação: Escola Normal Secundária “Princesa Isabel” por intermédio do “[...] Decreto nº. 13.995, de 23 de janeiro de 1958.” (SILVA, 1977, n. p).

O Grupo Escolar de Mandaguari transformou-se em Escola de Aplicação e, em 1968, denominou-se: Escola de Aplicação “Gabriela Mistral”. No referido prédio⁶, funcionaram as seguintes escolas: primeiro Grupo Escolar de Mandaguari, primeira Escola Normal Regional, primeiro Ginásio Estadual de Mandaguari, primeira Escola Normal Secundária, primeiro Colégio Técnico em Contabilidade, primeiro Grupo Escolar Noturno, o Núcleo de Artes Industriais, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari e a 28ª Inspeção Regional de Ensino.

A própria legislação vigente orientava nesse sentido:

Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.

§ 1º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas.

§ 2º Cada escola normal manterá um grupo escolar.

§ 3º Cada instituto de educação manterá um grupo escolar e um jardim de infância.

Art. 48. Além das escolas primárias referidas no artigo anterior, cada escola normal e cada instituto de educação deverá manter um ginásio, sob o regime de reconhecimento oficial (BRASIL, 1946.).

Assim, em Mandaguari, a Escola Normal “Manoel Ribas” e a Escola Normal Regional “Princesa Isabel” foram responsáveis pelos cursos de magistério voltados à formação de professores primários. Elas atendiam ao artigo 47 que reza “Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino” (BRASIL, 1946) já que ambas eram mantidas nas dependências do Grupo Escolar.

3.2.2 Da criação do Ginásio Estadual de Mandaguari (1949) ao Complexo Escolar professora Hilda de Oliveira (1977)

O Município de Mandaguari, ao se emancipar politicamente, teve como prefeito o Sr. Décio Medeiros Pulin, que esteve à frente no processo de criação do primeiro Ginásio para o município. A luta em prol da criação do Ginásio, segundo Silva (1982), “[...] partiu dos moradores da região, liderados pelo prefeito municipal que enviou à Secretaria do Estado de Educação e Cultura um documento que solicitava a criação do Ginásio Estadual

⁶ Atualmente o prédio (que pertence ao Estado) comporta, nos períodos matutino e vespertino, a Escola Municipal Professora Yolanda Cercal da Silva e, no período noturno, a Escola Estadual Santa Clara.

de Mandaguari, todavia o mesmo foi instituído em 21 de novembro de 1949, por intermédio do Decreto nº. 9.137, iniciando as suas atividades em 1950”. (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1959a).

Segundo os dados obtidos nos arquivos da instituição (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1949), o Ginásio Estadual de Mandaguari teve como primeiro diretor o Dr. João Paulino Vieira Filho, que contava, em 1950, com 113 alunos matriculados nas várias séries ginasiais. O Ginásio formou, em 1952, a sua primeira turma composta de nove alunos. Inicialmente, o Ginásio Estadual de Mandaguari funcionava nas dependências do Grupo Escolar de Mandaguari (atual prédio da Escola Professora Yolanda Cercal da Silva).

O Decreto nº. 19.628, de 21 de novembro de 1959, alterou a denominação do Ginásio Estadual de Mandaguari para Ginásio Estadual Vera Cruz⁷, em homenagem a um dos nomes que o território brasileiro recebeu quando era colônia de Portugal (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1959b).

É necessário reconhecer que a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº. 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, representou um crescente avanço para o processo educacional no país, em especial para as instituições que estavam sendo fundadas em Mandaguari.

Em meados de 1962, a incumbência pela educação mandaguariense ficou a cargo da 28ª Inspetoria de Ensino, que foi instalada na administração do prefeito Manuel Donha Sanches. Tinha como finalidades: supervisionar as instituições municipais e particulares, manter e aprimorar o desenvolvimento e funcionamento “[...] da rede escolar de ensino: Jardim de Infância, Pré- Escolar, 1º grau Regular e Supletivo, Educação Especial e 2º grau, mantido pelo Estado do Paraná”, conforme explicita Silva (1982, p. 158).

Silva (1982) informa que a 28ª Inspetoria Regional de Ensino funcionava em uma das salas da Escola Paroquial São Vicente Pallotti, contando, inicialmente, com poucos recursos para o seu funcionamento. Entretanto ela obteve apoio da comunidade mandaguariense, que não só respondia pelas instituições já existentes como aquelas

⁷ Em 02 de abril de 1965, o estabelecimento recebeu sede própria, possuía uma área de 1.375 m², com 252.88 m² de área construída em alvenaria, sendo inaugurado pelo governador do Estado do Paraná, General Ney Amintas Braga (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1949). Vale destacar que o estabelecimento, além de oferecer o curso ginasial com duração de quatro anos, passou a oferecer o 2º ciclo, amparado pelo Decreto 19.474, que aprovou o curso científico com a duração de três anos (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1949).

fundadas a partir da década de 1960⁸: Ginásio de Mandaguari (Colégio Estadual Vera Cruz); Grupo Escolar “Unidade Nova”; Escola “Bom Pastor” – Ensino Regular e Supletivo; Unidade Pólo – Escola “Luiz Gori” – Ensino de 1º Grau; Escola “Princesa Isabel” – Ensino de 1º Grau; Escola “Marechal Costa e Silva” – Ensino de 1º Grau; Escola “São Vicente Pallotti”; Escola “Sagrada Família”.

Silva (1982) ressalta que a 28ª Inspetoria de Ensino era coordenada por uma equipe composta de nove professores, sendo uma orientadora do ensino municipal, que assessorava o prefeito na condução da política educacional no município. A cada membro da equipe cabia uma responsabilidade, destacando-se: supervisão da merenda escolar, supervisão de atividades e planejamento e auxílio da equipe de Orientação Pedagógica, quatro professores respondiam pela Orientação Pedagógica Municipal, um auxiliar de secretaria, um professor responsável pela Assistência Social e um professor responsável pela biblioteca.

Destarte, a reorganização do Departamento de Educação do Município de Mandaguari teve como embasamento questões como: “[...] atuação de um só elemento em vários setores do órgão municipal; a inexistência de um serviço oficializado de Supervisão Pedagógica Municipal; o Serviço de Bem-Estar Social ao encargo do órgão municipal de Educação” (SILVA, 1982, p. 160).

Em meados de 1977, o setor responsável pela educação, denominado Departamento de Educação Cultura e Bem-Estar Social, era formado pela seguinte estrutura administrativa: um diretor do Departamento de Educação e Cultura e Bem-Estar Social que exercia a “[...] direção geral, orientando, coordenando e fiscalizando os trabalhos do Departamento, assessorando o Prefeito Municipal e o Secretário Executivo

⁸ A partir da década de 1960, foram instituídas as seguintes escolas municipais e estaduais:

- Unidade escolar Marechal Costa e Silva

Foi fundada em 20 de janeiro de 1962, iniciando seu funcionamento em meados de 1963 – com a denominação – Segundo Grupo Escolar de Mandaguari. Em meados de outubro de 1970, pelo Decreto 21.185, recebeu a denominação de Grupo Escolar Marechal Costa e Silva;

- Grupo Escolar Municipal “Unidade Nova”

Foi construído na administração do prefeito Manoel Donha, inaugurado em 06 de maio de 1967. Em 1972, o passou a denominar-se “Grupo Escolar Bom Pastor”.

- Unidade Polo de Mandaguari

Construída com recursos administrativos da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), foi inaugurada em 06 de maio de 1976, iniciando seu funcionamento a partir de 1977. A escola foi construída em três blocos: bloco 01: salas de aulas não especiais e biblioteca; bloco 2: administração; bloco 3: salas especiais que atendiam cursos profissionalizantes: técnicas de iniciação ao trabalho, técnicas industriais, técnicas agrícolas (SILVA, 1977, n. p).

nos assuntos relacionados à educação”; (SILVA, 1977, p. 134) uma assessora que substituía o diretor em suas ausências (ficando responsável em acompanhar o andamento dos assuntos educacionais); divisão de Assistência (responsável pelo serviço do Bem-Estar Social e pelo serviço de assistência ao educando); divisão de Administração (responsável pela administração, transporte, obras e conservação); divisão de Ensino e Cultura (responsáveis pela orientação de ensino, cultura e desportos, unidades escolares) (SILVA, 1977, p. 134- 135).

QUADRO 4- Cargos e Remuneração do Departamento de Educação Cultura e Bem-Estar Social

Cargos	Nº	Remuneração
Diretor do Departamento	01	Cr\$ 2.200,00
Assessor do Departamento	01	Cr\$ 1.950,00
Chefe da Divisão da Administração	01	Cr\$ 1.750,00
Chefe da Divisão de Ensino	01	Cr\$ 1.750,00
Chefe da Divisão de Assistência	01	Cr\$ 1.750,00
Coordenador Pedagógico	01	Cr\$ 1.750,00
Supervisores Pedagógicos	04	Cr\$ 1.750,00
Auxiliar Pedagógico	01	Cr\$ 1.100,00
Serviço do Bem-Estar Social Pedagógico	01-	Cr\$ 1.750,00
Responsável Público	01	Cr\$ 1.300,00

Fonte: Silva (1977, p. 140).

Em 1971, o presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971), que fixou as bases para o ensino de primeiro e segundo graus. Os artigos segundo e terceiro estabeleciam os critérios de criação ou reorganização dos estabelecimentos de ensino.

Art. 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Art. 3º Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos, integrados por uma base comum e, na mesma localidade:

a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;

- b) a entrosagem e a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;
- c) a organização de centros interescolares que reúnam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos. (BRASIL, 1971).

Em atendimento aos artigos 2º e 3º da referida Lei, no município de Mandaguari, foi criado, por intermédio do Decreto nº 4.019 de 11 de outubro de 1977, o Complexo Escolar Professora Hilda de Oliveira-Ensino de 1º e 2º Graus⁹, reunindo os seguintes estabelecimentos: Colégio Estadual “Vera Cruz”, instituído no ano de 1949, Escola de Aplicação “Gabriela Mistral”, Núcleo de Artes Industriais, Colégio Comercial Estadual “Barão do Cerro Azul”, Escola Normal Colegial Estadual “Princesa Isabel”.

No ano de 1972, deveria ter sido realizada sua reforma de ensino de acordo com a Lei 5.692/71, a exemplo de outros estabelecimentos de Mandaguari, porém o diretor da época se opôs, chegando a intervir junto a Secretaria de Educação do Estado, conseguindo retardar sua inserção no processo educacional. Apenas no ano de 1974, foi implantada a reforma de ensino de primeiro e segundo grau pelo Parecer 063/77, homologado pela resolução 1447/77 (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1977). Em 1976, deu-se a implantação do 2º grau, que passou a oferecer as seguintes habilitações profissionalizantes: Técnicas em Contabilidade, Magistério e Básica em Saúde. A partir do ano de 1988, o Complexo Escolar Professora Hilda de Oliveira deixou de existir, por determinação verbal da Inspeção Estadual de Educação de Mandaguari

A educação em Mandaguari foi, desde o seu início, umas das principais preocupações dos dirigentes políticos do município. O Ginásio Estadual de Mandaguari (o atual Colégio Estadual Vera Cruz) foi um dos primeiros estabelecimentos de ensino do município e, no nível ginasial, o primeiro de Mandaguari.

Ao analisar os arquivos da instituição, foi encontrado um livro no qual estavam documentadas as fichas individuais de médias dos alunos referentes ao ciclo Ginasial: Curso Ginasial, 1ª turma, série 1ª, referente ao ano de 1950, um documento de grande valor histórico para o referido colégio, já que nele estão os alunos que estudaram nesse período e todas as disciplinas ministradas no Ginásio Estadual de Mandaguari (COLÉGIO ESTADUAL DE MANDAGUARI, 1950-1952).

⁹ O nome do Complexo Escolar foi atribuído em homenagem à professora Hilda de Oliveira, do Colégio Vera Cruz, a qual lecionou Língua Portuguesa durante 14 anos no estabelecimento.

No livro de fichas individuais, constam as seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia Brasileira, Trabalho Manual, Economia Doméstica, Desenho e Música. (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1949). Na ficha individual de médias, estão registradas as disciplinas, as notas dos exercícios mensais, provas parciais, orais, notas total, gerais e médias nas matérias; no verso das fichas consta o quadro de frequência anual. O Colégio mantém preservado em seus arquivos os livros de médias do ano de 1950, 1951 e 1952, que representam grande valor histórico para o estabelecimento. As informações encontradas possibilitaram verificar o número de alunos que fizeram parte do processo educacional do município naquele período (COLÉGIO ESTADUAL DE MANDAGUARI, 1950 a 1952).

As tabelas 1 e 2, respectivamente, foram elaboradas por uma professora do Colégio Estadual Vera Cruz, na disciplina de Estatística, evidenciando o movimento de alunos matriculados no primeiro grau (1950 a 1959) e segundo grau (1967 a 1977). É possível perceber que, nesse período, os alunos matriculados eram, em sua maioria, do sexo masculino (COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ, 1977).

Verifica-se na tabela 1, o movimento de alunos matriculados no 2º grau no período de 1967 a 1977. Nesse momento, já se nota um crescente número de matrículas do sexo feminino devido à oferta do curso de magistério. No entanto, em consequência da implantação do 2º grau, que passou a oferecer as habilitações profissionalizantes de Técnicas em Contabilidade, e Magistério e Básica em Saúde, constata-se que houve um aumento considerável do número de alunos matriculados.

Tabela 1: Matrículas referentes ao 2º grau - 1967 a 1977

ANOS	Masculino	Feminino
1967	14	3
1968	57	28
1969	113	56
1970	143	70
1971	135	77
1972	145	96
1973	150	111
1974	157	120
1974	146	126
1976	146	160

Total	1206	847
-------	------	-----

Fonte: Colégio Estadual Vera Cruz (1977)

Nos depoimentos da professora Josepha Perez (que foi aluna do Ginásio Estadual de Mandaguari quando funcionava no Grupo Escolar de Mandaguari), verifica-se, em suas memórias, lembranças do ensino, da disciplina de Língua Portuguesa ministrada pelo professor Eurico Back, da disciplina de Francês, da disciplina de inglês, entre outras. A professora Josepha Perez informa que, no período em que frequentou o Ginásio, a maioria dos professores eram profissionais liberais, exceto o professor Eurico Back que era graduado em Filosofia.

3.2.3 Constituição das Escolas Paroquianas: Escolas São Vicente Pallotti e Colégio Sagrada Família

Trindade e Andreazza (2001, p. 83) apontam que as escolas confessionais eram representadas “[...] pelas escolas católicas, sempre crescentes em número, sobretudo após a chegada das congregações religiosas educacionais, a partir de 1895”. Eram instaladas próximas a “[...] núcleos imigrantes ou lugares de prestígio, como o Colégio das Irmãs dos Santos Anjos em Curitiba, instalado na antiga morada do Barão do Cerro Azul [...]” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 83). Pode-se destacar que, em meados do século XIX e início do século XX, diversas congregações católicas femininas e masculinas se instalaram em várias regiões paranaenses.

[...] as Irmãs de São José (1896), as Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus (1900), as Irmãs da Divina Providência (1903), as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo (1904), as Irmãs de Nossa Senhora de Sion (1906), entre outras. As congregações católicas masculinas foram representadas pelos Padres Franciscanos do Bom Jesus (1902) e os Irmãos Maristas (1925) (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 83).

Em meados de 1938, no recente povoado de Lovat, iniciaram-se os primeiros passos da construção de uma capela com o intuito de atender às poucas famílias que habitavam o povoado. A diocese de Jacarezinho designou o distrito de Arapongas para atender ao povoado, por intermédio do padre Pedro Fisher, que celebrava as missas.

Fontes e Biachini (1987, p. 106) informam que as missas aconteciam ao ar livre, tendo como cenário as grandiosas matas a serem desbravadas. Em meados de 1939, foi construída a primeira capela no povoado em um terreno doado pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, era de madeira, sem pintura, um modesto altar e pequenas janelas, pertenceu, inicialmente, à Paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Londrina. Em 1942, a capela passou a pertencer à paróquia de Arapongas, sob a responsabilidade do padre Bernardo Merckel.

Em 1943, ano em que o distrito de Mandaguari foi desmembrado de Apucarana e passou à condição de Vila, foi inaugurada a Paróquia Lovat, desmembrada da Paróquia de Arapongas. A Paróquia Lovat teve como primeiro padre Antonio Lock, que, devido ao desenvolvimento populacional do povoado, “que já apresentava ares de cidades”, sentiu a necessidade de pensar na educação dos filhos dos seus paroquianos e, em meados de 1948, instituiu o Colégio Sagrada Família, sob o encargo da ordem das irmãs franciscanas.

O padre Antonio foi à Curitiba em novembro de 1947 e conseguiu registrar oficialmente a Escola, que passou a chamar-se Sagrada Família, conseguindo que a Ordem das Irmãs Franciscanas tomasse a seu encargo o educandário. Em 12 de janeiro de 1948, chegavam em Mandaguari as três primeiras freiras, eram Irmã Vitória, Irmã Adélia e Irmã Verônica. Assim tinha início a educação para as crianças que aqui residiam. (FONTES; BIANCHINI, 1987, p. 107).

O Colégio Sagrada Família foi criado pelas irmãs franciscanas da Sagrada Família, que chegaram ao município de Mandaguari em 13 de janeiro de 1948. Segundo Silva (1982, p. 170), seu intuito era “[...] levar a Boa Nova e servirem de instrumento da preservação e expansão do patrimônio e virtudes morais e cívicas, ministrando uma educação religiosa, baseada nos ensinamentos da igreja católica”. Iniciou o seu funcionamento por intermédio do registro nº. 214, de 27 de novembro de 1947, com os cursos Primário, de Corte e Costura, Datilografia e Música. Em 1958, pelo Ato nº 5, recebeu autorização para o funcionamento do Curso Ginásial (SILVA, 1982).

Destaca-se que os dados históricos referentes ao Colégio Sagrada Família foram obtidos por intermédio de documentos encontrados no arquivo da Biblioteca Municipal de Mandaguari e pelas informações disponibilizadas pelos autores Silva (1982) e Fontes e Bianchini (1987), já que os arquivos da referida instituição não foram abertos para esta pesquisa. A referida escola pertence à rede particular de ensino, contudo, não poderia deixar de ser referenciada, visto estar se omitindo uma informação histórica e, apesar da

presente pesquisa não ter despertado interesse da direção do colégio, é de grande relevância a outros pesquisadores que se dedicam a estudar a história e a historiografia das instituições escolares.

Em meados de 1949, o padre Antonio Lock (que permaneceu na Paróquia até 1958) iniciou a construção de uma nova igreja (atualmente Paróquia Nossa Senhora Aparecida), obra que foi concluída em 1956, ano em que o município de Mandaguari já apresentava visível desenvolvimento, especialmente no que se refere a questões educacionais. O sucessor do padre Antonio Lock, padre Bernardo Greis, não permitiu que a educação fosse deixada de lado, adaptando como escola um salão ao lado da Casa Paroquial. Fontes e Biachini (1987, p. 109) informam que, nesse espaço, começou “[...] o funcionamento da Escola Paroquial São Tarcízio, que abrigava no início 180 crianças”. O grande incentivador para a construção do prédio foi o padre Max Kaufmann.

A Escola Paroquial “São Tarcízio” (atualmente Escola São Vicente Pallotti) foi instituída na década de 1960, por intermédio do Decreto nº 648. Suas instalações eram de madeira, com apenas quatro salas e está em funcionamento até a atualidade. A escola é estadual, mas funciona nas dependências do prédio que pertence à Igreja Matriz “Nossa Senhora Aparecida” (SILVA, 1977, n. p.).

Outras informações sobre a Escola São Tarcízio podem ser evidenciadas no depoimento da professora Zélia Freire Alonso, que foi aluna da referida escola em meados da década de 1960. A professora Zélia Freire Alonso destaca que a escola fora instalada em prédio de madeira, com um grande número de crianças oriundas da zona rural do município. Como não havia transporte escolar, muitos alunos que moravam na zona rural percorriam alguns quilômetros a pé para chegar à escola: “[...] A gente morava na Estrada Caitu, nós andávamos aproximadamente 7 a 8 quilômetros, era muita gente em torno 60 a 70 alunos. Eu me lembro que a gente saía de casa por volta das 5:00 horas às 5:20 horas da manhã”(Entrevista cedida pela professora Zélia Freire Alonso, em 22 de junho de 2011).

Padre Max (pertencente à ordem palotina e de origem alemã) era responsável pela Escola “São Tarcízio”, contava com uma disciplina muito rígida, afirmando desejar a totalidade na formação do aluno. O referido padre fazia constantes viagens à Alemanha e, em uma dessas viagens, Pe. Max trouxe utensílios para a cozinha da escola, sendo o primeiro a colocar o lanche escolar no município: “[...] o refeitório era localizado na Paróquia Nossa Senhora Aparecida” (Entrevista cedida pela professora Zélia Freire Alonso, em 22 de junho de 2011).

A professora Zélia Freire Alonso relata que as aulas seguiam o modelo tradicional, no qual o aluno não questionava. “Mesmo que a gente não entendesse o conteúdo não podíamos perguntar. Era ouvir e fazer a cópia, só que a gente aprendia”. Na sala de aula, perto do quadro, havia um pedestal, “[...] o professor subia naquele pedestal que mostrava que ele era a autoridade” (Entrevista cedida pela professora Zélia Freire Alonso, em 22 de junho de 2011).

Em relação às provas, a referida professora ressalta que, durante o bimestre, havia uma única prova. Se o aluno não alcançasse a média mínima estipulada, ele seria reprovado. O aluno só seria aprovado para a 5ª série se realizasse o exame de admissão: “O exame era difícil, tinha uma banca examinadora onde o aluno deveria saber a tabuada na ponta da língua, saber escrever no mínimo uma carta, ter leitura fluente, saber as quatro operações e resolver problemas matemáticos” (Entrevista cedida pela professora Zélia Freire Alonso, em 22 de junho de 2011).

3.2.4 Jardim da Infância Municipal Tio Patinhas

Foi instituído na gestão do prefeito Décio Medeiros Pullin em meados de 1950. O parque infantil foi criado para atender ao grande número de crianças do município. Teve como primeira diretora: Maria Rosária Andery e primeiras professoras: Heloísa Martins Maciel e Hilda Gilioli. Situado à Rua Manoel Antunes Pereira, foi construído na gestão do prefeito Décio Medeiros Pullin. Começou a funcionar em meados da década de 1950, sendo que, em sua inauguração, esteve presente o então governador do Estado do Paraná Moisés Lupion. O parque infantil contava, em 1950, com 250 crianças matriculadas e, em 1970, 320 alunos (MIOTO, 1977).

Às crianças, eram oferecidas as atividades que constam no quadro seguinte:

QUADRO 5- Atividades desenvolvidas no Parque Infantil em meados de 1960

Educação Física:	Exercícios físicos, ginástica rítmica, exercício físico historiado, jogos esportivos, competições, roda, areia (trabalhos espontâneos e inventivos).
Recreação	Atividade livre aos brinquedos.

Prática de Linguagem	Discos de história, conversa livre, história contada, preparo para entrevistas, compreensão do meio social, noção de cortesia (saber ouvir, saber calar, saber falar, etc.), religião.
Pré-Primário	Alfabetização, pequenas noções de história do Brasil, Matemática (conhecimento dos números, tamanho, quantidade, distância, formas, pesos, moedas, tempo, etc.).
Merenda	Adquirir hábitos de higiene e trato social. Lavar as mãos. Arrumar a mesa. Maneira correta de comer e manter-se à mesa. Esperar pelos companheiros para começar a merenda. Não levar à boca porções grandes de alimentos. Não falar de boca cheia. Utilizar corretamente os talheres. Pedir licença para se levantar.
Hora de Arte	Canções acompanhadas ao piano, Poesias, Versinhos, Representações, Bandinha, Dança, Bailadinhos.
Trabalho espontâneo e inventivo	Trabalhos manuais, Modelagem, Desenho e pintura, Recorte e colagem, Dobraduras, Construções e confecções, Construções com blocos de madeira.

Casa de Boneca	Imitação da vida do lar (brincar de casinha), Levantar da cama (espreguiçar-se), Lavar-se e vestir-se rapidamente, Bom dia à família, Tomar café, Varrer, arrumar, lavar as roupas das bonecas, Cozinhar, Ir buscar legumes na horta, Por a mesa (trazer cadeiras), Arrumar flores do vaso.
Jardinagem	Despertar o interesse pelas coisas vivas, Proporcionar prazer à criança, (cavar, revolver a terra, semear, colher, etc.), Escolher sementes de germinação rápida.
Excursão	Satisfação da natural curiosidade, Exploração, investigação, Conhecimento do ambiente e aspectos da comunidade.
Conhecimentos da natureza	Brincar à sombra de árvores de vários tamanhos e espécies, Reunir folhas, Plantar batatas de dalias, Plantar grãos: milho, feijão, arroz na terra, em sementeira, no mata borrão e no algodão, Regar plantas, Colher flores, Arrumar vasos com flores, Arrumar frutas nas fruteiras, Observar cortar gramas de canteiros em casas particulares ou em praça pública, Observar as diferenças de plantas trepadeiras, arbustos, árvores, Pôr água nos galhos de plantas com botões e

	observar como desabrocham, Observar o girassol voltar-se para o sol, Observar o desenvolvimento de uma planta colocada no escuro e outra conservada ao sol e à claridade.
Vida Mineral	Brincar com areia, Procurar pedras interessantes (pela forma, pela cor) e trazê-las para o grupo de companheiros de jardim de infância observar. Observar a construção de uma estrada, edifício ou ponte (ver a diferença entre as pedras empregadas).
Força da natureza	Sol: experiências com sombra (ver a própria sombra), Secar a roupa ao sol, Aquecer objetos com sol, Uso de termômetro em posição e lugar próprios e durante o tempo necessário, Observar as condições do tempo, Observar um prisma ao sol, olhar para o sol através de papéis ou vidros de cor ou enfumados, Observar poeira num raio de sol, Observar o nascer e o por do sol, Observar o levantar da cerração. Vento: Brincar com cataventos e pipas (papagaios), Correr ao vento para sentir a força que ele tem, Observar o efeito do vento, carregando as folhas, galhos de árvores, movendo bandeiras, secando roupas, Ouvir o sibilar do vento, Encher de ar as bolas de borrachas, Observar um ventilador em movimento.

	Chuva, trovão, raio: Observar as nuvens, observar a chuva cair, agasalhar-se (vestir capa de chuva, calçar galochas...) e andar na chuva sob o guarda-chuva. Atentar para o ruído do trovão. Prestar atenção à luz do relâmpago. Água: Beber água do bebedouro; do filtro; Lavar as mãos com sabão; Lavar seus aventais e roupas de bonecas; Observar objetos que flutuam na água, objetos que vão para o fundo; Fundir o gelo para observar a água voltar à forma líquida; Ferver a água para mostrar as nuvenzinhas; Observar um rio – água correndo; Observar uma praia – as ondas; Fazer sorvetes e refrescos; Fazer bolhas de sabão.
--	--

Fonte: Mioto (1977)

Durante a pesquisa, foram localizadas relações de leis referentes aos anos de 1952 a 1971, que criaram algumas das escolas rurais, primárias, jardim de infância e escolas estaduais e profissionais do município. Todavia não foram encontradas as respectivas legislações na íntegra, visto que muitos dos decretos de criação das escolas¹⁰, citados no

¹⁰ Escolas (atualmente desativadas): **Escola Batuíra**-Foi fundada em meados da década de 1960, mantida pela entidade espírita Batuíra, contava com duas salas de aula e 36 alunos; **Escola Luís de Vasconcelos**-Instituída em meados da década de 1960, a escola funcionava em dois turnos, sendo 66 alunos em cada período;**Escola Rotary**- Consta que a referida escola foi fundada em fevereiro de 1947, por intermédio do Decreto nº. 233. Era mantida por um convênio estabelecido com a FUNDEPAR; **Escola Luterana da Paz**-foi fundada no ano de 1946, contava com duas salas de aula. **Escola Costa e Silva**: Foi instituída em meados da década de 1960; **Grupo Escolar Noturno de Mandaguari**- Localizava-se na Rua Piquiri, contava com quatro salas de aula, começou a funcionar na década de 1960; **Grupo Escolar Unidade Nova**-Foi instituído na gestão do prefeito Manoel Donha Sanches em meados de 1960 (MIOTO, 1977).

referido trabalho, não constam mais nos arquivos disponibilizados para a pesquisa. Para preencher tais lacunas, foram utilizadas imagens iconográficas e a história oral, as quais auxiliaram na compreensão dos movimentos que antecederam e, em seguida, mediarão o processo de escolarização no cenário educacional mandaguariense.

3.2.5 A Educação Rural (a partir da década de 1950 a meados de 1980)

Ao analisar o conjunto de fontes, foi encontrado, nos arquivos de documentação escolar do município, um trabalho elaborado por alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari referente ao ano 1971, organizado pelo professor Pedro Miotto (1977). No referido trabalho, são contempladas informações sobre as primeiras escolas primárias, nomes dos primeiros professores, relações de leis e o contexto histórico do município.

Para avançar um pouco mais no entendimento da questão em estudo, acrescenta-se um breve histórico das escolas municipais existentes na zona rural do referido município em meados das décadas de 1960 e 1970, bem como suas características, localização, seus primeiros professores.

Escola Estadual Rural “Dom Pedro II”: (1948 a 1981) Localizada na Estrada Rochedo, km 12. O prédio da escola foi construído inicialmente de madeira, na Gestão do Prefeito Décio Medeiros Pullin (1947 a 1951). Silva (1982) destaca que, na gestão do prefeito Antonio Galera Gonzalez (1973 a 1977), a escola foi reformada, passando a ser de alvenaria, contando uma sala de aula, dois sanitários e uma cozinha.

Escola Rural Municipal Duque de Caxias (1949 a meados de 1980): A escola foi fundada em meados de 1949, localizada na Estrada Vitória Alegre, km 12. Inicialmente, fora construída em madeira, contudo foi reconstruída em alvenaria na gestão do prefeito Antonio Galera Gonzalez (1973 a 1977) com 2 salas de aulas, 1 cozinha e 1 sanitário (SILVA, 1982).

A referida escola possuía o maior número de alunos matriculados em relação à escola citada anteriormente, totalizando, em meados da década de 1970, 164 matrículas: 1º ano com 77 alunos; 2º ano, 37; 3º ano, 26 e 4º ano, 24 (MIOTO, 1977);

Escola Rural Municipal Interventor Manoel Ribas (1949 a 1980): A escola foi instituída em 1949 na administração do prefeito Decio Medeiros Pullin (1947 a 1951), localizada na Vila Vitória. Em meados da década de 1970, a referida escola contou com 10 alunos matriculados, o trabalho docente era realizado pela professora: Maria Efigênia Caldeira. (MIOTO, 1977);

Escola Rural Municipal Plínio Tourinho (1950 a 1980): A escola se localizava na Estrada Alegre, km 14. A referida escola fora construída em 1949, em madeira contando apenas com uma sala de aula. Os professores responsáveis foram: Bertoldo Rufino Amaral, Odilon Teixeira Siqueira, Ivone Teixeira Siqueira. Em meados de 1970, contava com 116 matrículas (1º ano: 72 alunos, 2º ano: 31, 3º ano: 13) (MIOTO, 1977);

Escola Rural Municipal Pio XII (1952 a 1970): A escola foi instituída na administração do prefeito Antonio Sinézio da Cruz, localizada na Estrada Cambota, km 20. Segundo dados obtidos em documentos disponibilizados pela documentação escolar do município, consta que a escola não funcionou nos anos de 1970 e 1971 por falta de alunos. (MIOTO, 1977);

Escola Rural Municipal Romário Martins (1953 a 1980): Localizava-se na Estrada Cambota, km 8 a escola possuía, no ano de 1970, com 68 alunos matriculados (1º ano: 29, 2º ano: 15, 3º ano: 11 e 4º ano: 13. (MIOTO, 1977);

Escola Rural Municipal Santa Terezinha (1954 a meados de 1980):

A escola foi fundada em 1954 na gestão do prefeito João Ernesto Ferreira, localizada na Estrada Alegre, km 20. Em meados da década de 1970, apresentou 62 matrículas (1º ano: 26 alunos, 2º ano: 24 e 3º ano: 12), tendo como professora: Augusta Alonso. (MIOTO, 1977).

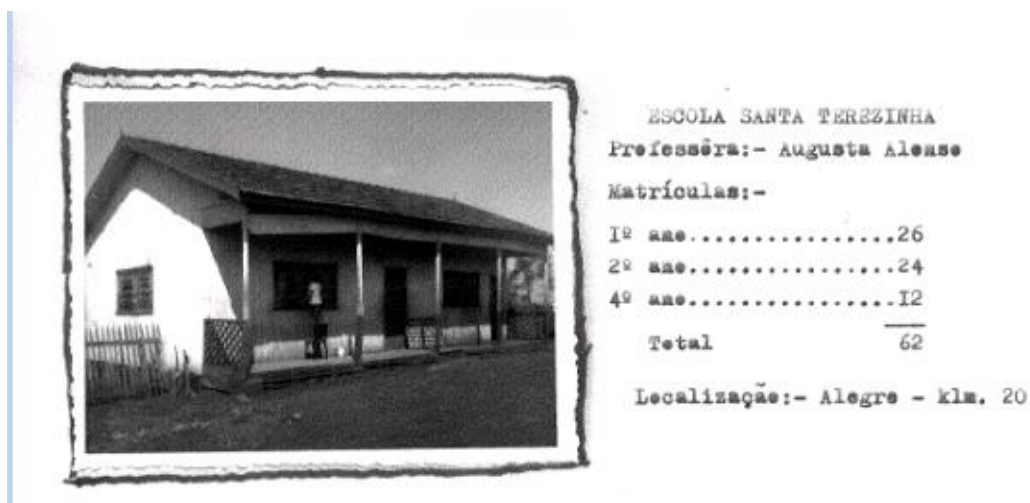


Figura 2 - Escola Santa Terezinha

Fonte: Mioto (1977)

Escola Municipal Rural Martin Afonso de Souza (1954 a 1980): A escola localizava-se na Estrada Vitorinha, km 6. Em meados de 1970, houve 34 matrículas (1º ano: 17 alunos, 2º ano: 9, 3º ano: 5 e 4º ano: 3), contudo, a partir de 1980, a escola foi extinta e passou a integrar a Escola Municipal Consolidada Francisco Romagnole Júnior (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural “Dr. Caetano Munhoz da Rocha” (1954 a 1979): A escola se localizava na Estrada Alegre, km 5, fora instituída no ano de 1954, na administração do prefeito João Ernesto Ferreira. Em 1970, possuía 48 alunos matriculados (1º ano: 30 matrículas e 2º ano: 18). Nos documentos analisados, consta que a professora: Maria Vanda Fonseca contribuiu com o seu trabalho educativo na referida instituição (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural “José Bonifácio” (1955 a meados de 1980): Localizada na Estrada Vitória do Alegre, km 16, foi construída em madeira na gestão do prefeito João Ernesto Ferreira. No ano de 1976, a escola foi reformada, passando a ser de alvenaria com uma sala de aula, sanitários, 1 cozinha e área livre (SILVA, 1982).

Escola Municipal Rural “Júlia Wanderley” (1955 a 1980): Nos documentos analisados, foram encontradas apenas informações sobre o ano de criação e extinção da referida escola (MIOTO, 1977). Entretanto Silva (1982) informa que a mesma se localizava na Estrada para Jandaia do Sul, km 5.

Escola Municipal Rural Castelo Branco (1955 a 1981): A Escola Isolada esteve sob a responsabilidade da professora leiga Iraci dos Santos no período de 1969 a 1975, que, inclusive, colaborou com o nosso estudo dissertativo, apresentando dados relevantes sobre o seu trabalho docente. A professora, que possuía apenas o curso primário, relata que começou a lecionar em meados de 1969, em salas multisseriadas, ensinando seus alunos com muito amor e dedicação.

A escola localizava-se na Estrada Alegre, km 25, construída em madeira, contava apenas com uma sala de aula e uma cozinha pequena. A professora morava aproximadamente dois quilômetros distantes da escola, enquanto seus alunos moravam cerca de cinco quilômetros. A mesma informou que, nesse período, a merenda escolar era escassa e os alunos passavam meses sem receber merenda.

No ano de 1970, a escola contou com 39 matrículas, tendo, no 1º ano, 17 alunos matriculados; no 2º, 11 alunos e 11 alunos no 3º ano (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural Alvezi dos Santos Costa (1955 a 1980): Localizava-se na Estrada Keller, km 9. Em meados de 1970, a escola de madeira apresentou 53 matrículas (1º ano: 18 alunos, 2º ano: 15, 3º ano: 6 e 4º ano: 14) (MIOTO, 1977).

A professora Clarice Aparecida Ferreira, que corroborou com a história apresentada pelo conjunto de fontes, relatou que iniciou sua prática docente na referida escola isolada, construída em madeira, onde, além de ensinar em classes multisseriadas, era responsável pela merenda e limpeza.

Escola Barão do Rio Branco (1956 a meados de 1980): A escola foi instituída no ano de 1956 na administração do prefeito Élio Duarte Dias, localizada na Estrada Rio Branco, km 8, (SILVA, 1982). Na década de 1970, 49 alunos estavam ali matriculados, com 23 matrículas no 1º ano, 14 no 2º, 3 matrículas no 3º ano e 9 no 4º ano (MIOTO, 1977).

ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO	
Presença:-	
1ª ano.....	23
2ª ano.....	14
3ª ano.....	3
4ª ano.....	9
total	49
Localização:- Cameta -Km. 10.	



Figura 3- Escola Barão do Rio Branco

Fonte: Mioto (1977)

Escola Municipal Rural Hugo Simas (1956 a 1980): Nos documentos analisados constam que, em meados de 1970, a escola esteve sob a responsabilidade da professora Celina Aparecida Fernandes, comportando 35 alunos matriculados (1º ano: 18, 2º ano: 9, 3º ano: 4 e 4º ano: 4 alunos). A referida Escola Isolada era construída em madeira, contando com duas salas de aula e uma cozinha. Localizava-se na Estrada Terra Rocha, km 8 (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural “General Osório” (1956 a 1980): Foi instituída no ano de 1956, na administração do prefeito Élio Duarte Dias, construída em madeira, contava com duas salas de aula e uma cozinha (Silva, 1982). Localizava-se na Estrada Vitória do Alegre, km 17. No ano de 1970, contou, com 43 matrículas (1º ano: 33 alunos, 2º ano: 4 e 3º ano: 6 alunos (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural Dr. Teixeira Freitas (1956 a 1979): Localizava-se na Estrada Dourados, km 9, sob a responsabilidade da professora Maria Domingues Freire. Em meados de 1970, a escola contou com 44 alunos matriculados (1º ano: 17 alunos, 2º ano: 12, 3º ano: 12 e 4º ano: 3 alunos (MIOTO, 1977). A Escola fora construída em madeira e contava apenas com uma sala de aula (SILVA, 1982).

Escola Municipal Rural Tiradentes (1956 a 1979): Localizava-se na Vila São Pedro, km 7, contava, em meados de 1970, com 17 matrículas: 11 alunos no 1º ano, 4 matriculados

no 2º ano e 2 no 3º ano, acomodados em uma sala de aula. Os documentos analisados informam que o trabalho docente era realizado pela professora: Maria Irene Dias (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural Tomé de Souza (1956 a 1979): Localizada na Estrada Vila São Pedro, km 18, apresentava, em meados de 1970, apenas 14 matrículas (1º ano: 9 alunos e no 2º ano: 5). A professora responsável era Jesa Maria de Castro (MIOTO, 1977). Silva (1982) informa que a escola fora construída em madeira na administração do prefeito Élio Duarte Dias , contando com uma sala de aula.

Escola Municipal Rural “Getúlio Vargas” (1957 a meados de 1970): Localizava-se na Estrada Rochedo, km 11. Contou com o trabalho docente de: Natalia Novaes Oliveira, e apresentou apenas 10 matrículas (1º ano: 6 alunos e 2º ano: 4) em meados de 1970 (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural Princesa Isabel (1958 a 1976): Localizava-se na Estrada Keller, km 30, sob a responsabilidade da professora: Elisia Farias. A escola contava com 19 alunos matriculados (1º ano: 13 alunos, 2º ano: 3, 3º ano: 2 e 4º ano: 1) (MIOTO, 1977).

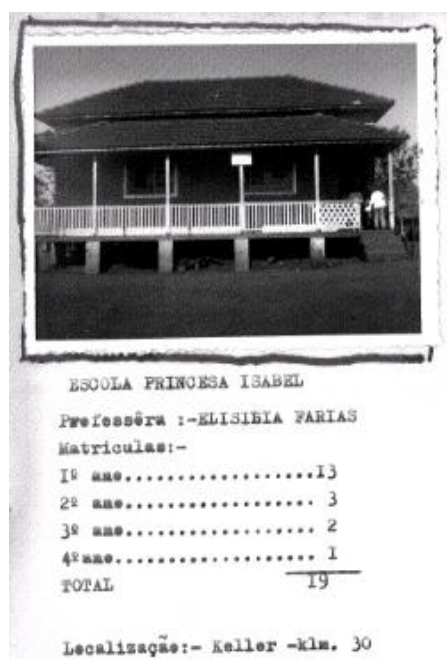


Figura 4- Escola Princesa Isabel

Fonte: Mioto (1977)

Escola Municipal Rural Ney Aminthas de Barros Braga (1960 a 1980): Construída no ano de 1960, na administração do prefeito João Ernesto Ferreira, localizava-se na Estrada Cahoeirinha, km 20 (MIOTO, 1977). Entretanto, no conjunto de fontes, não foram encontradas até o presente momento, mais informações sobre seu funcionamento.

Escola Municipal Rural São Cosme (1960 a 1980): A escola se localizava na Estrada São Cosme, km 18, contou com o trabalho docente da professora: Luzia D. Oliveira, com registro de 34 matrículas (1º ano: 20 alunos, 2º ano: 9, 3º ano: 4 e 4º ano: 1) no ano de 1970 (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural Rui Barbosa (1960 a 1980): Sob a responsabilidade da professora: Marlene Hamessi e Silva. No ano de 1960 a escola apresentou 24 matrículas (1º ano com 15 alunos, 2º ano: 4 matrículas, 3º ano: 2 e 4º ano : 3). Localizava-se na Estrada Rochedo, km 8 (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural “Presidente Afonso Camargo” (1962 a 1981): Sob a responsabilidade da professora Maria Josefa Dillman, em meados da década de 1970, a escola apresentou 23 matrículas no total (1º ano: 20 alunos, 3º ano: 1 aluno e 4º ano: 2 alunos). A escola localizava-se na Estrada São Carlos km. 9, construída em madeira, possuía apenas uma sala e uma cozinha. Silva (1982) informa que, com a extinção da referida instituição, seus alunos foram assistidos pela “[...] Escola Consolidada Francisco Romagnole Júnior, através de transporte escolar municipal” SILVA, 1982, p. 194.).

Escola Municipal Rural Souza Naves (1962 a 1980): A escola possuía, em meados de 1970, 41 matrículas (1º ano: 19 alunos, 2º ano: 12, 3º ano: 6 e 4º ano: 4), localizada na Estrada Alegre, km 25, sob a responsabilidade da professora: Eurides Miranda Salvador (MIOTO, 1977). Silva (1982) informa que a escola construída em madeira possuía apenas uma sala de aula.

Escola Municipal Rural “Rocha Pombo” (1963 a 1981): A escola foi construída em meados de 1963, localizada na Estrada Alegre, km 9. No ano de 1976, foi reconstruída em alvenaria com uma sala de aula e uma cozinha. Em meados da década de 1970, a escola

apresentou 45 matrículas (1º ano: 24 alunos, 2º ano: 9, 3º ano: 8 e 4º ano: 4) (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural “Marechal Cândido Rondon” (1963 a meados de 1980): A escola se localizava na Estrada Caitu, km 5. Em meados de 1970, apresentou 23 matrículas (1º ano: 9 matrículas, 2º ano: 8 matrículas, 3º ano: 4 matrículas e 4º ano: 2 matrículas). Nesse período, o professor responsável era: Jorge Moysés Hamessi Filho (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural “Kelina” (1963 a 1978): A escola localizava-se na Estrada Keller, km 14. Em meados de 1970, contava com 34 matrículas (1º ano: 20 alunos, 2º ano: 7 e 3º ano: 7). A responsável pelo trabalho docente era Maria Francisca Bezerra (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural José de Alencar (1964 a 1981): No conjunto de fontes, encontramos que a escola esteve sob a responsabilidade da professora Zélia Irene da Silva, localizava-se na Estrada Caitu, km 7, construída na administração do prefeito Manoel Donha Sanches . Em meados de 1970, contava com 14 matrículas (1º ano: 7 alunos, 2º ano: 6 alunos e 4º ano: 1 aluno matriculado) (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural Olavo Bilac (1964 a 1980): Localizada na Estrada Marialva, km 5, tinha como professora: Ana Lice de Almeida. Em 1970, a escola contava com 52 alunos matriculados (1º ano: 18, 2º ano: 14, 3º ano: 11 e 4º ano: 9) (MIOTO, 1977).

Escola Municipal Rural “John Kennedy” (1965-1979): localizada na Vila São Pedro km 12. Em meados de 1970, apresentou 38 matrículas (1º ano: 13 alunos, 2º ano: 11 alunos, 3º ano: 9 alunos e 4º ano: 5 alunos)(MIOTO, 1977).

Escola Estadual Rural Dr.Flavio Suplicy de Lacerda (1965 a 1980): No conjunto de fontes até o presente momento, foram encontradas poucas informações sobre a escola, que se localizava na Estrada Vitória de São Pedro, km 3.

Escola Municipal Rural “Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira” (1968 a meados de 1980): Localizada na Keller, km 25, apresentou, em meados de 1970, 38 matrículas (1º

ano: 22, 2º ano: 9 e 3º ano: 7), tendo como professora responsável: Ingrid Hidemann (MIOTO, 1977). Silva (1982) informa que a referida escola foi construída em alvenaria, com uma sala de aula e uma cozinha, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura na administração do prefeito Manoel Donha Sanches .



Figura 5- Escola Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira

Fonte: Mioto (1977)

Escola Municipal Rural Luiza Machado de Oliveira (1968 a 1980): Localizava-se na Estrada Keller, km 20. Não apresentou matrículas no período de 1970 e 1971 por falta de alunos.

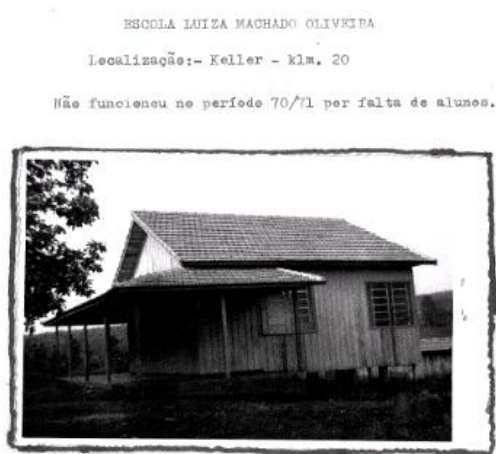


Figura 6- Escola Luiza Machado Oliveira

Fonte: Mioto (1977)

Escola Municipal Rural Isolde Julieta Andreatta (1969 a 1978): Localizava-se na Estrada Planalto, km 20. Em meados de 1960, possuía apenas 21 alunos matriculados (1º ano: 19, 2º ano: 2) e seu professor era Salomão Nunes Neves (MIOTO, 1977).

Escola Castro Alves (?): A referida escola tinha como professora Odalia da Cruz. Consta que a escola contava com 12 alunos matriculados, sendo: 1º ano: 8 matrículas, 2º ano: 2 e 3º ano: 2 matrículas. Localizava-se em Vila Palmas.

Por meio dessa relação, pôde ser evidenciado que o cenário educacional mandaguariense foi marcado por aproximadamente 35 escolas isoladas, possuindo características semelhantes, como informa o conjunto de fontes. Eram, normalmente, construídas em madeira, com estruturas precárias, contando com poucos recursos e apenas um professor responsável pela escola, que, além de ensinar, realizava outras funções, tais como: abertura e fechamento da escola; preparação da merenda; realização da faxina e exercia o cargo do diretor, por ser o único responsável pela escola. Para tanto, pode-se considerar que, nas escolas isoladas mandaguarienses, ao se atribuir vários cargos a um único professor, os custos estavam sendo reduzidos e tal ação demonstrava desvalorização desse profissional.

O depoimento da professora Elizabeth Navegante Pereira comprova o desempenho polivalente do professor na escola isolada, que, além de ministrar aulas em salas multisseriadas, a professora exercia a função de merendeira e faxineira, tarefas comuns para o professor primário das escolas isoladas. As instalações da escola eram precárias, carteiras duplas, entre outros aspectos.

Pelos arquivos disponibilizados para a pesquisa, pode-se afirmar que as mesmas foram instituídas na década de 1950 e extintas a partir da década de 1980, entretanto os originais das referidas legislações não foram encontrados. Ao consultar sobre a sua disponibilidade nos arquivos da prefeitura municipal, foi dada a informação de que as leis não permaneceram nos arquivos, visto que muitas das escolas não pertencem mais ao município em decorrência do desmembramento dos distritos que, até então, faziam parte do território mandaguariense.

É fundamental considerar que as escolas citadas se localizavam na zona rural do município e foram criadas para atender à grande demanda de alunos que viviam fora das

idades. Acrescenta-se que as escolas rurais possuíam características semelhantes às antigas escolas isoladas (que tiveram início no período imperial): o ensino não seriado, apenas um professor responsável por todos os anos, a professora, além de ministrar aulas, cuidava da limpeza e do preparo da merenda para os alunos.

4 DA CONSTRUÇÃO À RECONSTRUÇÃO: O RETRATO DA EDUCAÇÃO MANDAGUARIENSE POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL

As entrevistas orais confirmaram as informações obtidas por meio do conjunto de fontes sobre a investigação do passado e, ao mesmo tempo, permitiram dialogar com os movimentos que antecederam o processo de constituição das primeiras instituições mandaguarienses. Constatou-se que, desde a década de 1940 até meados de 1980, diversas transformações ocorreram na economia, na cultura e, particularmente, na educação do referido município. Os depoimentos orais auxiliaram na compreensão e investigação do período desse período.

Werle (2004, p. 15) considera que a história das instituições escolares trabalha com representações “[...] no sentido de tornar presente o que está ausente – presentificação do ausente –, como um esforço de construção de uma imagem da escola, como memória”. Acrescenta que as narrativas orais, realizadas por intermédio de entrevistas, estão alicerçadas na memória, que “[...] contribui para a compreensão das instituições como experiência de apropriação individual ou coletiva” (p. 27).

Deram seu depoimento por meio de entrevistas as seguintes professoras: Maria Josefa Dilmann Boro (supervisora da 1^a à 5^a série da Escola Municipal Francisco Romagnole Júnior), Zélia Freire Alonso (professora municipal aposentada, entretanto tem um padrão como professora estadual de História), Márcia Zélia Silva de Souza Mourão (supervisora dos 5^{os}. anos do ensino fundamental), professora Elizabeth Navegante Pereira (professora aposentada da rede municipal), Josepha Perez (professora aposentada da rede estadual), Clarice Aparecida Ferreira (supervisora do ensino fundamental), Elisabete Alexandre Cardoso (professora da rede estadual), Maria Inês Botelho (professora aposentada), Clarice Marques Granada (professora aposentada), Iraci dos Santos (professora leiga).

No encaminhamento da análise dos depoimentos obtidos, tomaremos como subsídio categorias de análise que se destacaram durante os depoimentos. Sobre a necessidade de utilizar as categorias para melhor compreensão da “ação dos sujeitos”, Faria Filho (2004) explicita:

Assim, os trabalhos que se debruçam sobre os sujeitos escolares (professores, alunos, diretores, inspetores, etc.) e suas ações

conformadoras e instituidoras das culturas escolares têm crescentemente utilizado as categorias de gênero, classe, raça, geração, etnia, entre outras, como instrumental teórico-metodológico para entender as ações e os lugares ocupados por esses sujeitos nas teias que envolvem e fabricam as culturas escolares. (FARIA FILHO, 2004, p. 152.).

Para tanto, nesta seção, foi feita a análise dos seguintes temas que se destacaram nos relatos de ex-professores e ex-alunos que trabalharam ou estudaram nas instituições mandaguarienses: características do espaço e tempo escolar, a organização do trabalho pedagógico nas escolas isoladas e nas escolas localizadas na zona urbana, carreira docente, entre outros.

4.1 Considerações sobre o Espaço e Tempo Escolar

Com o advento do período republicano, os grupos escolares substituíram as escolas de primeiras letras existentes no período imperial. Souza (1998) explicita que os grupos escolares representavam “[...] uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna [...]” (p. 29). Esta autora estudou sobre a criação dos grupos escolares no Estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, destacando que esse modelo de escola permaneceria até meados do século XX.

No município de Mandaguari, o Grupo Escolar, instituído na década de 1940, reuniu em seu prédio o Ensino Primário, o Ensino Secundário Ginásial e o Secundário Regional, representando o modelo de educacional na zona urbana. Desse modo, “[...] o grupo escolar foi inicialmente a reunião de escolas até consolidar uma certa unidade e organicidade que transformaria as escolas reunidas em classes e salas de aulas e o grupo escolar numa escola primária una” (SOUZA, 1998, p. 49). A reunião de escolas propiciou mudanças no ensino primário, tais como: a racionalização e a padronização; divisão do trabalho docente e profissionalização do magistério; classificação dos alunos; estabelecimento de exames, necessidade de prédio próprio, entre outras (SOUZA, 1998).

O grupo Escolar mandaguariense, até meados de 1944, funcionava em um prédio de madeira, com quatro salas de aulas e um gabinete para a direção da escola. Em meados de 1949, o mesmo foi construído em alvenaria e passou a comportar as seguintes instituições: Escola Normal Regional Manoel Ribas (1949), Ginásio Estadual de Mandaguari (1949), Escola Normal Colegial “Princesa Isabel” (1956), Colégio Técnico de Comércio “Barão do

Cerro Azul” (1959) e o Grupo Escolar Noturno de Mandaguari. Com a reunião de estabelecimentos em um mesmo espaço, no grupo escolar funcionavam os seguintes cursos: Ginásial, Colegial, Comercial, Primário diurno e noturno. É importante considerar que o Curso Primário e a Escola Normal Regional e Secundária eram regulamentados pela Lei do Ensino Orgânico de 1946.

Vale destacar que o primeiro grupo escolar mandaguariense apresenta características apenas de escolas reunidas, buscando “[...] aliar menores gastos à racionalidade funcional dos grupos” (ROSSI, 2008, p. 155). Além da reunião de escolas, informa Rossi (2008), há regras rigorosamente estabelecidas, tais como: horários fixos para início e término da aula; pontualidade e assiduidade; organização das salas de aulas em séries, permitindo melhor organização do trabalho docente.

Em meados da década de 1940, foram instituídas as leis orgânicas do ensino, conhecidas como Reformas Capanema. Saviani (2010) destaca que a referida Reforma reorganizou toda a estrutura educacional brasileira por intermédio de oito decretos:

- a) Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI;
- b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- c) Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- e) Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;
- f) Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- g) Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC;
- h) Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola; (SAVIANI, 2010, p. 269).

No município de Mandaguari, o Curso Primário e a Escola Normal Regional e o Curso Secundário eram regulamentados pela Lei do Ensino Orgânico de 1946, conforme reza o artigo 1º, inciso 1: “1. Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias” (BRASIL, 1946).

Contudo, após a promulgação da Constituição de 1946, que destaca em seu artigo 5º a competência da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, foi constituída uma comissão para elaborar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

para o país. O projeto da LDB foi encaminhado ao presidente Dutra em meados de 1948, sendo aprovada, em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº. 4 024 (SAVIANI, 2010).

A década de 1970 foi caracterizada pelo nascimento do regime militar, alicerçado pelo lema Ordem e Progresso, pela [...] adoção de um modelo econômico associado-dependente, a um tempo consequência e reforço da presença das empresas internacionais [...] (SAVIANI, 2010, p. 367). Desse modo, a necessidade de mão de obra “[...] associada à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele modelo organizacional no campo da educação” (SAVIANI, 2010, p. 367). Para tanto, esse cenário estimulou a incorporação da concepção pedagógica tecnicista e, em meados de 1971, a aprovação da segunda lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: a Lei nº. 5.692 (BRASIL, 1971).

Nascimento (2006) corrobora a afirmação de Saviani (2010) e destaca que esse período pode ser caracterizado por censuras, devido às atitudes repreensivas no que se refere especialmente às expressões de ideias, delimitando “as atuações acadêmicas e científicas”.

As reformas educacionais do regime militar geraram grandes transformações na educação brasileira, baseadas no discurso de valorização da educação, como estratégia de hegemonia e de obtenção do consenso da população, porém, na prática, a política educacional do governo militar estabelecia uma relação direta entre a produção capitalista e a educação, subordinando-a ao do capital, com uma proposta utilitarista, na qual a educação tem como principal objetivo habilitar ou qualificar para o mercado de trabalho. (NASCIMENTO, 2006, p. 131.).

Nascimento (2006, p. 132) considera que o governo militar, ao desenvolver “[...] mecanismos de controle político e ideológico do pensamento brasileiro”, possibilitou a renovação da pós-graduação por intermédio de pesquisas que “[...] realizavam revisões acerca do desenvolvimento da formação social brasileira, efetuava a crítica da educação, a crítica da sociedade e a sua divisão em classes sociais” (NASCIMENTO, 2006, p. 132.).

Em meados de 1977, a organização do regime escolar das instituições estaduais de 1º Grau, 1º Ciclo e Primário atendiam ao estipulado pela Lei nº. 5.692/71, apresentando: carga-horária de três e quatro horas diárias, conforme o estabelecimento de ensino (totalizando seis dias letivos semanais, tendo aos sábados duas e três horas-aula); duração de 185 e 190 dias letivos, com carga-horária anual de 740 e 816 horas de trabalho efetivo em período diurno; em período noturno, duração de 203, 205 e 209 dias letivos com carga

horária anual de 714, 758 e 770 horas, distribuídas em 34 semanas no máximo e, no mínimo, 32 semanas. As escolas estaduais de ensino de 1º Grau “[...] apresentam uniformidade de 1ª à 4ª série, entre todas as escolas, sendo diversificada em estabelecimentos que funcionam em dois ou três turnos ou, ainda, em período noturno, para perfazer a carga horária prevista” (SILVA, 1977, p. 153).

A organização do ensino de 1º grau, regulamentada pela LDB nº 5692/71, apresentava o regime escolar (diurno com dois turnos e o noturno) com as seguintes características: Diurno: carga horária semanal de 24 horas, com aulas diárias de 5, 4, 3 ou 2 aulas a critério do estabelecimento, o sábado com 02 aulas em cada turno; Noturno a critério do estabelecimento, a Educação Física seria ministrada em horários diversos ou aos sábados (SILVA, 1977, p. 156).

Apesar de o currículo ser uniforme, há um espaço para atender às especificidades: “[...] na Parte Diversificada, tais como: Atividades, áreas de estudos e disciplina, atendendo, dentro do possível as diferenças individuais” (SILVA, 1977, p. 156). Integravam a grade curricular do ensino de 1º grau, das disciplinas do Núcleo Comum – Educação Geral: Comunicação e Expressão – Língua Portuguesa, Educação Artística, Educação Física; Estudos Sociais – Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil – OSPB, Educação Moral e Cívica, Ensino Religioso; Ciências – Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Programa de Saúde (SILVA, 1977, p. 157).

A grade curricular do ensino de 1º Grau apresentava as seguintes disciplinas referentes à Parte Diversificada – Formação Especial: Comunicação e Expressão – Inglês; Ciências – Desenho Geométrico; Iniciação as Técnicas de trabalho – Técnicas Agrícolas, Técnicas Industriais, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar (SILVA, 1977, p. 158).

Nesse período, a organização do regime escolar das escolas estaduais de 2º Grau possuía as seguintes características: carga-horária de três e quatro horas diárias; 5 ou 6 dias letivos semanais, conforme o turno, tendo aos sábados duas ou três horas-aulas; o ano letivo com duração de 190 dias, com carga horária anual de 880 horas em período diurno e noturno de 2º Grau. Quanto ao 2º ciclo, apresentava 165 dias letivos, com carga-horária de 726 horas no período noturno, 190 dias letivos e com duração de 850 horas no período diurno. A organização do currículo atendia ao núcleo comum, formado pelos seguintes cursos: Educação Geral e Profissionalizante.

Quanto à organização do espaço e tempo escolar das Escolas Rurais: Constatou-se que as escolas rurais que funcionavam em horário diurno possuíam carga-horária de 4

horas diárias, num total de 6 dias letivos semanais, tendo duas horas-aula aos sábados. Para as escolas que funcionavam no período noturno: 22 horas (5 dias letivos semanais, com 4 horas diárias). “[...] O dia da semana com duas aulas deverá ser utilizado para a recuperação paralela do rendimento escolar do aluno, às atividades docentes de planejamento ou, ainda, às reuniões pedagógicas”. O ano escolar tinha a seguinte duração: 199 dias letivos, perfazendo um total de 796 horas em período diurno e noturno 656 horas (SILVA, 1977, p. 147).

As escolas rurais eram subordinadas ao Departamento da Educação, Cultura e Bem-Estar Social que acompanhavam o desenvolvimento do currículo, avaliando alunos e professores por intermédio de visitas mensais às escolas. Todas as escolas localizadas na zona rural seguiam as mesmas orientações curriculares, portanto uniforme, adequado ao ambiente, sendo reelaborado a cada ano.

Rossi (2008) destaca que as escolas isoladas eram avaliadas como sendo de nível inferior em relação aos grupos escolares. Estes eram tomados como referência:

As escolas isoladas representavam um outro momento da educação e, comparadas aos grupos escolares, parecem desajustadas diante da racionalização e controle do trabalho nos grupos. Essas escolas não eram isoladas apenas no sentido de classes autônomas, mas enquanto unidades de funcionamento. (ROSSI, 2008, p. 153).

Em meados de 1970, as escolas isoladas eram regidas pela Lei nº. 4024/61, ante a previsão de mudanças da lei, que passariam a ser regidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5692/71, o município, de acordo com as suas condições financeiras, começou a prever “[...] a passagem gradativa para a responsabilidade municipal de encargos e serviços e Educação, especialmente de 1º grau” (SILVA, 1977, p. 150).

Em meados da década de 1980, algumas escolas rurais foram extintas, uma vez que, nesse período, a maioria da população que vivia na zona rural estava migrando para a zona urbana. Em virtude do aumento de crianças em idade escolar na zona urbana, a escola Municipal Consolidada “Francisco Romagnole Junior” foi construída para atender a essa demanda.

4.2 A Organização do Trabalho Pedagógico nas Instituições mandaguariense

Nesta parte da seção, serão apresentadas as questões que mais se evidenciaram nas entrevistas e na análise dos documentos sobre a organização do trabalho pedagógico nas instituições de ensino localizadas na zona urbana mandaguariense.

As primeiras escolas do município de Mandaguari oficializadas foram instituídas em meados da década de 1940, reunidas no prédio do Grupo Escolar: Escola de Aplicação de Mandaguari (1949 a 1968); Grupo Escolar Noturno de Mandaguari; Colégio Técnico Comercial Barão do Cerro Azul; Escola Normal Ginásial Manuel Ribas (1949 a 1967); Ginásio Estadual Vera Cruz (1949); Escola Normal Colegial Estadual “Princesa Isabel” (1956 a 1977).

Sobre a Escola Normal Ginásial “Manoel Ribas”, nos arquivos disponibilizados para a pesquisa, documentos referentes ao ano de 1964 foram encontrados, tais como: conteúdos das disciplinas e provas, resumo das atividades práticas, nomes dos ex-professores responsáveis pelas disciplinas e atas de exames. Destacam-se os conteúdos das disciplinas de Matemática, Português e Ciências Naturais:

Disciplina de Matemática - 1ª série (professora Maria José de Andrade Giglio) Conteúdos: noção de conjunto numérico; numeral; sucessão; comparação, sistema de numeração; operação direta e inversa; operações, números primos, expressões numéricas, problemas com as quatro operações, potenciação, raiz quadrada, composição e decomposição, entre outros. Quantos aos materiais e atividades, utilizavam-se, diariamente, o trabalho no quadro, tarefa para casa e observação do caderno todos os meses (ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL, 1971).

Disciplina de Português- 3ª série (professora Dysolina Fusco) Conteúdos: sílabas, divisão gráfica das sílabas, tonicidade, acento, sílabas e palavras quanto ao acento, análise sintática do período simples, estrutura das palavras, raiz radical, afixos, desinências, formação das palavras, derivação, composição, prefixos latinos e gregos, sufixos, crase, concordância regular verbal e nominal, análise morfológica. Atividades: Aplicação de exercícios e questionários, redação e interpretação (ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL, 1971).

Disciplina de Ciências Naturais - 1ª série (professora: Maria Benedita Freiria Martins) Conteúdos: matéria, substância, propriedades da matéria, divisibilidade, massa, peso, mudanças dos estados físicos, densidade, força, conceito, representação gráfica, força da gravidade, equilíbrio dos corpos, conceito de trabalho das máquinas, calor, conceito, fontes de calor, propagação do calor, condução, irradiação, dilatação, calor e temperatura,

termômetro. Atividades: trabalhos práticos sobre os conteúdos e desenhos (ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL, 1971).

Relacionando-se os conteúdos apresentados e, presume-se, desenvolvidos em sala de aula e o ano de criação da Escola Normal Regional “Manoel Ribas”, 1949, é possível inferir que esta atendia ao artigo 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, que determinava:

:

O curso de regentes de ensino primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo, as seguintes disciplinas:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia geral. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e Economia doméstica. 8) Educação física.

Segunda série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia do Brasil. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) História geral. 4) Noções de anatomia e fisiologia humanas. 5) Desenho. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física, recreação e jogos.

Quarta série: 1) Português. 2) História do Brasil. 3) Noções de Higiene. 4) Psicologia e pedagogia. 5. Didática e prática de ensino. 6) Desenho. 7) Canto orfeônico. 8) Educação física, recreação e jogos. (BRASIL, 1946).

Na década de 1940 a 1960, predominava, no cenário educacional, a concepção da Escola Nova, caracterizada por “[...] um conjunto de ideias que sustentavam a importância da instituição escolar para a construção de um projeto político-social num período marcado pela recomposição de forças dos grupos participantes do poder”(VALDEMARIN, 2010, p. 208).

Em meados de 1961, ano em que foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n. 4.024, teve início a “crise da pedagogia nova e a articulação da pedagogia tecnicista (1961- 1969)” (SAVIANI, 2010, p. 205). Esse período foi marcado por movimentos em torno do sentido da “educação popular”.

A mobilização que toma vulto na primeira metade dos anos de 1960 assume outra significação. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a

controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente. (SAVIANI, 2010, p. 317).

Em meados da década de 1970, a organização do trabalho pedagógico das instituições mandaguarienses caracterizava-se pelos resquícios do modelo tradicional, idealizando vivenciar o modelo escolanovista. Nos depoimentos, verifica-se a presença do “ideário” escolanovista, entretanto a organização do trabalho continuava pautada nos moldes tradicionais. Fica evidente que o “[...] avanço dos métodos renovados penetrava nas próprias fileiras das organizações revestindo de roupagem progressista a doutrina da educação católica” (SAVIANI, 2010, p. 271).

As características destacadas acima são encontradas ao analisar as avaliações bimestrais realizadas sobre a aprendizagem dos conteúdos. Pode-se perceber que as mesmas valorizavam a memorização dos conteúdos, oriundo do modelo tradicional de ensino, evidenciada nos enunciados das questões: responder, identificar, analisar e completar. Em relação às provas de Português da 2ª série, nota-se uma preocupação com o domínio da leitura, escrita e das regras ortográficas. No Quadro 6, constam as questões da prova bimestral de Português referente à 2ª série, com os seguintes conteúdos: ditado, redação, questões subjetivas, exercícios com regras ortográficas, análise sintática de orações.

QUADRO 6- Conteúdos da Prova de Português – 2ª série

QUESTÕES PARA A PROVA BIMESTRAL DE PORTUGUÊS

2ª. Série A e B

1ª Questão :

Parte A: Ditado de um trecho do livro de leitura

B: Redação: Composição de uma história com os elementos dados: menino, pedaço de bolo, recreio e boa ação.

2ª Questão: Responder:

- 1) Que é preposição? Quais são elas?
- 2) Que é advérbio? Como classificamos os advérbios?
- 3) Dê a classificação dos advérbios com dois exemplos de cada.
- 4) Que é oração substantiva? O que se une?
- 5) Quando a oração é adjetiva? São ligadas por que?
- 6) Quando a oração coordenada é sindética e quando é assindética?

3ª Questão: Exercícios

- 1) Identifique as orações coordenadas do período abaixo:

- a) Foi, mas voltou logo.
- b) Ora grita, ora silencia.
- c) Ele não veio, por conseguinte não receberá o prêmio.

d) Falou, isto é, pronunciou um discurso.

e) Ele canta e ela toca.

2- Classifique os advérbios das frases:

a) Olhei as montanhas além.

b) Talvez ele venha hoje.

c) Jamais irei lá.

d) Chegou cedo e partiu tarde.

e) Passamos bem.

3- Analisar sintaticamente a seguinte oração:

a) Um bramido e um baque encerraram o extremo ato do drama.

4- Separe e denomine as orações do seguinte período:

Quebrou o laço que prendia a canga e impeliu-a para a terra, ela desceu uns metros aos trambolhões, mas parou, porque batera em um tronco.

5- Dê os significados das seguintes expressões:

A granel.

A torto e a direito.

6- Complete com preposições:

a) José foi ___ São Paulo.

b) O livro está ___ a mesa ___ e os sapatos ___ a cama.

Fonte: Escola Municipal Professora Yolanda Cercal (1971).

No Quadro 7 constam as questões das provas de Geografia, História e Ciências respectivamente à 1ª, 2ª e 4ª séries da Escola Normal Regional “Manoel Ribas.” As questões são subjetivas em todas as provas citadas, entretanto nota-se que não há uma preocupação em analisar, já que os enunciados limitados propunham ao aluno : citar, descrever e responder.

QUADRO 7- Conteúdos das Provas de Geografia, História e Ciências

Geografia- 1ª série

1ª Questão: Dissertação: A Terra, forma, movimentos, dimensões e consequência

2ª Questão:

1) Que são astros luminosos e quais são?

2) Que são planetas e satélites?

3) Na constelação de Hércules, quantas estrelas há que são nebulosas?

4) Que são constelações? Como classificam-se? Cite algumas.

5) Que é Sol e quais os irmãos da Terra?

6) Cite os planetas e diga que são?

7) Qual o satélite da Terra e quais as suas fases e dimensões?

8) Como se chama um célebre cometa e quando deverá reaparecer?

9) O que é um eclipse e como se registram.

10) Quais os principais processos de orientação? Descrever um deles.

11) Quais os três elementos que formam a Terra?

12) Como é medida a pressão atmosférica? Que é atmosfera e quais as suas camadas?

História- 2ª série

- 1) Quais foram os presidentes dos ministérios: 1889, 1853, 1871?
- 2) Porque Bartolomeu Mitre foi substituído na Guerra do Paraguai?
- 3) Onde ocorreu a Praia, quem foi seu chefe e seu pacificador?
- 4) Quais foram as consequências da Guerra do Paraguai?
- 5) Qual foi o mediador da “questão Christie” e seu resultado?
- 6) Citar os principais fatos da Guerra dos Farrapos?
- 7) Qual foi a causa da Revolução liberal de 1842?
- 8) Quem foi o chefe dos colorados nos governo de Oribe e Aguirre no Uruguai?
- 9) Desenhar a bandeira do Paraná.

Ciências - 4ª série

Parte A:

- 1) O que é aparelho digestivo?
- 2) Cite os órgãos do aparelho digestivo.
- 3) Descreva o estômago.
- 4) O que é aparelho respiratório?
- 5) Descreva o coração.

Parte B

- 1) O que é aparelho circulatório?
- 2) Cite os seus órgãos.
- 3) Descreva o pulmão.
- 4) Cite os órgãos do aparelho urinário.
- 5) Descreva os rins.

Fonte: Escola Municipal Professora Yolanda Cercal (1971).

No Quadro 8, constam questões de avaliação de matemática da 3ª série. Nota-se que, na maioria das questões, não havia a preocupação com o contexto vivenciado pelo aluno, observado novamente pelos enunciados das mesmas; desse modo, o aluno era instigado: a achar um determinado resultado; a efetuar expressões numéricas ou as operações fundamentais e a resolver problemas fora do seu contexto. Nesse momento, evidencia-se que o importante é que o aluno “[...] saiba definir e aplicar os conhecimentos ensinados, contudo, a aplicação não compreende os usos sociais desse conteúdo fora da escola” (RITT, 2009, p. 94).

QUADRO 8- Conteúdos de Avaliações de Matemática (3ª série)

Matemática - 3ª série

1ª Questão:

- 1) Achar a média aritmética de: Ma. de 34 e 6,8
- 2) Achar a Média harmônica de: Mh de $\frac{1}{2}$, $\frac{1}{3}$ e $\frac{1}{4}$

2 3 4

3) Achar a média ponderada: MP, de 9, 12, 4 e 6 com os pesos 2, 3, 1 e 4.

2ª Questão:

1) Dividir 285 em partes diretamente proporcionais a 5, 7 e 11 e inversamente proporcionais a 4, 8 e 6.

2) Registrou-se um prejuízo de Cr\$ 540.000,00 no fechamento de uma loja de Comércio pertencente a 3 pessoas. A primeira pertenceu na sociedade durante 3 anos, a segunda 2 anos e a terceira 4 anos. Qual o prejuízo de cada sócio?

3) Dissolveu-se uma sociedade na qual o primeiro sócio entra com capital de Cr\$ 650.000,00, durante 2 anos e 3 meses, o segundo com Cr\$ 540.000,00 durante 1 ano e 3 meses. O lucro final desta sociedade foi de Cr\$ 160.000,00. Qual a parte do lucro relativo a cada sócio?

Fonte: Escola Municipal Professora Yolanda Cercal (1971)

Vale destacar que eram realizados os exames de admissão em todas as disciplinas do curso, por decorrência, o trabalho do professor era praticamente desconsiderado. No final do ano letivo, os alunos realizavam uma prova oral em todas as disciplinas diante de uma comissão examinadora, constituída por, no mínimo, três professores. Nos depoimentos, relata-se que as avaliações eram orais e escritas, com sorteio de pontos sobre os conteúdos das aulas. No que se refere aos trabalhos escolares, a direção estimulava os alunos a participarem de diversas comemorações, tais como: dia da árvore, Semana da Criança, visitas às escolas rurais do município, Semana da Páscoa, desfile cívico, entre outros.

Nos depoimentos da professora Josepha Perez, fica evidente que, em meados da década de 1960, o cenário urbano mandaguariense possuía a maioria das escolas conveniadas com o Governo do Estado do Paraná. A referida professora foi nomeada como professora estadual pela prefeitura do município de Mandaguari-PR e lecionou nas seguintes escolas: Escola Dom Jaime Luiz Coelho; 2º Grupo Escolar Marechal Costa e Silva; Escola São Tarcizio; Colégio Estadual Sagrada Família.

Nesse período, de acordo com dados apresentados pelo SILVA (1977), a cidade cresceu de modo notável tanto nos aspectos econômicos, culturais, sociais como nos aspectos educacionais, evidenciados pelos números de escolas e entidades criadas e reconhecidas como de utilidade pública.

Biblioteca Pública Municipal de Mandaguari – criada pela Lei nº. 07/64 de 06 de julho de 1964.

Conselho Municipal de Esportes de Mandaguari – criado pela Lei Municipal nº. 04/62, de 19 de maio de 1962.

Ensino Primário Municipal de Mandaguari – considerado como de utilidade pública pela Lei nº 15/65, de 31 de julho de 1965.

Fundação dos Rotarianos – considerada como de utilidade pública pela Lei nº. 23/66, de 26 de setembro de 1966.

Evangélica de Assistência à Criança – considerada como de utilidade pública pela Lei nº. 24/66, de 30 de setembro de 1966.

Grêmio Paroquial de Mandaguari – considerado como de utilidade pública pela Lei nº 10/66, de 24 de junho de 1966.

Fundação Educacional de Mandaguari, ex- mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, considerada como utilidade pública pela Lei nº 14/69, de 12 de maio de 1969.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, considerada como de utilidade pública pela Lei nº 05/67, de 15 de março de 1967.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, considerado como de utilidade pública pela Lei municipal nº. 09/67, de 14 de julho de 1967.

Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional – APAE –, considerada como de utilidade pública pela Lei nº. 01/69, de 28 de junho de 1969 (PROMUNICÍPIO, 1977, p. 47).

Sobre a Escola Normal Colegial “Princesa Isabel”, destaca-se que a mesma oferecia o curso de formação de professores primários com duração de três anos, desse modo, pode-se inferir que as disciplinas atendiam ao artigo 8º da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946.

Nesse período, nota-se a presença do modelo tradicional de ensino, professores severos, o uso obrigatório do uniforme (saia azul pregueada, blusa branca, gravatinha e cinto), castigos, a realização do dever de casa, um ensino centrado na autoridade, disciplina e respeito. A professora Josepha Perez recorda: “[...] eu fiquei uma hora e quinze minutos ajoelhada [...]”, castigada por não ter realizado o dever de casa. Seu depoimento permite considerar que a indisciplina “[...] relacionava-se com o não fazer o dever de casa, conversar com o colega sentado ao lado, ser distraído e/ou não participar das aulas, não ter decorado os pontos” (RITT, 2009, p. 104).

No que se refere à Escola de Aplicação de Mandaguari (posteriormente, Escola de Aplicação Gabriela Mistral), verificou-se nos depoimentos que os alunos que frequentavam a Escola Normal realizavam seus estágios na referida Escola de Aplicação. Vale destacar que, por intermédio do Decreto nº. 14.738, de 14 de dezembro de 1958, o “Grupo Escolar de Mandaguari” passou a denominar-se Escola de Aplicação “Gabriela Mistral”. Em 1977, pelo Decreto nº. 4.019, passou a denominar-se Escola Princesa Isabel – Ensino de 1º Grau (Atualmente, Escola Professora Yolanda Cercal da Silva).

Ao analisar o conjunto de fontes, fica evidenciado que a referida escola oferecia o curso primário, regulamentado pela Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946. Nos

depoimentos da professora Josepha Perez (ex- aluna da referida instituição), sobressai que seus primeiros professores possuíam a Escola Normal, visto que a maioria era natural do Estado de São Paulo.

Quanto à organização do ensino nas Escolas Isoladas, os depoimentos dos sujeitos que participaram ou ainda participam do processo de escolarização mandaguariense citam fatos característicos das referidas instituições: poucos professores possuíam formação adequada, não havia concursos para professores, único professor para ensinar, preparar a merenda e limpar a escola; carteiras duplas, salas multisseriadas e instalações precárias.

A professora Zélia Freire Alonso relata que começou a lecionar em salas multisseriadas (1ª a 4ª série) aproximadamente com 70 a 90 alunos na escola Rural Municipal “José de Alencar”. A referida escola contava apenas com uma sala de aula e funcionava em três períodos (08:00 às 11:00; 11:00 às 14:00; 14:00 às 17:00).

A nominada professora destaca ainda que, nessa única sala, eram realizadas as aulas, o preparo da merenda e reuniões com pais, também era utilizada como um “centro político” e social pela comunidade local: reuniões políticas; catequese; missa; bailes, entre outros.

[...] Trabalhei aproximadamente 32 anos nas escolas rurais... As escolas rurais eram um centro político. Nos não tínhamos a liberdade de falar em quem íamos votar, não podíamos expressar o que gostaríamos mesmo porque a gente vivia nos resquícios do período militar. Mas eu sinto saudade daquele tempo... (Entrevista cedida pela professora Zélia Freire Alonso, em 22 de junho de 2011.).

É possível corroborar a história oral apresentada pela professora Zélia Freire Alonso por intermédio do depoimento da professora Márcia Zélia Silva de Souza Mourão que estudou na Escola Rural Municipal “José de Alencar”, em salas multisseriadas. Como não existia pré-escola próxima à sua casa, a mesma ia à escola como aluna ouvinte “[...] assim quando fui matriculada no 1º ano eu já sabia ler e escrever” (Entrevista cedida no dia 15 de junho de 2011).

Em relação ao desenvolvimento das aulas, a professora Márcia Zélia Silva de Souza Mourão ressalta que o quadro era dividido para primeira e segunda série e terceira e quarta série e “a escola contava apenas com uma professora que lecionava para as quatro séries, que, em média, contava com 15 alunos cada” (Entrevista cedida em 15 de junho de 2011).

A nominada professora destaca que o aluno só seria aprovado se a equipe do departamento da educação realizasse o exame final.

No que refere à limpeza da escola, ficava a cargo do professor e dos alunos, segundo o depoimento da professora Márcia “no final de semana, íamos à escola para lavar e encerar o piso de assoalho”(Entrevista cedida em 15 de junho de 2011).

A história oral da professora Maria Josefa Dilmann Boro reafirma os achados em documentos escritos sobre o processo de escolarização mandaguariense nas Escolas Isoladas. Relata que iniciou seu trabalho educativo em meados da década de 1970, na Escola Rural Municipal “Afonso Camargo”. O ensino era em salas multisseriadas (1^a e 2^a séries, 3^a e 4^a séries). A referida professora destaca que, na sala, havia dois quadros (divididos ao meio), onde era preciso realizar o planejamento diferenciado para cada série, destaca que, além de ministrar as aulas, era responsável pelo preparo da merenda, limpeza, abertura e fechamento da escola.

As escolas isoladas do Município seguem normas determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, possuindo, em algumas, apenas corpo docente e discente, realizando os professores a limpeza das escolas, juntamente com os alunos e a merenda escolar; em outras, já há uma estrutura que abrange os corpos docente, discente e de funcionários isto porque o número de alunos é bastante elevado, bem como o de professores, permitindo outro esquema de funcionamento. (SILVA, 1977, p. 145).

É possível notar que o documento analisado (SILVA, 1977) reitera a história oral das professoras: Zélia Freire Alonso, Márcia Zélia Silva de Souza Mourão, Maria Josefa Dilmann Boro, entres outras que contribuíram com a educação rural mandaguariense. No período de 1960 a 1980, a maioria das instituições concentrava-se na zona rural devido ao considerável número de famílias que a habitavam. Existiam aproximadamente 35 escolas isoladas, atendendo aproximadamente 1.654 crianças matriculadas.

A professora Zélia Freire Alonso disponibilizou o planejamento utilizado no ano de 1977, que apresenta os objetivos, conteúdos e atividades das disciplinas do Curso Primário:

Disciplina de Língua Portuguesa:

Conteúdos 1ª série¹¹: Leitura e interpretação, Gramática Funcional, Composição;
Atividades 1ª série: Cópia, ditado, Leitura oral e silenciosa, Leitura e narração de histórias e fábulas, Pantomimas e dramatizações, Recorte e colagem, Recados e avisos, Exercícios diversificados de expressão oral, Exercícios diversificados escritos de gramática de composição; Exercícios diversificados de ortografia;

Conteúdos 2ª série: Leitura e interpretação, Gramática funcional, Composição;
Atividades 2ª série: Cópias, ditados, conversas informais, conversação dirigida, narração de histórias, pantomimas, dramatizações, leitura de poesia para coro falado, recados e aviso, relatórios orais, exercícios escritos diversificados de gramática e composição;

Conteúdos 3ª série: Leitura e interpretação, Gramática funcional, Composição;
Atividades 3ª série: Cópia, ditados, conversas informais, dramatizações, leituras para coro falado, leitura e narração de histórias, relatórios, exercícios escritos diversificados de gramática e composição;

Conteúdos 4ª série: Leitura e interpretação, Gramática funcional, Composição;
Atividades 4ª série: Cópia, ditado, conversas informais, conversação dirigida, dramatização, relatos orais e escritos, leitura para coro falado, leitura e narração de histórias, exercícios escritos diversificados de gramática e composição. (Documento disponível no arquivo pessoal da professora Zélia Freire Alonso, no qual consta: CURSO PRIMÁRIO, 1977, n. p.).

Disciplina de Educação Artística:

Conteúdos 1ª série e 2ª série: Datas comemorativas - Semana da biblioteca, Páscoa, dia das mães, festas juninas, dia dos pais, dia do soldado, dia da árvore, dia das crianças, dia da Bandeira, músicas: “Coelhinho da Páscoa, Mamãezinha Querida, São João Dararão, Foi Deus, Marcha Soldado, Desperta no Bosque, Criança Feliz, Há um Mundo Bem Melhor”;

¹¹ Objetivos da 1ª série: O aluno deverá ser capaz de:

1- ajustar-se e adaptar-se ao ambiente e situação escolar, superando gradativamente as dificuldades que se apresentam; desenvolvendo hábitos, atitudes, habilidades e informações necessárias ao domínio da alfabetização e ao aprendizado da matemática.
 2- Interessar-se pelo meio em que vive e criar atitudes e hábitos que facilitem a conservação da saúde.
 3- Compreender e apreciar o ambiente que o rodeia e sua organização principalmente a importância que o lar e a vizinhança desempenham em sua vida. (Documento disponível no arquivo pessoal da professora Zélia Freire Alonso, no qual consta: CURSO PRIMÁRIO, 1977, n. p., organizadores: Inspetoria Municipal de Ensino; Supervisão Pedagógica Municipal).

Conteúdos 3ª série e 4ª série: Datas comemorativas- Semana da biblioteca, Páscoa, dia do índio, dia das mães, libertação dos escravos, festas juninas, dias dos pais, dia do folclore, primavera, independência do Brasil, dias das crianças, dia da bandeira, músicas: Foi Deus, O índio, Dona de tudo, São João Dararão, Hino à Independência, Hino Nacional Brasileiro. (Documento disponível no arquivo pessoal da professora Zélia Freire Alonso, no qual consta: CURSO PRIMÁRIO, 1977, n. p.);

Disciplina de Educação Física:

Conteúdos 1ª série e 2ª série: Jogo: Coelhoinho na toca, o Maestro, Rima, Pássaro, Bola Queimada; Brincadeira de roda: É assim que se faz; Salto em extensão; salto em altura;

Conteúdos 3ª série e 4ª série: Jogos: Crocodilo, Bola Queimada; Competição: Tiro ao Alvo, Competição de pontaria, Chapinha; Salto em altura e extensão, corrida individual e revezamento; (Documento disponível no arquivo pessoal da professora Zélia Freire Alonso, em que consta: CURSO PRIMÁRIO, 1977).

Disciplina Iniciação às Ciências

Conteúdos 1ª série: Noções Gerais, Noção de Conjunto, Geometria, Sistema de Numeração Decimal, Estudo das horas, Números racionais, Sistema Monetário Brasileiro, Medidas Padronizadas; Ciências Físicas e Biológicas: O universo; nosso dia; meio ambiente; seres vivos; alimentação; higiene; **Atividades:** Manipulação de material, recorte e colagem, desenhos e pinturas, jogos e dramatizações, conversas informais, cantinho do cálculo, representação simbólica, representação gráfica, confecção de cartazes e murais;

Conteúdos 2ª série: Conjuntos, Sistema de numeração decimal, geometria, medidas de tempo, sistema legal de unidade de medir, racionais; Ciências Físicas e biológicas mundo dos animais, mundo das plantas, nosso dia, estações do ano, a água, saúde; Atividades: manipulação de materiais, conversações, observação, dramatização, jogos, leituras informativas, relatórios orais e escritos, confecção de cartazes;

Conteúdos 3ª série: Conjuntos, Sistema de numeração decimal, geometria, racionais, frações decimais, medidas de tempo, operações fundamentais, medidas de comprimento; Ciências Físicas e Biológicas ar, calor, estados físicos da água, fenômenos da natureza, estrutura da terra, solo, seres vivos, alimentação higiene, primeiros socorros; Atividades: manipulação de matéria, representação gráfica e simbólica, conversação, observação, dramatizações, jogos, leituras informativas, cartazes, relatórios orais e escritos;

Conteúdos 4ª série: Conjuntos, Sistema de numeração decimal, geometria, sistema monetário brasileiro, medida de tempo, racionais, medida de comprimentos, porcentagem; Ciências Físicas e Biológicas gravidade, eletricidade, carvão e petróleo, classificação das plantas e dos animais, corpo humano, nossa saúde, o alimento na natureza; Atividades: manipulação de material, representação gráfica e simbólica, jogos e dramatizações, observações dirigida, cartazes, leituras e conversações). (Documento disponível no arquivo pessoal da professora Zélia Freire Alonso, em que consta: CURSO PRIMÁRIO, 1977, n. p.).

Disciplina Integração Social:

Conteúdos 1ª série: A escola - sua classe, seus colegas, seu professor, sua escola, bandeira brasileira, datas comemorativas, direitos e deveres na escola, boas maneiras na escola, com os colegas, asseio e conservação da escola, seus administradores, a criança e sua família, seu nome, sua idade, seu aniversário, local de nascimento, sua alimentação, seu vestuário, suas festas, higiene pessoal; Atividades: Conversação, observação, observação dirigida, narração de histórias, dramatizações, discussões, trabalho em grupo, confecção de cartaz mural, relatos orais e escritos, desenhos e pinturas, escrita, trabalhos diversificados;

Conteúdos 2ª série: Aspectos: geral da comunidade; socioeconômico municipal; administrativo municipal; sociocultural, social, religioso; histórico. Atividades: conversas informais, pesquisas, observações, leituras, trabalhos em grupo e diversificados, organizações de murais, relatos orais e escritos;

Conteúdos 3ª série: Aspectos: geral, socioeconômico, administrativo do Estado do Paraná; Aspecto sociocultural, social e religioso; Atividades: conversas informais, leituras informativas, pesquisas, estudos e observações dirigidos, mapas, bibliografia, organização de murais, trabalho em grupo, relatos orais e escritos, trabalhos diversificados, questionários;

Conteúdos 4ª série: As grandes navegações, descobrimento do Brasil, primeiros habitantes, capitanias hereditárias, primeiros governadores, localização do Brasil, datas comemorativas, bandeirantes, invasões, manifestações patrióticas, inconfidência mineira, família real, relevo brasileiro, hidrografia, Brasil Império, libertação dos escravos, proclamação da república, divisão regional do Brasil, clima, vegetação, meios de transporte e comunicação, forças armadas, ministérios, leis, autoridades administrativas e

Região Sul. (Documento disponível no arquivo pessoal da professora Zélia Freire Alonso, no qual consta: CURSO PRIMÁRIO, 1977, n. p.).

Disciplina de Religião:

Quanto à disciplina de Religião, os conteúdos dispostos no planejamento do Curso Primário mostram que as aulas eram voltadas aos ensinamentos da Igreja Católica, organizados por temas, tais como:

Conteúdos da 1ª série e 2ª série: Deus nos dá a Terra, Jesus é o Salvador, Deus nos dá as aves e os animais, Deus nos deu uma família, Deus nos dá os alimentos, Maria, a mãe de Jesus, Maria é também nossa mãe, ação de graças;

Conteúdos da 3ª série e 4ª série: Importância da religião, Páscoa, o milagre e a fé, ave-maria, batismo, a missa, ação de graças (Documento disponível no arquivo pessoal da professora Zélia Freire Alonso, em que consta: CURSO PRIMÁRIO, 1977, n. p.)

No cenário educacional mandaguariense, as Escolas Isoladas sobreviveram até meados da década de 1980. Quanto à organização do ensino, os depoimentos obtidos citam fatos característicos das escolas rurais – poucos professores possuíam formação adequada; não havia concursos para professores; um único professor para ensinar várias séries concomitantemente, preparar a merenda e limpar a escola; carteiras duplas, salas multisseriadas e instalações precárias –, evidenciando uma forma similar de ser com escolas isoladas que existiram em outras regiões do país, podendo apenas divergir no tempo.

Saviani (2010, p. 413) destaca que a década de 1980 pode ser considerada como “[...] um momento privilegiado para a emergência de propostas pedagógicas hegemônicas”. Esse período pode ser caracterizado pelas seguintes mudanças: avanços na produção e divulgação científica, abertura democrática no país, reivindicações em favor de eleições diretas para o cargo de presidente da República, propagação de conferências brasileiras de educação, mobilização de educadores, entre outras (SAVIANI, 2010).

4.3 Considerações sobre a Formação e Profissão Docente

A primeira Escola Normal brasileira foi instalada em Niterói (Rio de Janeiro) em 1835, e várias influências políticas marcaram o seu processo de instalação, permeado por constantes aberturas e fechamentos. Villela (2008) aponta que os dirigentes imperiais não se preocupavam com a formação do professor em relação aos conteúdos, apenas a “formação moral e religiosa era enfatizada” (p. 33). Ressalta-se que, no contexto da primeira da fase Escola Normal, que se estendeu até 1847, não havia mulheres e negros matriculados¹².

Villela (2008) revela que o processo de instalação das escolas normais foi permeado por inúmeras dificuldades, como: a pouca procura pelos cursos de magistério, falta da consolidação da formação de professores, reformas sucessivas, extinções, transformações, mudanças de prédios. Por isto, é possível considerar que o processo de instalação das escolas normais públicas, que ocorreram na primeira metade do século XIX, foi caracterizado pela instabilidade do período imperial e pelo desgaste das propostas liberais. Dias (2008) acrescenta que as instituições escolares desse período, em sua grande maioria, tinham “vida curta e incerta” devido a constantes movimentos de aberturas e fechamentos, ou pelo fato de existirem apenas na legislação e serem instaladas após um ano da fundação.

No cenário paranaense, a Escola Normal iniciou o seu funcionamento em meados de 1870 e os relatórios e discursos dos presidentes da Província mostram a carência de alunos que frequentavam os cursos normais, destacando que, aos poucos, veio a tornar-se uma instituição destinada para formar “tecnicamente o professor”. Trindade e Andreazza (2001, p. 61) informam que, no início de sua instalação, “[...] apenas 615 alunos frequentavam os cursos de primeiras letras, numa população de 62.000 habitantes”.

Em meados de 1876, foi inaugurado o Instituto Paranaense, que se destinava ao sexo masculino inicialmente, funcionando anexo à Escola Normal, entretanto “[...] o número de alunos matriculados nos dois estabelecimentos não ultrapassava, à época, duas dezenas por ano” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 61). Na Província paranaense, foram fundados colégios destinados ao sexo feminino, o Colégio Nossa Senhora da Glória

¹² Segundo Villela (2008, p. 33), a exclusão dos negros às escolas normais em Niterói ocorria devido a um “impedimento formal” de frequentar tanto as escolas primárias quanto as Escolas Normais, “reduzindo” o conceito de cidadão expresso nas legislações desse período. Em relação às mulheres, Villela (2008, p. 33) aponta que não havia uma lei que proibisse as mulheres de frequentarem as escolas da província imperial, entretanto sua exclusão ocorria por intermédio da “redução do conteúdo dos currículos das escolas femininas”, caracterizados em aprender a ler, a escrever e fazer as operações aritméticas.

e o Externato Santa Tereza, que “[...] já prenunciavam o gosto cosmopolita que iria predominar na educação das senhoritas paranaenses” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 62). Vale destacar que, no Paraná, conviviam colégios de congregações religiosas, colégios secundários e particulares com as aulas avulsas, as quais eram financiadas pelo governo provincial.

Miguel (2008) esclarece que o processo de instalação da Escola Normal paranaense teve como características as mesmas e inúmeras dificuldades que ocorriam nas demais regiões do país. Os motivos se configuravam, sobretudo, pela falta de professores e pela carência de recursos para a instalação e manutenção das instituições.

Em 7 de setembro 1922, foi inaugurada a Escola Normal Secundária do Paraná (conhecida como Palácio da Instrução). Costa (1987) destaca que estavam presentes o governador Dr. Caetano Munhoz da Rocha, o professor Lysimaco Ferreira da Costa (diretor da Escola Normal), o professor Pietro Martinez (Inspetor Geral de Ensino), José Conrado (secretário do Ginásio Paranaense).

Pode-se notar a presença marcante do patriotismo na inauguração do Palácio da Instrução, tendo em vista a data escolhida para a sua inauguração, o local de sua instalação, que representava o progresso da capital do Estado, assim como a sua arquitetura e as normalistas, que seriam preparadas para serem boas mães e professoras, caracterizavam o cenário educacional das primeiras décadas do século XX. Nesse período, as ideias escolanovistas estavam em meio a debates que enfatizavam “[...] a educação integral (intelectual, moral, física); a educação prática, sendo obrigatórios os trabalhos manuais; o exercício da autonomia; a vida no campo; o internato; a co-educação e o ensino individualizado” (PROSSER, 2004, p. 198).

No cenário educacional mandaguariense, a formação docente fora uma necessidade imposta pelos governantes e pela população, uma vez que a fundação de instituições escolares significava o desenvolvimento do município. A partir da década de 1940, foram fundadas: a Escola Normal Regional “Manoel Ribas” e a escola Normal Secundária “Princesa Isabel”, responsáveis em formar os professores normalistas. Entretanto, apesar da existência das referidas instituições, era comum a presença do professor leigo, sobretudo nas Escolas Isoladas, localizadas na zona rural do município. O professor leigo cursava o ensino primário (elementar e/ou complementar) e, devido à falta de professores normalistas, eram nomeados provisoriamente para atuar nas Escolas Isoladas do município.

Sobre o cargo de professor leigo, temos a comprovação no depoimento da professora Zélia Freire Alonso, que iniciou sua trajetória do docente com 15 anos, atuando como professora leiga na Escola Rural Municipal “José de Alencar”:

O cargo de professor era político. Como eu falava o português fluente, não tinha tantos tropeços, o vizinho que tinha a escola na sua propriedade me convidou para que eu fosse até a prefeitura e que ele iria me apresentar para o prefeito para que eu pudesse assumir as aulas na escola “José de Alencar”, pois a professora atual havia saído. [...] Fiz 15 anos em setembro e assumi essa escola no dia 16 de janeiro de 1969. (Entrevista cedida pela professora Zélia Freire Alonso, em 22 de junho de 2011).

Nos depoimentos, evidenciou-se que as simples casas de madeiras, nas quais eram instalada a maioria das Escolas Isoladas, além de ofertar a educação, ofereciam formação sobre aspectos sociais, religiosos e políticos. Nas referidas escolas, eram realizadas missa, catequese, reuniões políticas e até mesmos bailes, era um período em que a instituição escolar representava uma extensão da família e o professor era considerado referência para a comunidade local.

Ser professora, ser professor, tornava-se uma profissão especial que requeria uma dada formação, o que a distinguia de outras profissões e dotava-a de especificidades. Para algumas mulheres, indubitavelmente significou uma nova maneira de ser no mundo e novas possibilidades de inserção social. (SOUZA, 1998, p. 69).

Para tanto, no período de 1940 a 1980, para ser nomeado professor, era necessário ser indicado por alguém que preferencialmente conhecesse o prefeito; por pessoas que possuíam escolas em suas propriedades ou por professores que já atuavam como corrobora a professora a Josepha Perez: “[...] Terminei o magistério em 1958... Fiquei sem trabalho, pois o meu pai era contrário ao prefeito” (Entrevista concedida em 10 de junho de 2011).

Constata-se que, no período de 1940 a 1980, para ser nomeado professor, era necessário ser indicado por alguém que preferencialmente conhecesse o prefeito; por pessoas que possuíam escolas em suas propriedades ou por professores que já atuavam, como corrobora a professora a Josepha Perez: “ Terminei o magistério em 1958... Fiquei sem trabalho, pois o meu pai era contrário ao prefeito” (Entrevista concedida em 10 de junho de 2011).

Entretanto é preciso considerar a existência do Decreto nº 589, de 9 de março de 1931, do Estado do Paraná, que estabelecia em seu artigo 1º, a exigência de concurso para os professores das Escolas Normais, primárias e secundárias. Vale destacar que a Constituição de 1934, já estabelecia a exigência de concursos para o exercício do magistério. Desse modo, pode-se considerar que a contratação de professores no município de Mandaguari contrariava as legislações referenciadas. As professoras entrevistadas relataram que o concurso municipal fora instituído em meados da década de 1980.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender como ocorreu o processo de escolarização no município de Mandaguari-PR, tomando como recorte temporal o período de 1949 a 1988, oficializado por intermédio do conjunto de fontes documentais, orais e iconográficas que possibilitam a investigação do passado.

O interesse pela temática ocorreu no Curso de Especialização Pesquisa Educacional, momento em que foi pesquisada a história do primeiro Ginásio de Mandaguari. Nessa fase inicial de investigação, foram coletadas fontes documentais, que propiciaram o interesse em ampliar o conhecimento sobre o processo educacional mandaguariense, entendendo como se constituiu tal cenário.

Em 2010, o ingresso ao Mestrado em Educação possibilitou este segundo momento de investigação, organizar e refletir sobre o conjunto de fontes pesquisadas do processo de escolarização no município de Mandaguari. O diálogo com a documentação encontrada possibilitou o desenrolar do estudo, permitindo investigar a história das primeiras instituições escolares no município de Mandaguari-PR. Desse modo, é fundamental destacar que a preservação das fontes foi relevante para o desenvolvimento da pesquisa, permitindo a compreensão “[...] do passado que é o nosso presente” (SAVIANI, 2004, p. 7).

No estudo das instituições escolares do município de Mandaguari-PR, foi relevante conhecer a história oral dos sujeitos que participaram do processo educacional, a história da região e da cidade em que o mesmo se localiza, a formação dos professores e suas práticas, a organização do tempo escolar, entre outras questões que favoreceram sua identidade.

[...] a história da instituição pode ser um fator construtor da identidade da instituição, uma forma de representá-la objetivando um certo olhar sobre si mesma. Um processo de pesquisa que objetive a história de instituições escolares explicita a importância da preservação de documentos para a memória institucional e da sociedade. (WERLE, 2004, p. 31).

A metodologia escolhida, definida como: bibliográfica, documental e qualitativa, contribuiu e muito para que se levasse a bom termo este desafio. Para tanto, foi necessário

realizar o levantamento bibliográfico ou “estado da arte”, o que evidenciou que a referida pesquisa seria inédita no cenário mandaguariense. O levantamento bibliográfico constituiu-se o alicerce para o desenvolvimento do trabalho dissertativo, já que foi reunida a literatura existente sobre as histórias das instituições escolares no referido município.

No que se refere à fase documental, no momento de pesquisa e organização das fontes, foram visitados arquivos institucionais, públicos e particulares e, por intermédio desses arquivos, foram obtidas: atas de exames; provas de alunos; conteúdos bimestrais; documentos oficiais; decretos de criação de escolas, livros de registros pertencentes às instituições; registros particulares de ex-professores; reportagens sobre o desenvolvimento do município; fontes iconográficas, entre outras. O trabalho de organização foi árduo, marcado por dificuldades, visto que muitos arquivos não foram disponibilizados e outros não preservados ao longo dos anos. Por delimitar o recorte temporal (1949 a 1988), foi possível selecionar documentos referentes à origem das instituições escolares que foram fundadas e extintas nesse período.

A experiência de ir ao encontro de fontes instigou o desejo de aliar ao trabalho dissertativo a pesquisa qualitativa, que se obteve por intermédio da história oral. Foram entrevistados oito professores do município trabalharam nas instituições escolares mandaguarienses e contribuíram/contribuem para a educação em Mandaguari-PR). Desse modo, as lacunas não preenchidas pelas fontes pesquisadas, foram supridas por intermédio dos depoimentos, possibilitando conhecer um pouco mais da história do município, das práticas escolares, da organização do trabalho pedagógico nas escolas urbanas e nas escolas isoladas e da formação dos professores. O estudo trouxe à tona memórias individuais que se tornaram, ao longo da pesquisa, memórias coletivas.

As informações proporcionadas pelas fontes revelaram as lacunas de um passado que pôde ser investigado por intermédio do olhar do pesquisador a partir do presente. Desse modo, sem o conjunto de fontes pode-se dizer que não há pesquisa. Netto (2006, p. 52) afirma que “[...] o que garante o êxito da pesquisa, da investigação, é a riqueza cultural do sujeito que pesquisa. Investigador ignorante, pesquisa estreita. Investigador rico, resultados fecundos e instigantes”.

Ao entrevistar os sujeitos que participaram e/ ou participam desse processo, foi possível perceber que as instituições escolares acompanharam os movimentos contraditórios da sociedade. Os depoimentos orais foram os mediadores para a investigação do passado.

Um passado que, apesar de não ter sido reconstituído em sua totalidade, permitiu novos olhares, críticas e questionamentos a favor das instituições escolares mandaguariense.

Destacar que não temos a história das instituições escolares, mas que são muitas as histórias, indica também que não se pretende compor uma visão única, fixista, verdadeira. Esta pluralidade de histórias e a multiplicidade de fontes indicam a multidimensionalidade daquilo que é chamado de história das instituições escolares. (WERLE, 2004, p. 29).

Ao estudar a respeito da história da colonização do Paraná, foi importante registrar que o território paranaense, fora ocupado por populações indígenas, desmitificando a ideia do “vazio demográfico”. A investigação sobre a história do Paraná permitiu avançar sobre o território, compreender seus avanços no cenário educacional, econômico e social, possibilitando chegar à história do recorte espacial que teve como palco: o Município de Mandaguari, sendo possível descrever e analisar os seus aspectos políticos, econômicos e, especialmente, educacionais.

Na realização dos estudos sobre a história da escola pública brasileira sob o prisma da origem dos grupos escolares, ganharam destaque reformas e medidas voltadas para o referido processo educacional e, nesse contexto, foi possível inserir o processo de desenvolvimento da escolarização mandaguariense, tomando como recorte temporal o período de 1949 a 1988. Os achados permitiram evidenciar um atraso no processo de escolarização mandaguariense em relação ao cenário educacional brasileiro, visto que, na década de 1970, ainda predominava no município as Escolas Isoladas, um modelo oriundo do Império. Entretanto o município de Mandaguari, colonizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ocupou no cenário educacional norte paranaense, ao ser relacionado a outros municípios, um lugar de destaque, visto que, em meados da década de 1940, possuía Ginásio, Escola Normal Regional, Escola Normal Secundária e, em meados de (1962), sediava a 28ª Inspeção Regional de Ensino.

A discussão sobre as questões que mais se evidenciaram no conjunto de fontes e nos relatos de ex- professores e ex- alunos que trabalharam ou estudaram nas instituições mandaguarienses viabilizou uma dada reconstrução do que se construiu historicamente no período estudado. Por intermédio das categorias de análise, foram discutidas as seguintes questões: espaço e tempo escolar, organização do trabalho pedagógico nas instituições mandaguarienses localizadas na zona urbana e na zona rural e considerações sobre a formação docente. Foi possível evidenciar, subsidiado pelo conjunto de fontes e

depoimentos orais, que o processo de escolarização mandaguariense esteve ligado a interesses políticos, uma vez que, durante a década de 1940 a 1980 para exercer a profissão, era necessário ser indicado por alguém influente ao prefeito. Contudo não se pode negar que muitos professores, influenciados politicamente ou não, abraçaram muitas lutas em favor dos educadores, conquistando avanços para a classe(ANEXO).

Parafraseando Werle (2004) que destaca que não há uma história e sim muitas histórias, pode-se afirmar o mesmo em relação ao cenário mandaguariense, visto que os depoimentos orais instigaram o desejo de continuar a pesquisa, mostrando que existem lacunas a serem preenchidas, destaco: as festas escolares; culturas escolares; formação de professores nas escolas normais, entre outros. Novos olhares são necessários, porque a história das instituições escolares pode ser considerada uma fonte inesgotável, sempre aberta a inesperadas possibilidades e desafios.

No decorrer da pesquisa, com a compreensão sobre a colonização norte paranaense e sua relação com a história do município de Mandaguari, assim como a escolarização mandaguariense por intermédio das escolas isoladas e dos grupos escolares, foi possível superar a mera descrição dos dados e dos depoimentos dos sujeitos de modo a teorizar, ainda que de forma tímida, sobre os achados, possibilitando inseri-los no movimento da história dos homens e da educação naquele período histórico.

Desse modo, investigar o processo de escolarização mandaguariense constituiu-se uma tentativa de [...] enunciar, de elaborar um discurso, uma interpretação à qual se daria um estatuto privilegiado, vinculado, o mais possível, a diferentes momentos ou fases da instituição e a seu contexto (WERLE, 2004, p. 14).

É possível afirmar que o estudo contribuiu para a história da educação e não apenas para o cenário educacional mandaguariense, por permitir apontamentos para outros pesquisadores que desejam compreender como ocorreu o processo educacional, histórico e econômico nesse município ou em outros. O desenvolvimento da pesquisa possibilitou compreender a legislação e o desenvolvimento educacional mandaguariense, assim como o processo educacional brasileiro, em específico o paranaense, de modo a encontrar novos subsídios e perspectivas para estudos sobre instituições escolares.

Estudar o processo de escolarização mandaguariense não permitiu apenas aguçar a experiência enquanto pesquisadora, sobretudo contribuiu para o reconhecimento do município no cenário brasileiro e paranaense por intermédio de sua história, do conjunto de

fontes e, especialmente, por investigar a memória oral de ex- professores e ex-alunos que participaram/participam da educação no município de Mandaguari-PR.

6 REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. cap. 6, p. 98-122.

BERTONHA, Vitorina Cândida Corrêa. **Da escola isolada ao grupo escolar: o processo de escolarização primária em Sarandi-PR (1953-1981)**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2010.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares, organização no espaço e proposta pedagógica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. cap. 8, p. 107-109.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 26 abr. 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692/71**. 1971 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 6 abr. 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96**. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 6 abr. 2011.

_____. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Decreto-lei nº 8.530**, de 02 de janeiro de 1946 . Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná (1889-2003)**. Maringá, PR: Gráfica Maranata, 2006.

CASTANHO, Sergio. Institucionalização das instituições escolares: Final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. cap. 3, p. 39-55.

CAVALCANTI, Afonso de Sousa. **Histórias que envolvem a Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Mandaguari**. Mandaguari, PR: Gráfica Visão, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006. (Parte 1 e 2: Pesquisa Qualitativa, p. 75- 106).

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. São Paulo: Cia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da. **A dimensão de um homem**: Lysimaco Ferreira da Costa – o educador(documentário). Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987.

DIAS, Marcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império à República: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAUJO, Jose Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil**: Do império à república. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 75-89.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2012.

FARIA, Thais Bento. **Em traços de modernidade**: a história e a memória do Grupo Escolar “Hugo Simas” (Londrina-Pr, 1937-1972). 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2010.

FONTES. Elizabeth Ana; BIANCHINI. Nair de Matos. **Mandaguari e sua história**. Maringá, PR: Gráfica Clichetec. 1987.

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. **História da formação de professores em Maringá: a Escola Normal Secundária entre as décadas de 1950 e 1970**. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2007.

HERVATINI, Luciana. **A Escola Normal Regional e suas práticas pedagógicas**: Dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2011.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná**: Terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: Grafit-gráfica e Editora Ltda, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação**: Debates contemporâneos. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. cap. 1, p. 1-37.

LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá, PR: EDUEM, 1999. cap. 5, p. 123-140.

_____. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá.** Maringá: A Prefeitura, 1997.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. Educação e Pesquisa**, online, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n3/a03v32n3.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011. ISSN 0020-3653.

MALHEIRO, Silvana Rodrigues. **Estudo histórico sobre a escola estadual de Mandaguari-PR: do Ginásio ao Colégio Estadual Vera Cruz.** Monografia (Especialização em Pesquisa Educacional) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanc. Os arquivos e fontes da história como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007. cap. 2, p. 31-37.

_____. A escola normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAUJO, Jose Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil: Do Império à República.** Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 145-161.

MONARCHA, Carlos. História da educação brasileira (esboço da formação do campo). In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007. cap. 7, p. 125 -150.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional.** Maringá, PR: EDUEM, 1999. cap. 2,p. 21-50.

NETTO, José Paulo. Relendo a Teoria Marxista da História. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e história da educação.** 3. ed.Campinas,SP:Autores Associados:HISTEDBR,2006.parte 1,p.50-64.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. Formação de professores: Perspectivas para a pesquisa em educação. In: SCHELBAUER, Analete Regina et al. **Educação e debate: perspectivas, abordagens e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006. cap. 6, p. 129-143.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré- história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional.** Maringá, PR: EDUEM,1999. Cap.1, p.5-20.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre Instituições Escolares: o método dialético marxista de investigação. *Eccos.Revista Científica*,v.7,n.2,p.351-368.jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/421/427>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

PARANÁ. Arquivo Público do. **Relatório 1854-a, presidente.** Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1854_a_p.pdf>. Acesso em: 15 jul. de 2011. p. 13

_____. **Relatório 1868-a, presidente.** Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1868_a_p.pdf>. Acesso em: 15 jul. de 2011. p. 14

PROSSER, Elizabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba: 1853 - 1953: De Escola de Belas Artes e Indústrias de Mariano de Lima, à Universidade do Paraná e à Escola de Música e Belas Artes do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

RITT, Cibele Introvini. Da escola isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, PR – 1947 a 1971. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2009.

ROSSI, Ednéia Regina. Espaços autônomos e modernos de educar: A instituição de ensino elementar no início da República e a produção de uma cultura escolar. In:MACHADO,Maria Cristina Gomes;OLIVEIRA,Terezinha(Orgs.).**Educação na História.** São Luis,MA:Editora UEMA,2008. parte I,p.145 -164.

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007. cap. 5, p. 75-93.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004. cap. 1, p. 3-12.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Fonte para o estudo da história da educação brasileira: O Congresso da Instrução do Rio de Janeiro.** In:CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1. 2000, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sbhe, 2000, v. 22,Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/022_analete_regina.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez,2007.

SILVA, José Adalberto Firmino. **Mandaguari e sua história**. Maringá, PR, 1982.

SILVA, Gescielly Barbosa da. **A disciplina de Psicologia da Educação na Escola Normal Secundária de Maringá no Período de 1950 a 1970**. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: Origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006. p. 33-70

_____. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região do norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR:EDUEM, 1999. cap. 3, p. 51-85.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v.6).

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira escola normal no Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, Jose Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil: Do império à república**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 29-45.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. 6. ed. ampliada. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1988.

_____. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. 360 p.

WERLE, Flávia Obino Correia. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. cap. 1, p. 13-31.

ENTREVISTAS

ALONSO, Zélia Freire. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 22 de junho de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

BORO, Maria Josefa Dilmann. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 15 de maio de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

BOTELHO, Maria Inês. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 28 de junho de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

CARDOSO, Elisabete Alexandre. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 25 de maio de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

FERREIRA, Clarice Aparecida. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 18 de maio de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

GRANADA, Clarice Marques. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 22 de maio de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

MOURÃO, Márcia Zélia Silva de Souza. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 15 de junho de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

PEREIRA, Elizabeth Navegante. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 18 de maio de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

PEREZ, Josepha. Entrevistadora: Silvana Rodrigues Malheiro Huss. Entrevista concedida em 8 de maio de 2011 na cidade de Mandaguari/PR.

FONTES CONSULTADAS

COLÉGIO ESTADUAL VERA CRUZ. Dados referentes à atual escola. In: _____. **Pasta geral da escola**. Mandaguari: Secretaria, 1949. Não paginado.

_____. **Pasta de fotos**. Mandaguari: Secretaria, 1950. Não paginado.

_____. Decreto nº. 9.137. In: _____. **Pasta de documentos oficiais**. Mandaguari: Secretaria, 1959a. Não paginado.

_____. Decreto nº. 19.628. In: _____. **Pasta de documentos oficiais**. Mandaguari: Secretaria, 1959b. Não paginado.

_____. Decreto nº. 4.019. In: _____. **Pasta de documentos oficiais**. Mandaguari: Secretaria, 1977. Não paginado.

_____. Matrículas de alunos do 1ª Grau (1950 a 1959) e matrículas dos alunos do 2ª Grau (1967 a 1977). In: _____. **Pasta geral da escola**. Mandaguari: Secretaria, 1977. Não paginado.

_____. Preâmbulo (informações sobre as escolas que foram organizadas pelo Complexo Escolar Professora Hilda de Oliveira). In: _____. **Pasta geral da escola**. Mandaguari: Secretaria, 1977. Não paginado.

_____. Decreto nº. 2.057. In: _____. **Pasta de documentos oficiais**. Mandaguari: Secretaria, 1980. Não paginado.

_____. Resolução nº. 253/82. In: _____. **Pasta de documentos oficiais**. Mandaguari: Secretaria, 1982. Não paginado.

_____. Resolução nº. 4.094. In: _____. **Pasta de documentos oficiais**. Mandaguari: Secretaria, 1985a. Não paginado.

_____. Resolução nº. 2.607. In: _____. **Pasta de documentos oficiais**. Mandaguari: Secretaria, 1987. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DE MANDAGUARI. Livro de médias. Mandaguari: Secretaria, referente aos anos 1950,1951, 1952.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA YOLANDA CERCAL. Primeiros dias da Vila. In: _____. **Pasta de documentos sobre a escola e a história do município**. Mandaguari: Secretária, 1971. Manuscrito. Não paginado.

MIOTO, Pedro. **Trabalho mimeografado sobre Mandaguari** (Encontrado nos arquivos da documentação escolar do município). 1977. Não paginado.

SILVA, Ana Rosa Garcia da et al. **Projeto de Cooperação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (Promunicípio)**. In: Biblioteca Municipal Dr. Alcir Castelo Branco. mimeografado.1977. 337 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Modelo de questionário para os docentes sobre suas experiências educacionais

QUESTÕES PARA AS ENTREVISTAS COM EX-PROFESSORAS

1- Identificação do Entrevistado

Nome Completo:

Naturalidade:

Formação Escolar:

Quando começou seu trabalho educativo:

2- O Trabalho Escolar

Nome da escola onde você trabalhou:

Trabalhou em outra instituição? Qual?

Tempo que lecionou ou leciona:

Disciplinas ministradas:

Como eram os alunos?

Como eram as aulas?

Como eram elaboradas as avaliações de rendimento escolar?

Como era realizado o planejamento?

3- O Espaço Escolar

Como era a escola que você lecionava? Havia condições para a atuação?

Como era mantida? Havia recursos suficientes?

4- Formação Docente

Como era a formação de professores, havia cursos de formação, entre outros?

Como era feita a contratação, havia concursos?

Havia problemas quanto à formação docente?

Poderia relatar um fato que marcou sua trajetória docente?

APÊNDICE B

- Modelo de questionário para os alunos que fizeram parte da escolarização no município de Mandaguari

QUESTÕES ABERTAS PARA AS ENTREVISTAS COM EX-ALUNOS

Identificação

Nome Completo:

Formação Escolar:

Em que ano você chegou a Mandaguari?

Em quais escolas estudou?

O Espaço Escolar

Como eram as condições das escolas que estudou?

Você enfrentava alguma dificuldade para conseguir estudar?

Quais eram os materiais escolares utilizados?

Poderia relatar um fato que te marcou na época da escola?

A Organização do Trabalho Escolar

Como eram as aulas? O que se estudava?

Como eram os professores?

Como eram realizadas as avaliações?

Como era a relação professor/ aluno?

7 ANEXOS

ANEXO A

Decreto nº. 9.137 de 21 de novembro de 1949 que estabelece a criação do Ginásio Estadual na cidade de Mandaguari Pr.

N.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓPIA DO DECRETO Nº 9.137
=====

Cria um Ginásio Estadual em Mandaguari.
O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

D E S R E T A
=====

Artigo 1º - Fica criado um Ginásio Estadual na cidade de Mandaguari.

Artigo 2º - O Corpo docente do Ginásio ora criado, será constituído de professores contratados, que tenham sua situação devidamente legalizada no Ministério de Educação e Saúde.

Artigo 3º - A despesa decorrente da execução deste decreto correrá pela dotação própria da Secretaria de Educação e Cultura.

Artigo 4º - Este decreto entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1.959, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Grossa, em 3 de dezembro de 1.949, 128ª da Independência e 61ª da República.

Confere com o original.

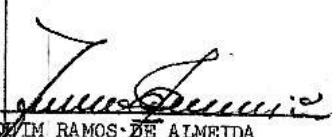
Em, 21 de novembro de 1.959.

Diário Oficial nº 236 de 6/12/49.

aa) MOYSES LUPION

Emesmo Pilotto




JOAQUIM RAMOS DE ALMEIDA
Assist. Admº da SES.

ANEXO B

Decreto nº. 19. 628 de 21 de novembro de 1959 que altera a denominação do Ginásio Estadual de Mandaguari para Ginásio Estadual “Vera Cruz”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DIRETORIADO DE ENSINO COMERCIAL
SERVIÇO DE INSPEÇÃO
Curitiba - Paraná

N.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓPIA DO DECRETO Nº 19.628
=====

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da
Secretaria de Educação e Cultura,

RESOLVE denominar os seguintes estabelecimentos de
ensino do Estado:

"BARBOSA FERRAZ" o Ginásio Estadual de Andirá

"EMILIO DE MENEZES" o Ginásio Estadual de Arapongas

"NILO CAIRO" o Ginásio Estadual de Apucarana

"RODRIGUES ALVES" o Ginásio Estadual de Jaguariaíva

"VERA CRUZ" o Ginásio Estadual de Mandaguari.

"LEONEL FRANCA" o Ginásio Estadual de Palmas.

Curitiba, 9 de novembro de 1.955, 134ª da Independên-
cia e 67ª da República.

aa) ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO
Nilson Batista Ribas

Confere com o original.

Em, 21 de novembro de 1.959.




JOAQUIM RAMOS DE ALMEIDA
Assist. Admº da SES.

ANEXO C

**Decreto nº. 4.019 de 13 de outubro de 1977 que estabelece o funcionamento do
COMPLEXO ESCOLAR PROFESSORA HILDA DE OLIVEIRA.**

DECRETO DE REORGANIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

DECRETO N.º 4019

O Governador do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o Art. 47, itens II e XVI da Constituição Estadual, sob proposta da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, nos termos da Lei Federal n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases do Ensino de 1.º e 2.º Graus, e do Parecer n.º 63-77, do Departamento de Ensino de 1.º Grau, homologado pela Resolução n.º 1.447-77, e satisfeitos os requisitos contidos nas Deliberações n.ºs .. 26-72 e 40-75 e Parecer n.º 159-76, do Conselho Estadual de Educação,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado a funcionar nos termos da legislação vigente, o COMPLEXO ESCOLAR PROFESSORA HILDA DE OLIVEIRA, no município de Mandaguari, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, resultante da reorganização do Colégio Estadual Vera Cruz Escola de Aplicação Gabriela Mistral e Escola de Artes Industriais, todos do mesmo município.

Art. 2.º — O Colégio Estadual Vera Cruz passará a denominar-se Colégio Estadual Vera Cruz — Ensino de 1.º Grau e Ensino de 2.º Ciclo.

Art. 3.º — A Escola de Aplicação Gabriela Mistral e a Escola de Artes Industriais, passarão a constituir-se em um único estabelecimento de ensino, sob a denominação de Escola Princesa Isabel — Ensino de 1.º Grau.

Art. 4.º — Em decorrência do disposto no artigo 1.º, os estabelecimentos mantidos em regime de extinção gradativa o funcionamento das séries referentes aos cursos regidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Parágrafo Único. Fica ratificada a validade dos atos escolares anteriores ao processo de reorganização, desde que realizados por prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

Art. 5.º — Ficam mantidas as funções gratificadas já existentes nos referidos estabelecimentos de ensino as quais serão adaptadas à nova estrutura do Estabelecimento ora reorganizado.

Art. 6.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 11 de outubro de 1977, 156.º da Independência e 89.º da República.

JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

Francisco Borsari Netto

Secretário de Estado da Educação e da Cultura

(Ref. Prot. n.º 29.998/77-SEEC)

DIÁRIO Oficial
N.º 157 — ANO LXV
- 13-10-1977 -

ANEXO D

Decreto nº. 2.057 de março de 1980 altera a redação dos artigos 1º e 2º do decreto 4.019.



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

28ª INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO

Mandaguari, 27 de março de 1.980.



Decreto nº 2.057

O Governador do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o art. 47, itens II e XVI da Constituição Estadual, e a proposta da Secretaria de Estado da Educação, considerando o Parecer nº 244/76, do Conselho Estadual de Educação,

D e c r e t a

Art. 1º - Os arts. 1º e 2º do Decreto nº 4.019 de 11 de outubro de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizado a funcionar, nos termos da Legislação vigente, o COMPLEXO ESCOLAR PROFESSORA HILDA DE OLIVEIRA - ENSINO DE 1º e 2º GRAUS, no Município de Mandaguari, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, resultante da reorganização do Colégio Estadual Vera Cruz, Colégio Comercial Estadual Barão do Cerro Azul, Escola Normal Colegial Estadual Princesa Izabel, Escola de Aplicação Gabriela Mistral e Escola de Artes Industriais, todos do mesmo Município.

Art. 2º - O Colégio Estadual Vera Cruz, o Colégio Comercial Estadual Barão do Cerro Azul e a Escola Normal Colegial Estadual Princesa Izabel, passam a constituir um único Estabelecimento, sob a denominação de Colégio Vera Cruz - Ensino de 1º e 2º Graus".

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 20 de março de 1.980,

159ª da Independência e 92ª da República.

ANEXO E

Resolução nº. 253 de 28 de janeiro de 1982 estabelece o reconhecimento do curso de 2ºGrau – Regular com as seguintes habilitações: Contabilidade, Magistério e Básica em saúde do Colégio Estadual Vera Cruz- Ensino de 1º e 2º Graus.



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 253/82

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 1º, inciso V, letra d do Decreto nº 3.037, de 09 de outubro de 1.980, e tendo em vista o disposto no Art. 80 da Deliberação nº 030/80, do Conselho Estadual de Educação,

R E S O L V E

- Art. 1º - Fica reconhecido o Curso de 1º Grau - Regular e o Curso de 2º Grau - Regular, com as habilitações: plenas Contabilidade e Magistério e básica em Saúde, do Colégio Vera Cruz - Ensino de 1º e 2º Graus, no município de Mandaguari.
- Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica reconhecido o Colégio Vera Cruz - Ensino de 1º e 2º Graus, de Mandaguari, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.
- Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 28.01.82

PUBLICADO NO D.O.E.

N.º 1225 EM 05/02/1982

EDSON MACHADO DE SOUSA
Secretário de Estado da Educação

ANEXO F

Resolução nº. 4.094 de 22 de agosto de 1985 estabelece o reconhecimento do curso de 2º Grau Regular- Propedêutico, no Colégio Estadual Vera Cruz- Ensino de 1º e 2º Graus.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 4.094/85 -

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Artigo 1º, inciso V, letra d, do Decreto nº 3.037, de 09 de outubro de 1980, considerando o Parecer nº 259/85, do Conselho Estadual de Educação, e satisfeitos os requisitos contidos na Deliberação nº 030/80, daquele Conselho,

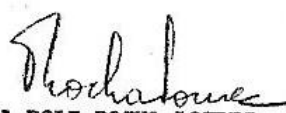
R E S O L V E

Art. 1º - Fica reconhecido o Curso de 2º Grau Regular - Propedêutico, no Colégio Estadual Vera Cruz - Ensino de 1º e 2º Graus, do Município de Mandaguari, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O curso acima citado integrará o reconhecimento originalmente declarado pela Resolução nº 253/84.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 22 de agosto de 1985


GILDA POLI ROCHA LOURES
Secretária de Estado da Educação

CONFERE COM ORIGINAL

MG/lfb

ANEXO G

Resolução nº 2.067 de 25 de junho de 1987, reconhece o Curso de Formação de Professores para o Magistério Pré- Escolar.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INSPECTORIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



RESOLUÇÃO Nº 2.607/87

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 1.748 de 09 de abril de 1.987, satisfeitos os requisitos contidos nas Deliberações nºs 030/80 e 025/84, e o Parecer número 159/87 do Conselho Estadual de Educação,

R E S O L V E

Art. 1º - Fica reconhecido o Curso de Formação de Professores para o Magistério Pré-Escolar, na forma de Estudos Adicionais, em nível de 2º Grau, do Colégio Estadual Vera Cruz - Ensino de 1º e 2º Graus, do Município de Mandaguari, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.
Parágrafo Único - O referido curso passa a integrar o reconhecimento originalmente declarado pela Resolução nº 253/82.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 25 de junho de 1987.

SIDNEY PINHEIRO GONÇALVES
Diretor Geral

A presente cópia confere com o Diário Oficial nº 2561 de 8/7/87
pág. 12.

Assa de Nascimento
p/ Maria Inês Botelho
Inspetora Estadual de Educação

ANEXO H

Documento que retrata os primeiros dias de Vila de Mandaguari

Princípios da Vila.

Referindo exclusivamente a sua fundação. Mondguian
idos de 1937 tinha por nome Vitério. depois tornou-se
um homem a Lord de Vitério proprietário da Cia de Terra N. Parana
Havia planejado naquela, ano. Esta cidade seria a
dentro de outras, pela importância de ser o primeiro
gracioso com aquele nome de terra. A Cia faria tudo por haver, seria a família da floresta
achando-se de Londrina a 100 km. Estava no ser
virgens das terras desta Cia. Era um ponto no
do sertão tão somente povoado por bichos, e animais
selvagens. A estrada chegava até aqui pelo 1º tronco
do atravessamento dos Rios Pirapó e Douceadas e
acompanhada um fio telefônico para comunicação
com o escritório central em Londrina. A linha
deste telefone foi feita por quatro um furo, pe
los que se fazia o caminho da estrada.
Mais tarde foi concluído a estrada entre Vitério
do - espelha direção que se chamava Serra de
Apucarana - Hoje Estrada do Café ou BR?
que se bifurcava na cidade do mesmo nome
rumo a Foz de São Paulo e Curitiba. A Vila não
desenvolveram rapidamente como era esperado visto o
rumores de guerra que se agravaram na época.
Contudo a Cia não mudou esforços e iniciou o
povoamento de outros 3 aldeias e fez um pequeno
hotel 1º construção do povoado, e o 2º foi o escrit
da Cia centralizando ali seus negócios. Um caso
de polonês que tomou conta deste hotel. Seguiu
era primitivo, tudo cheirava a novo e a perfume, e
o cheiro promático do novo mundo. Onde escuro
sombrio da mata revestida pela folhagem do pal
mitar. Tudo verde = Vitério era a variedade de

Duro eram os primeiros dias, até se acostumar
com a companhia, lá fora tudo era
escuro de vez a vez de um pouco este pois
cando no meio das escuridão. As noites
eram frias e de muita perreco com pelo
muita. Mas tudo se compensava ao
nascer do sol vinha a alegria junto
com orquestra da primavera. Muito
tinha pro fazer tudo estava cri - O chefe
do Escritório era o Raul Silva homem pon-
duado e bom (infelizmente foi Policiado por
Waldemar Gomes do Cunha o Hermes e O-
linda e outros que não me lembro agora.
Dava-se por o centro, o ponto avançado elato
do Mito unido por lugar de poucos desta
imediatos e como também se controliza-
vam os empreitadas de derrubadas e as fôrças
como os chamavam os povos. Dentre esta
gente haviam muitos diminutos e porosi-
dos. Bom era o clima como também a
afreio. O que perturbou muito foi o mosquito
o "Bonachudo" "polvor" e o "Bijú" etc. Podem
eram as famílias que aqui residiam qua-
do começou a guerra. Tudo parou, não
havia estocaz de farinha de trigo, sal
acúcar e tantos outros necessários. Boatos
chegaram de muito medo. Estavam pro-
cessante isolados e com o tempo a sofrer
muito e se remediam como podiam.
Combinava naquele tempo era chamada-se
fardineira eram tirados a gozopencia
goz de chovão. Sertão a primeira vista
é duro lugar e difícil e improvável.

um barulho ensurdecedor. Tudo parava onde
pisamos; não fosse de remunerar o passado e o
sonho que passou, o que foi; foi; tudo findou.
Junto ao sertão estava o peão com seu machado e
foice e o peão, eram inseparáveis amigos. Os proprie-
tários encaravam a abertura derrubando as
terçadas 'dos tocos' beirando a estrada e pla-
tando o 'Café'. Ali se criava um rancho e o
roçado começava obtendo o pecúlio para a
1ª propriedade ou Chacara. Vários as famílias
pioneiras - Os Komactus, Mottos, Figue-
redos, Falckis, Mauneros e alguns
poucos japoneses, a que cabia no nome
é a do Matuzoka. Como comerciantes
o 1º foi um italiano por nome Baldino
o Filizis Polaco e um japonês Hiroshiro
proprietário do Café Tokis. Depois veio o Sr.
Tosola montando uma sortida casa
de secar molhados. Bem na esquina onde
se achava a casa Martin. O Juimaraes, um
moço, tocava muito bem violão este foi
o 1º farmacêutico depois Luiz Cois o 1º
médico foi o Dr. Haroldo Wernet de Gene-
va passou muito seu estado por aqui ven-
do em seguida Dr. Rufino Maciel. Como
professores as Irmãs Irmãs Mottos Loure e
Hilda as pioneiras do ensino; a primeira
escola da vila foi onde se achava a casa
de residência da família Figueira. Era
tão modesta que os livros eram improvisa-
dos com caixotes de fôrçolima (naquele
tempo a fôrçolima vinha em caixas de 18 litros)
dentro de caixas. Os funcionários da Cia

na colonização mas isso superou o pelo
ano de 1745 quando já havia terminado
a guerra. Italo Germanico - A tudo mudou
o ritmo do progresso acelerou com a
vinda de centenas de famílias
dando forte impulso na desbravamento.
Recuperou-se o tempo perdido e o des-
volvimento cresceu sobrepujou a tudo
mas parando mais até nossos dias.
Não tenho certeza da data de sua emancipação poli-
tica. Sei que o 1º prefeito foi o Dr. Ary
distante na época; nomeado pelo Interventor
e dar posse para o 1º prefeito eleito que foi o Sr.
Dácio Medeiros Polim. Farmacêutico da praça.

1ª Secretaria montada por io, dos Sócios Antonio e Mauri-
cio com o nome de Serrana Vitória - Portuguez.

Famílias
Lauachys
Matto
Figueiredo
Mauerva
Falcowski
Matuzoka
Max Andrade
Vinafre
Tabela
Turio
Esquitariol
Retruci
Furnios do Rocha
Os Almeida
Imois Cabelira

Reconheço verdadeira(s) este(s) firma(s)
inpa de: Mario Luis de Matto
do que deu lá
Faço este reconhecimento de verdade
Mandaguari, 21 de setembro de 1971
Antonio Fachini
OFICIAL MAIOR
Mando Augusto de Carvalho
TABELA DE NOTAS
E OFICIAL DE REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Antonio Fachini
OFICIAL MAIOR
MANDAGUARI - PARANÁ

Mario Matto

ANEXO I

Ata de exame da Escola Rural Municipal Barão do Rio Branco- 1954

Ata de Exame

Dois 3 (três) dias do mês de Dezembro de 1954 (mil nove-centos e cinquenta e quatro), na Escola Básica do Rio Branco, Glória do Gombato, com a presença da D. D. Inspectora Municipal e duas examinadoras, efectuou-se os exames finais do 1.^o (primeiro) ano repleto, regido pelo professor Jairo Ramos de Araújo. Verificou-se que a matrícula deste mês era de 8 (oito) alunos. Feita a chamada, verificou-se a presença de 1 (uma) aluna. Feito o exame, apurou-se o seguinte: Foi aprovada e promovida para o 2.^o (segundo) ano. Adelina Peres Ruiz, nota 8,6 (oito e seis décimos). Não compareceram aos exames os seguintes alunos: Antonio Caudido, Agenor Marques, Sebastião Caudido de Almeida, Tukimi Matsumura, Izorina Molini, Efigenia Americo de Almeida, Joaquim Tully. Nada mais havendo a constar, eu Jairo Ramos de Araújo lavrei a presente ata que será assinada pela Presidente, examinadoras e por mim.

Presidente Benedita F. Bartolamei
1.^a Examinadora Jairo Ramos da Cruz
2.^a Examinadora Helma Ferreira da Silva Eki.
Professor: Jairo Ramos de Araújo

ANEXO J

Ata de exame final da Escola Municipal Santa Terezinha-ano 1965

Mandaguari, 28 de novembro de 1965.
Presidente:- Angelina Rodrigues Godoy
1ª exam.:- Dólores Rodrigues.
2ª exam.:- Alanda Fernandes Ryo
Professora:- Augustina Alonso.

Ata de Exame.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, realizou-se na Escola Municipal Santa Teresinha, os exames finais do presente ano letivo, na presença da senhorita professora Angelina Rodrigues Godoy, E.E. Inspectora Municipal e das senhoritas professoras:- Vanda Rejo Rigotto e Dólores Rodrigues. Pelo livro de chamada verificou-se sessenta e cinco alunos matriculados no primeiro ano sob a regência da professora Augustina Alonso. Concluídos os exames a seguir se os seguintes resultados:- Foram aprovados e promovidos para o segundo ano os seguintes alunos:- Joaquim Emílio, com a média final, 8,2 (oito inteiros e dois décimos); Francisco Stropa, com a média final, 8,5 (oito inteiros e cinco décimos); Edvaldo Ferreira, com a média final, 8,6 (oito inteiros e seis décimos); Umbelina dos Reis, com a média final, 8,9 (oito inteiros e nove décimos); Adeildo Marcos da Silva, com a média final, 9,7 (nove inteiros e sete décimos); Abel Marcos da Silva, com a média final, 10,0 (dez inteiros); Cleusa Lúcia Pires, com a média final, 9,9 (nove inteiros e nove décimos); Pedro Brevia Tavares, com a média final, 7,2 (sete inteiros e dois décimos).

e dois décimos); Benedito Rodrigues Simões, com a média final, 7,3 (sete inteiros e três décimos); Agenor Paulo Banca, com a média final, 8,9 (oito inteiros e nove décimos); Roberto Calvo Ribeiro, com a média final, 9,4 (nove inteiros e quatro décimos); Yair da Silva Murely, com a média final, 9,3 (nove inteiros e três décimos); Antônio Calvo Ribeiro, com a média final, 8,6 (oito inteiros e seis décimos); Manoel Pereira Tavares, com a média final, 9,1 (nove inteiros e um décimo); José Carlos das Graças, com a média final, 9,6 (nove inteiros e seis décimos); Walter Inácio, com a média final, 7,7 (sete inteiros e sete décimos); Porcina do Carmo Ribeiro, com a média final, 9,4 (nove inteiros e quatro décimos); Helio Batista Lianca, com a média final, 8,3 (oito inteiros e três décimos); Alda Marcos da Silva, com a média final, 8,6 (oito inteiros e seis décimos); Maria Madalena Tavares, com a média final, 9,6 (nove inteiros e seis décimos); Waldemiro Edefonso, com a média final, 7,5 (sete inteiros e cinco décimos); Maria Aparecida Tavares, com a média final, 7,3 (sete inteiros e três décimos); José Ruel, com a média final, 7,9 (sete inteiros e nove décimos); Lúcia Rodrigues Malheiro, com a média final, 7,9 (sete inteiros e nove décimos); Clemence Oliveira Lima, com a média final, 8,4 (oito inteiros e quatro décimos); Cleusa Maria Viana, com a média final, 7,4 (sete inteiros e quatro décimos); Porfiro Ribeiro, com a média final, 6,2 (seis inteiros e dois décimos); Antônio Pires Ramos, com a média final, 7,1 (sete inteiros e um décimo); Eilda Maria

ria de Jesus, com a média final, 6,6 (seis inteiros e seis décimos); Manoel Crespo dos Santos, com a média final, 5,2 (cinco inteiros e dois décimos); Antônio José dos Santos, com a média final, 7,0 (sete inteiros); Alencar Lima dos Santos, com a média final, 6,7 (seis inteiros e sete décimos); José dos Santos, com a média final, 8,7 (oito inteiros e sete décimos); Célia Oliveira, com a média final, 5,4 (cinco inteiros e quatro décimos); Zélia Maria de Jesus, com a média final, 8,8 (oito inteiros e oito décimos); Luis José dos Santos, com a média final, 9,2 (nove inteiros e dois décimos); Corvalina P. Tavares, com a média final, 8,3 (oito inteiros e três décimos); Maria Cleusa dos Santos, com a média final, 6,3 (seis inteiros e três décimos); Maria Célia de Assis, com a média final, 7,6 (sete inteiros e seis décimos); Maria da Cunha Ribeiro, com a média final, 9,6 (nove inteiros e seis décimos); Iezza Cordeiro dos Santos, com a média final, 9,8 (nove inteiros e oito décimos); Maria José Pinheiro, com a média final, 9,5 (nove inteiros e cinco décimos). Foram reprovados por estarem insuficientemente preparados os seguintes alunos: - Adimir Henrique, Izaurino Rodrigues Malheiro e Elza Inácio. Faltaram de comparecer os seguintes alunos: - Antônio Marques, Francisco Scaramelo, João B. Cordeiro, Osvaldo Perassoli, Osmar Abel, Lirineu Siana, João Santanas, José dos Santos, José Teodoro de Lima, José Carlos, Ana Maria de Souza, Ana Maria Meira, Ana Maria da Silva, Benedita dos

Reis, Maria O. Rúbio, Nair da Silva, Aluiza
Aparecida Pinheiro, Maria N. Andrade, Maria
José, Maria José Córdaro, Tereza M. Silvestre.

Nada mais havendo a constar eu, Isaura
Alonso, darei a presente ata que será as-
sinada pela Inspetora Municipal, pelas esca-
minadoras e por mim.

Mandaguari, 22 de novembro de 1965.

Presidente: - Angelina Rodrigues Jodoy

1ª exam.: - Dólos Rodrigues

2ª exam.: - Wanda Fernandes Rijo.

Professora: - Isaura Alonso

Ata de Exame

Dos quinze dias do mês de junho de um mil novecentos e sessen-
ta e sete na Escola Municipal Santa Teresinha realizou-se
os exames finais do presente ano letivo na presença da senho-
ra professora Mearaço Yano e senhoritas professoras Maria
Ílda Silvani, Olga Mendes e Izabel Leonor de Almeida. Pe-
lo livro de chamada verificou-se trinta e três alunos ma-
triculados sob a regência da Professora Augusta Alonso,
sendo que dezanove alunos são do segundo ano, quatorze
do terceiro ano. Concluído os exames, verificou-se os se-
quintes alunos: - Adeldo Marcos da Silva, com a média
8,1 (oito inteiros e um décimo); Sônia Machado Lusa com
a média 6,7 (seis inteiros e sete décimos); Abel Marcos Silva
com a média 7,9 (sete inteiros e oito décimos); Alda Marcos
da Silva com a média 5,8 (cinco inteiros e oito décimos);
Porfiro Ribeiro da Silva 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos);
Jair da Silva com a média 7,4 (sete inteiros e quatro
décimos); Juvenil da Silva com a média 8,0 (oito inteiros);
Abilton José Paulecio dos Santos com a média 5,9 (cinco
inteiros e nove décimos); Dorlij Pereira de Sousa com a média

ANEXO K

Resumo da disciplina de Ciências da Escola Normal Ginásial “Manoel Ribas”-

1964

RESUMO DA MATÉRIA DADA DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 1.964

DISCIPLINA: CIÊNCIAS
SÉRIE- 1a. A, B, C, D-
RESPONSÁVEL PELA CADEIRA: Maria Benedita Freiria Martins
CARGO: Suplementarista digo Padronizadora
LICENÇA: Não
AULAS DADAS : 108
MATÉRIA LECIONADA:



As aulas foram dadas de acôrdo com o programa oficial seguindo os itens determinados:-

As aulas foram ilustradas com materias confeccionados pelos alunos e de acordo com a capacidade de cada um. Os itens seguidos foram os seguintes: 1)- Matéria, substância e corpo conceitos. 2)- Propriedades da matéria divisibilidade, massa e pêso, impenetrabilidade- 3)- Estados de agregação da matéria, sólido, líquido e gasoso. 4)- Mudança dos Estados físicos, solidificação, fusão, vaporização, liquefação, condensação. 5)- Densidade, conceito, Princípio de Arquimedes, (balão, canoa. 6)- Força, conceito, Representação gráfica, elementos de uma força, ponto de aplicação, direção, sentido e intensidade. Ação de uma ou várias forças sobre um corpo. Força de gravidade. Equilíbrio dos corpos. 7)- Conceito de trabalho e de máquinas. Máquinas simples- Alavancas, 9)- Calor, conceito, fontes de calor, 10)- Propagação do calor, condução, convecção, irradiação. 11)- Dilatação. Calor e temperatura, termômetro. TRABALHOS PRÁTICOS. foram feitos trabalhos práticos sobre os itens dados. Desenhos e demonstrações possíveis foram feitas. Os respectivos desenhos foram feitos em cadernos especiais.

Assinatura

ANEXO L

Informações sobre a Escola Normal Ginásial “Manoel Ribas”- 1964

RELATÓRIO DE 1.964

1) INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA

- a) Possui a Escola prédio próprio?
Não
- b) Funciona no prédio Grupo Escolar, alias Escola de Aplicação, juntamente com outros cursos.
- c) Há salas destinadas à administração? Não. A parte administrativa funciona no Hall da Escola.
- d) Há salas abientes? Quais e quantas? não
- e) Há salas destinadas às atividades extra-salas? Quais?
Não possuem nada, quando muito salas destinadas às aulas, isto mesmo, deficientes.
- f) Quais os cursos que funcionam no estabelecimento?
Curso Ginásial, Colegial, Comercial, primário diurno e noturno.
- g) Em que horário funcionam?
Escola Normal Ginásial, Manoel Ribas, às 8 às 12 e 13 às 17 horas.
2) Ginásial Estadual "Vera Cruz" 8 às 12 e 13 às 17 e 19 às 22 horas.
3) Escola Normal Colegial Princesa Isabel às 8 às 12 horas.
4) Escola de Aplicação primária em três turnos. 8 às 11 - 11 às 14 e 14 às 17 horas.
5) Grupo Escolar No turno 17 às 22 horas.
6) Colegio Comercial 17 às 22 horas -
- h) Especifique por série o número de alunos que frequentam o Curso Normal.
4a. Série 17 alunos Las Séries A, B, C e D 37 alunos
3a. Série 17 alunos
2as. Séries A e B, 42 alunos Total:- 162
- 1) Em que período funciona, o Curso Normal e a Escola de Aplicação?
Curso Normal Ginásial "Manoel Ribas" 8 às 12 horas, 13 às 17 horas
Escola de Aplicação em três turnos assim distribuídas:-
8 às 11 horas, 11 às 14 horas e 14 às 17 horas.
- 2) INFORMAÇÕES SOBRE O DIRETOR
- A) Nome: Welandia Cercal da Silva,
- b) Cursos que possui:
Normalista pelo Instituto de Educação de Curitiba, Orientação Educacional, Educação Física, Atualização de Curso em Curitiba, Londrina, Apucarana e Maringá.
- c) Registro e habilitação, Concurso em E.M. Geografia e História -Diploma Registrado Ministério de Educação, Provas e Titulos, Orientação Educacional Ed. Física.
- d) Tempo que exerce a função de diretora? de 1.953 a 1964 (11 anos)
- e) Já frequentou algum curso de Administração Escolar?
Sim, possui Diploma de Administração Escolar desde o ano de 1.952 em Direção de Inspeção.
- f) Especifique os cursos de atualização e aperfeiçoamento frequentados.
Geografia e História- Psicologia e Orientação Educacional, Estudos Brasileiros Paranaense, Educação Física, Recreação e Jogos.
- g) Em que Escola e Cursos já lecionou?
Ginásio Estadual "Vera Cruz", Escola Normal Colegial "Fernando Amaro", Arapongas, Escola Normal Colegial Princesa Isabel, Mandaguari, Colegio Belmiro Cesar, Curitiba.
- h) Em que escolas e cursos leciona atualmente?
Quais as disciplinas? Escola Normal Ginásia "Manoel Ribas", Geografia e História, Escola Normal Colegial Princesa Isabel Geografia e História.
- i) - É suplementarista? É efetiva? De o horário semanal de suas aulas
Sou efetiva, nos padrões secundária e leciono como suplementarista nas mesmas disciplinas de padrão. Faço horário integral (10 aulas padrão na Escola

cent..

Normal Colegial Princesa Isabel" 3a, 4a, 5a, e 6a. feira.
f) - Especifique o horário que dedica à Direção.
Horário integral pela manhã e a tarde.

3) - INFORMAÇÕES SOBRE A ASSISTENTE TÉCNICA

A Escola Normal Ginásial "Manoel Ribas" não possui Assistente Técnica.

4) - INFORMAÇÕES SOBRE A SECRETARIA.

- a) - Nome: Jayr Tristão Martins
e) - Curso que possui. Normalista e Comércio.
b) - É funcionária efetiva? Onde está lotada? Qual o nível?
Sim lotada na Escola Paroquial São Tarcísio e nível 7
d) - Além de secretaria exerce outras funções? Quais
Sim é professora supletarista de Geografia na Escola Normal Ginásial "Manoel Ribas", com 9 aulas semanais.
e) - Há quanto tempo exerce o cargo de Secretaria? 4 anos
f) - Fez algum curso de Secretaria? Quando? onde? Sim em Maringá no ano de 1963, promovido este curso pela Inspetora Regional de Ensino de Maringá, sob a orientação da professora Nadir Maria Alegretti.
g) - Horário 13 às 17 horas.

5) - INFORMAÇÕES SOBRE OS INSPECTORES DE ALUNOS E SERVENTES DA ESCOLA.

A Escola não possui Inspetores de alunos e conta com uma Servente

- a) - Nome Eunice Dutra Sampaio.
b) - Habilitação atualmente está com o curso Normal concluído, aguardando classificação como professor Regente de Ensino.
c) - Horário de trabalho: 12 às 18 horas.

II) - INFORMAÇÕES DE ORDEM TÉCNICO PEDAGÓGICA

2) - INFORMAÇÕES DO ASSISTENTE TÉCNICO OU DO DIRETOR. Como a Escola não possui Assistente Técnico, as informações abaixo dadas pelo Diretor;

a) - Apreciação aos Planos de Cursos de professores apresentados no início do ano letivo. Os planos de Curso apresentados pelas senhoras professoras foram lidos, apreciados e visados pelo Diretor, correspondendo pelo dito plenamente o programa de Ensino e sua aplicação. Os professores procuraram neste corrente ano letivo no entressamento das disciplinas afinar de ampliar seu trabalho e para isso, em aulas explicativas, como também na experimentação e pesquisa individual e trabalho em equipe, dando aos alunos, um campo vasto de pesquisas e coleta de trabalhos, uma apreciação da evolução instrutiva dos mesmos. Foi de fato este ano, notado um aproveitamento maiores no índice geral de aprovação e interesse destes ao estudo e conhecimento e das reprováveis que tivemos a causa foi mesmo a falta de estudo e preparo dos alunos como também um certo desinteresse. Quanto a evasão escolar não tivemos este problema pelo contrário nesses alunos, gostam e sentem-se bem no ambiente escolar. Entretanto para o ano vindouro, aguardamos novas determinações para as atividades escolares e rendimento, de acordo com os objetivos a que se destina o Ensino Normal Ginásial de Mandaguari.

As Associações Escolares, pouco fizemos pois contando com um Grêmio Estudantil e a Biblioteca está sim atendendo nos objetivos a que se destina, em consultas diárias, como também retiradas de livros auxiliares no conteúdo de ensino em vigor funcionou verdadeiramente. O Grêmio atendeu na compra de livros, assistência à alunos necessitados e socialmente em piquetes e festinhas do dia Da Mãe, 7 de setembro, do Professor e da criança, como também término de curso dos formados de 1.964.

3) - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CORPO DOCENTE

A Escola Normal Ginásial "Manoel Ribas" de Mandaguari, demonstrou este ano melhor aproveitamento intelectual, como também formação de bons hábitos de trabalhos na demonstração de cooperação, interesse e responsabilidade das nossas alunos, isto notadamente pelo índice de rendimento escolar do presente ano letivo. Os planos de Cursos foram seguidos a risca e as poucas dificuldades que surgiram foram solucionadas com precisão, sendo que, se pode vencer o programa de forma integral.

4) - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SETOR DA BIBLIOTECA.

Os alunos tiveram livre acesso de consulta à Biblioteca, pois os professores seguiram trabalhos que incentivaram as consultas à mesma, durante o ano todo. Muito embora nossa biblioteca seja organizada para atender limitado número de alunos ampliando este ano comprando diversas coleções auxiliares de

cont..
de História, Geografia e Ciências principalmente correspondente legalmente às -
necessidades educacionais.

5C)- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.

A Direção da Escola, tem feito o serviço de Orientação, digo Orientação educacional, pois não temos no momento orientação para este fim, que se faz tão necessário. Deveria aos futuros professores temas dado na medida do possível, através de palestras, conferências, estudo da personalidade humana o valor destes, sua integração, na formação profissional e responsabilidade no magistério como futuros mestres, para a formação integral do homem, dentro da vida, da pátria e da família. Fazemos sentir aos futuros professores o idealismo de sua missão e da necessidade diária de ampliação de conhecimento, pois o professor primário conscio de seu valor, não pode permanecer apático as novas diretrizes e bases do ensino no país. Ler, pesquisar, palestrar, ampliar seus objetivos em prol da educação da criança, futuro cidadão da Pátria e hergueir o verdadeiro professor, como também os conhecimentos didáticos e psicológicos para saber as causas dos insucessos nos estudos. Ao lado desta orientação, ainda, a mais humana que é sua dificuldade pessoal emocional e doméstica, problema da adolescência na fixação da sua personalidade, vencendo seus insucessos, frustração timidez, enfim, fazendo com que o professorado encontre-se a si mesmo.

Mandaguari, dezembro de 1.964

Clara Lúcia da Silva
(DIRETORA)

5)- ATIVIDADES PELO PROFESSOR DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO

- A)- Apreciação quanto aos resultados alcançados pelos alunos: no período de observação: Boa.
No período de participação : tomaram parte bem orientado no período de direção de classe.
no período digo Dificuldades encontradas durante a realização da prática de ensino e suas possíveis causas nenhuma.

ANEXO M

Jornais sobre o Município de Mandaguari ”- 1969

Fôlha de Mandaguari

A MELHOR E MAIS CONSTRUTIVA VITÓRIA É AQUELA CONQUISTADA COM TRABALHO E PERSISTÊNCIA

DR. AUGUSTO

Especialista em doenças de
crianças e senhores
Consultório: Rua Fiquitri esquina com
rua Jiambé — Jônes 1211 e 1212
Atende no Hospital Santa Antonio.

Mandaguari

Paraná

Mandaguari, 12 de Janeiro de 1969 | Reg. n.º 2 | Nº 579 | Ano 11 | Diretor: — Raimundo Pinheiro Costa

Prefeito vai inaugurar Prefeitura e pagou professores, operários e funcionários até dezembro

Após a crise que ocorre em todo final de mandato e as consequências da última campanha política, o sr. Manoel Donha Sanches, Prefeito Municipal de Mandaguari, afirma que terminará sua gestão realizando em 5 anos o que não foi realizado em 28.

Fazendo pronunciamiento através da Rádio Mandaguari, categoricamente afirma o sr. Prefeito que deixará o prédio da Prefeitura Municipal praticamente concluído, devendo inaugurá-lo ainda este mês. Para tanto o prédio de madeira será demolido esta semana, passando os servi

ços da prefeitura a funcionar no prédio novo. Acrescentado que a situação da Prefeitura de Mandaguari é uma das melhores do norte do Paraná, e para comprovar, o sr. Prefeito pagou os operários, funcionários e professores de Mandaguari até o mês de dezembro, bem como vem fazendo cu

ntros pagamentos que muito beneficiarão a futura administração, além de está organizando todo serviço burocrático da municipalidade, abrindo caminho para que seu sucessor possa administrar organizada.

Outras Inaugurações
Consta do plano de

inauguração do sr. Donha, a inauguração ainda este mês de todas as ruas que o asfaltamento foi iniciado, de mais duas pontes e duas escolas, bem como a conclusão das obras do cemitério e acabamento do almoxarifado da Prefeitura.

Movimentação

Vem sendo grande a movimentação para a conclusão das obras e dos serviços municipais nos últimos dias, haja visto que todos os quadros da administração estão se preparando para o encerramento da gestão Manoel Donha Sanches, que conta apenas com 19 dias de mandato.

Fôlha de Mandaguari

A MELHOR E MAIS CONSTRUTIVA VITÓRIA É AQUELA CONQUISTADA COM TRABALHO E PERSISTÊNCIA

DR. AUGUSTO

Especialista em doenças de
crianças e senhores
Consultório: Rua Fiquiri esquina com
rua Itambé — Jones 1211 e 1212
Atende no Hospital Santo Antonio.
Mandaguari — Parazá

Mandaguari, 19 de Janeiro de 1969 | Reg. n° 2 | N° 681 | Ano 11 | Diretor:— Raimundo Pinheiro Costa

Cidade em Plena Escuridão Por Falta de Pagamento

Está sendo grande a reclamação da população de nossa cidade, em face da escuridão nas praças e outras vias públicas.

Acontece que por falta de pagamento, quantos de 50 mil cruzeiros no

vos, a COPEL, cortou a iluminação pública inclusive de alguns órgãos da municipalidade.

Na manhã de ontem, o dr. Casemiro, consultor jurídico da Prefeitura estava tomando as medidas, inclusive judiciais para resolver o problema.

Assim sendo, é que se certa que o futuro

prefeito terá logo de início mais um sério problema para resolver, dentro os muito sexisistentes.